

LEI Nº 7.799 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2002

DOE 26.12.02

Dispõe sobre o Sistema
Tributário do Estado do
Maranhão.

ALTERAÇÕES:

*Lei nº 7.907/03 , Lei nº 7.918/03, Lei nº 8.088/04, Lei nº 8.107/04, Lei nº 8.147/04
Lei nº 8.276/05, Lei nº 8.290/05, Lei nº 8.314/05, Lei nº 8.413/06, Lei nº 8.438/06
Lei nº 8.439/06, Lei nº 8.511/06, Lei nº 8.512/06, Lei nº 8.513/06, Lei nº 8.760/08
Lei nº 8.871/08, Lei nº 8.878/08, Lei nº 8.908/08, Medida Provisória nº 069/09
Lei nº 9.127/10, Medida Provisória nº 091/11, Lei nº 9.379/11
Medida Provisória nº 115/11, Lei nº 9.562/12*

O GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO,

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Sistema Tributário do Estado do Maranhão, com amparo no Capítulo I do Título VI da Constituição Estadual.

Parágrafo único. As disposições desta Lei obrigam a todo cidadão que promover fato gerador de obrigação tributária tratado neste Código na condição de contribuinte ou de responsável, no âmbito do território maranhense e fora dele por substituição tributária decorrente de convênio firmado na forma da Lei Complementar específica.

LIVRO I DO SISTEMA TRIBUTÁRIO ESTADUAL

Art. 2º O Sistema Tributário do Estado compõe-se dos seguintes tributos:

I - impostos;

II - taxas;

III - contribuição de melhoria.

Art. 3º Os impostos de competência do Estado são os seguintes:

I - imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS);

II - imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA);

III - imposto sobre a transmissão “causa mortis” e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCD).

Art. 4º As taxas de competência do Estado são as seguintes:

I - taxa de fiscalização e serviços diversos;

II - taxa judiciária.

TÍTULO I DOS IMPOSTOS

CAPÍTULO I DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO

SEÇÃO I DA INCIDÊNCIA

Art. 5º O imposto incide sobre:

I - operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares;

II - prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;

III - prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza;

IV - fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

V - fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.

§ 1º O imposto incide também:

I - sobre a entrada, no território deste Estado, de mercadoria ou bem importados do exterior, por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja sua finalidade; (Redação dada pela LC nº 114, de 16/12/2002)

NR Lei nº 8.107/04

II - sobre o serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior;

III - sobre a entrada, no território deste Estado, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou à industrialização, destinados a adquirente localizado neste Estado, decorrentes de operações interestaduais, cabendo o imposto a este Estado;

NR Lei nº 8.107/04

IV - a saída em hasta pública, exceto aquela decorrente de leilões judiciais, observado, ainda, o disposto no inciso XIII do art. 8º desta Lei.

NR Lei nº 8.107/04

V - a entrada no estabelecimento de contribuinte, de mercadoria ou bem oriundo de outra unidade da Federação, destinados a uso, consumo ou ativo fixo, bem como na utilização, por contribuinte, de serviços cuja prestação se tenha iniciado em outro Estado e não esteja vinculada à operação ou prestação subsequente alcançada pela incidência do imposto.

§ 2º A caracterização do fato gerador independe da natureza jurídica da operação que o constitua.

Art. 6º Para os efeitos desta Lei considera-se:

I - saída do estabelecimento do autor da encomenda, a mercadoria que, pelo estabelecimento do executor da industrialização, for remetida, diretamente, a terceiros adquirentes ou a estabelecimentos diferentes daqueles que a tiver mandado industrializar;

II - saída do estabelecimento, a mercadoria constante do estoque final, à data do encerramento de suas atividades;

III - saída do estabelecimento de quem promover o abate, a carne e todo o produto de matança do gado em matadouros públicos ou particulares não pertencentes ao abatedor;

IV - saída do estabelecimento do depositante em território maranhense, a mercadoria depositada em armazém geral deste Estado e entregue real ou simbolicamente a estabelecimento diverso daquele que tiver remetido para depósito;

V - saída do estabelecimento do depositante em território maranhense, a mercadoria depositada em depósito fechado deste Estado entregue real ou simbolicamente a estabelecimento diverso;

VI - saída do estabelecimento do depositante em território maranhense, a mercadoria depositada em armazém geral deste Estado no momento em que for transmitida a sua propriedade quando a mesma não transite pelo estabelecimento;

VII - saída do estabelecimento do depositante em território maranhense, a mercadoria depositada em depósito fechado deste Estado no momento em que for

transmitida a sua propriedade;

VIII - saída do estabelecimento do importador ou do arrematante, neste Estado, a mercadoria estrangeira saída de repartição aduaneira com destino a estabelecimento com titularidade diversa daquele que a tiver importado ou arrematado, situado neste Estado.

Art. 7º Para efeito de incidência do imposto, mercadoria é qualquer bem, novo ou usado, não considerado imóvel por natureza ou acessão física, nos termos da lei civil, suscetível de avaliação econômica.

Parágrafo único. Compreende-se no conceito de mercadoria a energia elétrica, os combustíveis líquidos e gasosos, os lubrificantes e minerais do País

SEÇÃO II DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 8º O imposto não incide sobre:

I - operações com livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão;

II - operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semi-elaborados, ou serviços;

III - operações interestaduais relativas a energia elétrica e petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, quando destinados à industrialização ou à comercialização;

IV - operações com ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial;

V - operações relativas a mercadorias que tenham sido ou que se destinem a ser utilizadas na prestação, pelo próprio autor da saída, de serviço de qualquer natureza definido em lei complementar como sujeito ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, ressalvadas as hipóteses previstas na mesma lei complementar;

VI - operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de propriedade de estabelecimento industrial, comercial ou de outra espécie;

VII - operações decorrentes de alienação fiduciária em garantia, inclusive a operação efetuada pelo credor em decorrência do inadimplemento do devedor;

VIII - operações de arrendamento mercantil, não compreendida a venda do bem arrendado ao arrendatário;

IX - operações de qualquer natureza de que decorra a transferência de bens móveis salvados de sinistro para companhias seguradoras;

X - prestação do serviço de transporte intermunicipal de característica urbana, nas regiões metropolitanas criadas neste Estado;

XI - a prestação interna dos serviços nas modalidades de transmissão, retransmissão, geração de som e imagem através de serviços de rádio e televisão;

XII - as operações com polipropileno e seus derivados.

XIII - as saídas em hasta pública de veículos usados, apreendidos pelo Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN.

Parágrafo único. Equipara-se às operações de que trata o inciso II a saída de mercadoria realizada com o fim específico de exportação para o exterior, destinada a:

I - empresa comercial exportadora, inclusive tradings ou outro estabelecimento da mesma empresa;

II - armazém alfandegado ou entreposto aduaneiro.

SEÇÃO III DAS ISENÇÕES, INCENTIVOS E BENEFÍCIOS FISCAIS

Art. 9º As isenções, incentivos e benefícios fiscais do imposto serão concedidos ou revogados mediante convênio celebrado nos termos de lei complementar.

§ 1º São incentivos e benefícios fiscais:

I - a redução da base de cálculo;

II - a concessão de crédito presumido;

III - quaisquer outros incentivos ou benefícios dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do ônus do imposto;

IV - a anistia, a remissão, a transação, a moratória e o parcelamento;

V - a fixação de prazo de recolhimento do imposto superior ao estabelecido em convênio.

§ 2º O Regulamento indicará as isenções, incentivos e benefícios vigentes, fazendo referência ao convênio que os instituiu.

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder os incentivos e benefícios fiscais de que trata o § 1º, aos empreendimentos localizados neste Estado, desde que autorizados em Convênios, celebrados nos termos da Lei Complementar nº 24/75, na forma e condições estabelecidas em regulamento.

§ 4º Constitui crédito presumido do imposto, o percentual equivalente, de forma que a carga tributária resulte nula, vedada a utilização de quaisquer outros créditos:

I - nas saídas internas de amêndoa de babaçu para fins industriais;

II - nas saídas de óleo bruto e refinado derivados da amêndoa de babaçu para fins industriais.

AC. § 4º - Lei nº 8.147/04

§ 5º O Regulamento desta Lei especificará os casos de isenções bem como poderá dispor que o lançamento e o pagamento do imposto incidente sobre a saída de determinadas mercadorias sejam diferidos para etapas posteriores do ciclo econômico.

§ 6º A fruição de qualquer benefício fiscal, incentivo ou isenção fica condicionada à regularidade fiscal.

§ 7º Os benefícios enumerados no § 1º poderão também ser adotados mediante regime especial pelo Secretário de Estado da Fazenda em proteção ao desenvolvimento socioeconômico do Estado.

AC Lei nº 9.379/11

Art. 9º-A Fica concedido, até 31 de agosto de 2009, crédito presumido do imposto nas operações de saída interna e interestadual de biodiesel fabricado por estabelecimentos industriais localizados no Estado do Maranhão, de forma que a carga tributária resultante seja nula.

Parágrafo único. A fruição do benefício de que trata este artigo veda a utilização de quaisquer outros créditos e não se aplica na operação de importação do exterior de insumos ou matérias-primas destinadas à fabricação de biodiesel.

AC Lei nº 8.871/08, NR Lei 8.878/08

Art. 9º - B. Nas prestações de serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, fica o Poder Executivo autorizado a conceder crédito presumido do imposto de forma que a carga tributária resultante seja de 4% (quatro por cento), vedado a utilização de quaisquer outros créditos, se o contribuinte optar pelo benefício.

AC MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10

Art. 10. Quando o reconhecimento do benefício fiscal depender de condição, não sendo esta satisfeita, o imposto será considerado devido no momento em que ocorrer a operação ou prestação.

Art. 11. A concessão de qualquer benefício fiscal não dispensa o contribuinte do cumprimento de obrigações acessórias.

SEÇÃO IV DO FATO GERADOR

Art.12. Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no momento:

I - da saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte, ainda que para outro estabelecimento do mesmo titular;

II - do fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias por qualquer estabelecimento;

III - da transmissão a terceiro de mercadoria depositada em armazém geral ou em depósito fechado, neste Estado;

IV - da transmissão de propriedade de mercadoria, ou de título que a represente, quando a mercadoria não tiver transitado pelo estabelecimento transmitente;

V - do início da prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, de qualquer natureza;

VI - do ato final do transporte iniciado no exterior;

VII - das prestações onerosas de serviços de comunicação, feita por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza ainda que iniciada ou prestada no exterior;

VIII - do fornecimento de mercadoria com prestação de serviços:

a) não compreendidos na competência tributária dos Municípios;

b) compreendidos na competência tributária dos Municípios e com indicação expressa de incidência do imposto de competência estadual, como definido na lei complementar aplicável;

IX - do desembaraço aduaneiro de mercadorias ou bens importados do exterior; (Redação dada pela LC nº 114, de 16.12.2002)

NR Lei nº 8.107/04

X - do recebimento, pelo destinatário, de serviço prestado no exterior;

XI - da aquisição em licitação pública de mercadorias ou bens importados do exterior e apreendidos ou abandonados; (Redação dada pela LC nº 114, de 16.12.2002)

NR Lei nº 8.107/04

XII - da entrada, no território deste Estado, de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo e energia elétrica oriundos de outro Estado, quando não destinados à comercialização ou à industrialização;

XIII - da utilização, por contribuinte, de serviço cuja prestação se tenha iniciado em outro Estado e não esteja vinculada a operação ou prestação subsequente;

XIV - da saída de mercadoria ou bem adquirido em hasta pública;

XV - da entrada de mercadoria ou bem no estabelecimento do adquirente ou em outro por ele indicado, na hipótese de exigência do imposto por substituição tributária;

XVI - da entrada no estabelecimento de contribuinte, de mercadoria ou bem oriundos de outra unidade da Federação, destinados ao uso, consumo ou ativo fixo;

§ 1º Na hipótese do inciso VII, quando o serviço for prestado mediante pagamento em ficha, cartão ou assemelhados, considera-se ocorrido o fato gerador do imposto quando do fornecimento desses instrumentos ao usuário.

§ 2º Na hipótese do inciso IX, após o desembaraço aduaneiro, a entrega, pelo depositário, de mercadoria ou bem importados do exterior deverá ser autorizada pelo órgão responsável pelo seu desembaraço, que somente se fará mediante a exibição do comprovante de pagamento do imposto incidente no ato do despacho aduaneiro, salvo disposição em contrário.

§ 3º Poderá ser exigido o pagamento antecipado do imposto, na entrada em território maranhense, observado o disposto no inciso XV do art. 13, nos casos de venda ambulante quando da entrada de mercadoria no Estado para revenda sem destinatário certo.

§ 4º O Poder Executivo poderá exigir o pagamento antecipado do imposto, na entrada em território maranhense, com fixação, se for o caso, do valor da operação ou da prestação subsequente, a ser efetuada pelo próprio contribuinte.

§ 5º Quando a mercadoria for remetida para o armazém geral ou para o depósito fechado do próprio contribuinte, neste Estado, considera-se ocorrido o fato gerador:

I - no momento da saída da mercadoria do armazém geral ou do depósito fechado, salvo se para retornar ao estabelecimento de origem;

II - no momento de transmissão da propriedade da mercadoria depositada em armazém geral ou em depósito fechado.

§ 6º- Na hipótese de entrega de mercadoria ou bem importados do exterior antes do desembaraço aduaneiro, considera-se ocorrido o fato gerador neste momento, devendo a autoridade responsável, salvo disposição em contrário, exigir a comprovação do pagamento do imposto. (incluído pela LC nº 114, de 16.12.2002).

AC Lei nº 8.107/04

§ 7º Poderá ser exigido o pagamento antecipado do imposto nas operações e prestações realizadas por estabelecimentos não inscritos no cadastro de contribuintes do ICMS - CAD/ICMS, bem como pelos inscritos de existência transitória ou daqueles cuja inscrição esteja suspensa, baixada ou cancelada.

AC Lei nº 8.107/04, NR MP nº 115/11, Lei nº 9.562/12

Redação Anterior

§ 7º- Poderá ser exigido o pagamento antecipado do imposto nas operações e prestações realizadas por estabelecimentos não

inscritos no CAD/ICMS ou de existência transitória, bem como por contribuintes inscritos, cuja inscrição esteja suspensa do CAD/ICMS.

SEÇÃO V DA BASE DE CÁLCULO

Art. 13. A base de cálculo do imposto é:

I - na saída de mercadoria prevista nos incisos I, III e IV do art. 12, o valor da operação;

II - na hipótese do inciso II do art. 12, o valor da operação, compreendendo mercadoria e serviço;

III - na prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, o preço do serviço;

IV - no fornecimento de que trata o inciso VIII do art. 12;

a) o valor da operação, na hipótese da alínea “a”;

b) o preço corrente da mercadoria fornecida ou empregada, na hipótese da alínea b;

V - na hipótese do inciso IX do art. 12, a soma das seguintes parcelas:

a) o valor da mercadoria ou bem constante dos documentos de importação, observado o disposto no art. 14;

b) imposto de importação;

c) imposto sobre produtos industrializados;

d) imposto sobre operações de câmbio;

e) quaisquer outros impostos, taxas, contribuições e despesas aduaneiras;

VI - na hipótese do inciso X do art. 12, o valor da prestação do serviço, acrescido, se for o caso, de todos os encargos relacionados com a sua utilização;

VII - no caso do inciso XI do art. 12, o valor da operação acrescido do valor dos impostos de importação e sobre produtos industrializados e de todas as despesas cobradas ou debitadas ao adquirente;

VIII - na hipótese do inciso XII do art. 12, o valor da operação de que decorrer a entrada;

IX - na hipótese do inciso XIII do art. 12, o valor da prestação no Estado de origem;

X - na hipótese do inciso XIV do art. 12, o valor da arrematação;

XI - na hipótese do inciso XVI do art. 12, o valor da operação sobre o qual foi cobrado no Estado de origem;

XII - o valor do custo das mercadorias que compõem o estoque final, acrescido de 20% (vinte por cento), na hipótese a que se refere o inciso II do art. 6º;

XIII - na entrada em território maranhense, de mercadorias trazidas sem destinatário certo, para comércio ambulante, por contribuinte de outro Estado, o valor indicado na nota fiscal acrescido de 50% (cinquenta por cento), ou valor estimado das operações a serem realizadas, se as mercadorias estiverem desacompanhadas de documento fiscal;

XIV - na hipótese do inciso VII do art. 27, a base de cálculo será o valor total da operação, incluído o preço de despesas acessórias debitadas ao detentor das mercadorias;

XV - na hipótese do pagamento antecipado a que se refere o § 3º do art. 12, a base de cálculo é o valor da mercadoria ou da prestação, acrescido de percentual de margem de lucro fixado para os casos de substituição tributária ou, na falta deste, o de 50% (cinquenta por cento).

§ 1º- Integra a base de cálculo do imposto, inclusive na hipótese do inciso V do caput deste artigo: (Redação dada pela LC nº 114, de 16.12.2002)

NR Lei nº 8.107/04

I - o montante do próprio imposto, constituindo o respectivo destaque mera indicação para fins de controle;

II - o valor correspondente a:

a) seguros, juros e demais importâncias pagas, recebidas ou debitadas, bem como descontos concedidos sob condição;

b) frete, caso o transporte seja efetuado pelo próprio remetente ou por sua conta e ordem e seja cobrado em separado.

§ 2º Não integra a base de cálculo do imposto o montante do Imposto sobre Produtos Industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configurar fato gerador de ambos os impostos.

§ 3º Quando a mercadoria entrar no estabelecimento para fins de industrialização ou comercialização, sendo, após, destinada para consumo ou ativo fixo do estabelecimento, acrescentar-se-á, na base de cálculo, o valor do IPI cobrado na operação de que decorreu a entrada.

§ 4º No caso dos incisos IX e XI deste artigo, o imposto a pagar será o valor resultante da aplicação do percentual equivalente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, sobre o valor ali previsto.

§ 5º Na saída de mercadoria para estabelecimento localizado em outro Estado, pertencente ao mesmo titular, a base de cálculo do imposto é:

I - o valor correspondente à entrada mais recente da mercadoria;

II - o custo da mercadoria produzida, assim entendida a soma do custo da matéria-prima, material secundário, mão-de-obra e acondicionamento;

III - tratando-se de mercadorias não industrializadas, o seu preço corrente no mercado atacadista do estabelecimento remetente.

§ 6º Nas operações e prestações interestaduais entre estabelecimentos de contribuintes diferentes, caso haja reajuste do valor depois da remessa ou da prestação, a diferença fica sujeita ao imposto no estabelecimento do remetente ou do prestador.

§ 7º Consideram-se despesas aduaneiras aquelas necessárias e compulsórias ao controle e desembaraço da mercadoria ou bem.

§ 8º- O valor mínimo das operações tributáveis, fixado em Portaria expedida pelo titular da Receita Estadual, será obtido através de procedimento administrativo, garantindo-se a ampla defesa e o contraditório, no qual far-se-á levantamento, ainda que por amostragem ou através de informações e outros elementos fornecidos por entidades representativas, dos respectivos setores, adotando-se a média ponderada dos valores coletados.

AC Lei nº 8.107/04

Art. 14. O preço de importação expresso em moeda estrangeira será convertido em moeda nacional pela mesma taxa de câmbio utilizada no cálculo do imposto de importação, sem qualquer acréscimo ou devolução posterior se houver variação da taxa de câmbio até o pagamento efetivo do preço.

Parágrafo único. O valor fixado pela autoridade aduaneira para base de cálculo do imposto de importação, nos termos da lei aplicável, substituirá o preço declarado.

Art. 15. Na falta do valor a que se referem os incisos I e VIII do art. 13, a base de cálculo do imposto é:

I - o preço corrente da mercadoria, ou de sua similar, no mercado atacadista do local da operação ou, na sua falta, no mercado atacadista regional, caso o remetente seja produtor, extrator ou gerador, inclusive de energia;

II - o preço FOB estabelecimento industrial à vista, caso o remetente seja industrial;

III - o preço FOB estabelecimento comercial à vista, na venda a outros comerciantes ou industriais, caso o remetente seja comerciante.

§ 1º Para aplicação dos incisos II e III do *caput*, adotar-se-á sucessivamente:

I - o preço efetivamente cobrado pelo estabelecimento remetente na operação mais recente;

II - caso o remetente não tenha efetuado venda de mercadoria, o preço corrente da mercadoria ou de sua similar no mercado atacadista do local da operação ou, na falta deste, no mercado atacadista regional.

§ 2º Na hipótese do inciso III do *caput*, se o estabelecimento remetente não efetuar vendas a outros comerciantes ou industriais ou, em qualquer caso, se não houver mercadoria similar, a base de cálculo será equivalente a setenta e cinco por cento do preço de venda corrente no varejo.

§ 3º Nas saídas para estabelecimento situado neste Estado, pertencente ao mesmo titular, em substituição aos preços referidos nos incisos II e III deste artigo poderá o estabelecimento remetente atribuir à operação outro valor, desde que não seja inferior ao do custo das mercadorias.

Art. 16. Nas prestações sem preço determinado, a base de cálculo do imposto é o valor corrente do serviço, no local da prestação.

Art. 17. Quando o valor do frete, cobrado por estabelecimento pertencente ao mesmo titular da mercadoria ou por outro estabelecimento de empresa que com aquele mantenha relação de interdependência, exceder os níveis normais de preços em vigor, no mercado local, para serviço semelhante, constantes de tabelas elaboradas pelos órgãos competentes, o valor excedente será havido como parte do preço da mercadoria.

Parágrafo único. Considerar-se-ão interdependentes duas empresas quando:

I - uma delas, por si, seus sócios ou acionistas, e respectivos cônjuges ou filhos menores, for titular de mais de cinquenta por cento do capital da outra;

II - uma mesma pessoa fizer parte de ambas, na qualidade de diretor, ou sócio com funções de gerência, ainda que exercidas sob outra denominação;

III - uma delas locar ou transferir a outra, a qualquer título, veículo destinado ao transporte de mercadorias.

Art. 18. Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de mercadorias, bens, serviços ou direitos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

Parágrafo único. Nos seguintes casos o valor das operações poderá ser arbitrado pela autoridade fiscal, observado o preço das mercadorias vigentes na praça, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis:

I - não exibição ao Fisco dos elementos necessários à comprovação do valor da operação, inclusive nos casos de perda ou extravio de livro ou documento fiscal;

II - comprovada suspeita de que os documentos fiscais não refletem o valor real da operação;

III - declaração, nos documentos fiscais, de valores notoriamente inferiores ao preço corrente das mercadorias;

IV - transporte, entrega, recebimento e depósito de mercadorias desacompanhadas de documentos fiscais.

Art.19. Quando não for possível determinar o valor da base de cálculo, o imposto a recolher será calculado sobre o preço corrente da mercadoria, na praça e na época em que ocorrer o fato gerador;

Art. 20. Uma vez apurado que, existindo valor da operação, o contribuinte se utilizou de base de cálculo diversa e sendo aquele superior, sobre a diferença será exigido o imposto, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 21. O Poder Executivo, conforme normas fixadas em Convênio celebrado pelos Estados, poderá estabelecer redução na base de cálculo ou valores específicos para cada produto.

Art. 22. Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - operação interna:

a) aquela em que o remetente e o destinatário da mercadoria estejam situados neste Estado;

b) a operação de entrada de mercadoria importada do exterior em estabelecimento do próprio importador neste Estado;

II - operação interestadual, aquela em que o remetente e o destinatário da mercadoria estejam situados em Estados diferentes;

III - operação de exportação, aquela em que a mercadoria seja remetida para destinatário situado no exterior, ou para armazéns alfandegados e entrepostos aduaneiros, assim como para as empresas que operem exclusivamente no ramo de exportação.

SEÇÃO VI DAS ALÍQUOTAS

Art. 23. As alíquotas do ICMS são:

I - de 4% (quatro por cento), nas prestações de serviços de transporte aéreo interestadual de passageiro, carga e mala postal, destinados a contribuintes do imposto (Resolução nº 95/96, do Senado Federal);

II - de 12% (doze por cento):

a) nas operações interestaduais que destinem mercadorias a contribuintes do imposto;

b) nas prestações de serviços de comunicação e de transporte interestadual destinados a contribuintes do imposto, exceto os casos previstos no inciso I deste artigo;

c) nas operações internas e de importação do exterior, quando realizadas com os seguintes produtos:

1 - adubos, fertilizantes, corretivos de solo, sementes certificadas ou fiscalizadas, rações balanceadas e seus componentes, e sal mineral;

2 - gado bovino, bufalino, suíno, ovino e caprino, bem como os produtos de sua matança, em estado natural, resfriado ou congelado;

3 - tijolos, telhas, lajotas, manilhas e outros, resultantes de cerâmica vermelha;

d) nas operações internas, no fornecimento de energia elétrica:

1 - utilizada, comprovadamente, no processo de irrigação rural;

2 - para os consumidores residenciais, até 500 quilowatts/hora;

e) nas operações internas com máquinas, aparelhos e equipamentos industriais e implementos e tratores agrícolas definidos em ato do Poder Executivo;

f) nas operações internas com produtos de informática:

1. disco rígido (winchester);

2. dispositivos de armazenamento de dados para microcomputadores ;

3. dispositivo de leitura ótica;

4. disquetes;
5. impressoras para microcomputadores;
6. interfaces de comunicação de dados para microcomputadores e redes locais;
7. joystick;
8. microcomputadores;
9. monitores de vídeo;
10. mouse;
11. scanners;
12. teclado;
13. terminais de vídeo;
14. trackballs;
15. unidades para leitura e gravação de compact disc laser (CD-laser);

g) nas operações internas de saídas promovidas pelas indústrias de manufaturas diversas de metais comuns;

h) nas prestações internas de serviços de transporte aéreo (Convênio ICMS 120/96);

i) nas prestações interestaduais de serviço de transporte aéreo de pessoa carga e mala postal, quando tomada por não contribuintes de ICMS ou a este destinadas;

j) nas operações internas de saída de pedra granítica britada;

k) nas operações internas de aquisições de bens e mercadorias destinadas a órgãos da Administração Pública Estadual Direta, inclusive suas fundações e autarquias.

AC Lei nº 8.107/04

l) nas operações internas com óleo combustível OCB1 de baixo teor de enxofre, a partir de 1º de novembro de 2009;

AC MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10

III - de 17% (dezessete por cento):

a) nas operações internas com mercadorias;

b) nas prestações internas de serviços de transporte;

c) nas operações internas, no fornecimento de energia elétrica, exceto os casos previstos no inciso II, alínea "d", item 2 e inciso IV, alínea "f" deste artigo;

d) nas operações e prestações de serviços de transporte interestadual, que destinem mercadorias ou serviços a consumidor final não contribuinte do imposto;

e) nas operações de importações de mercadorias ou bens do exterior e sobre o transporte iniciado no exterior;

NR Lei nº 8.107/04

IV - de 25% (vinte e cinco por cento):

a) nas operações internas e de importação do exterior, bem como nas interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte do imposto, realizadas com os seguintes produtos:

1- armas e munições;

2 - bebidas alcoólicas;

3 -embarcações de esporte e de recreação;

4 - fumo e seus derivados;

b) nas prestações internas de serviços de comunicação;

c) nas prestações interestaduais que destinem serviços de comunicação a consumidor final não contribuinte do imposto;

d) nas importações de prestação de serviços de comunicação iniciadas no exterior;

e) nas operações internas e de importação do exterior de gasolina, álcool anidro e hidratado, óleo combustível e querosene de aviação; (*NR Lei nº 7.918/03, Lei nº 8.413/06*))

f) nas operações internas, no fornecimento de energia elétrica, para consumidores residenciais, acima de 500 quilowatts/hora.

Art. 24. Na hipótese do inciso V do §1º do art. 5º, a alíquota do imposto será o percentual que resultar da diferença entre a alíquota interna deste Estado, aplicável à operação ou à prestação, e aquela aplicada na unidade federada de origem da mercadoria ou serviço para operação ou prestação interestadual.

SEÇÃO VII DO LOCAL DA OPERAÇÃO E DA PRESTAÇÃO

Art. 25. O local da operação ou da prestação, para os efeitos da cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é:

I - tratando-se de mercadoria ou bem:

a) o do estabelecimento onde se encontre, no momento da ocorrência do fato gerador;

b) onde se encontre, quando em situação irregular pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhado de documentação inidônea;

c) o do estabelecimento que transfira a propriedade, ou o título que a represente, de mercadoria por ele adquirida no País e que por ele não tenha transitado, salvo se os estabelecimentos do depositante e do depositário não estejam neste Estado;

d) importado do exterior, onde estiver situado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário da mercadoria, bem ou serviço;

e) aquele onde seja realizada a licitação, no caso de arrematação de mercadoria ou bem importados do exterior e apreendidos ou abandonados; (Redação dada pela LC nº 114, de 16.12.2002).

NR Lei nº 8.107/04

f) o do estabelecimento do adquirente, inclusive consumidor final, nas operações interestaduais com energia elétrica e petróleo, lubrificantes e combustíveis dele derivados, quando não destinados à industrialização ou à comercialização;

g) o do Município onde o ouro tenha sido extraído, quando não considerado como ativo financeiro ou instrumento cambial;

h) o de desembarque do produto, na hipótese de captura de peixes, crustáceos e moluscos;

II - tratando-se de prestação de serviço de transporte:

a) onde tenha início a prestação;

b) onde se encontre o transportador, quando em situação irregular pela falta de documentação fiscal ou quando acompanhada de documentação inidônea;

c) o do estabelecimento destinatário do serviço, na hipótese do inciso XIII do art. 12 e para os efeitos do § 4º do art. 13;

III - tratando-se de prestação onerosa de serviço de comunicação:

a) o da prestação do serviço de radiodifusão sonora e de som e imagem, assim entendido o da geração, emissão, transmissão e retransmissão, repetição, ampliação e recepção;

b) o do estabelecimento da concessionária ou da permissionária que forneça ficha, cartão, ou assemelhados com que o serviço é pago;

c) o do estabelecimento destinatário do serviço, na hipótese e para os efeitos do inciso XIII do art. 12;

d) o do estabelecimento ou domicílio do tomador do serviço, quando prestado por meio de satélite;

e) onde seja cobrado o serviço, nos demais casos;

IV - o do estabelecimento ou do domicílio do destinatário tratando-se de serviços prestados ou iniciados no exterior.

§ 1º Para os efeitos da alínea “g” do inciso I, o ouro, quando definido como ativo financeiro ou instrumento cambial, deve ter sua origem identificada.

§ 2º Quando a mercadoria for remetida para armazém geral ou para depósito fechado do próprio contribuinte, neste Estado, a posterior saída considerar-se-á ocorrida no estabelecimento do depositante, salvo se para retornar ao estabelecimento remetente.

§ 3º Na hipótese do inciso III do caput deste artigo, tratando-se de serviços não medidos, que envolvam este Estado e localidades situadas em diferentes unidades da Federação e cujo preço seja cobrado por períodos definidos, o imposto devido ao Maranhão será recolhido em parte igual às unidades da Federação onde estiverem localizados o prestador ou o tomador.

SEÇÃO VIII DOS CONTRIBUINTES

Art. 26. Contribuinte é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

§ 1º- É também contribuinte a pessoa física ou jurídica que, mesmo sem habitualidade ou intuito comercial: (Redação dada pela LC nº 114, de 16.12.2002)

I - importe mercadorias ou bens do exterior, qualquer que seja a sua finalidade; (Redação dada pela LC nº 114, de 16.12.2002)

NR Lei nº 8.107/04

II - seja destinatária de serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior;

III - adquira em licitação mercadorias ou bens apreendidos ou abandonados;" (Redação dada pela LC nº 114, de 16.12.2002)

NR Lei nº 8.107/04

IV - adquira em hasta pública mercadorias ou bens;

V - adquira energia elétrica, petróleo, lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo oriundos de outra unidade da Federação, quando não destinados à comercialização ou à industrialização;

VI - forneça alimentação, bebidas e outras mercadorias.

§ 2º Considera-se contribuinte autônomo cada estabelecimento produtor, extrator, gerador de energia, industrial, comercial, e importador ou prestador de serviços de transporte e de comunicação do mesmo contribuinte.

SEÇÃO IX DOS RESPONSÁVEIS

Art. 27. Fica atribuída a responsabilidade pelo pagamento do imposto e acréscimos legais devidos pelo sujeito passivo, quanto aos atos e omissões que praticarem e que concorrerem para o não-cumprimento da obrigação tributária:

I - ao leiloeiro, em relação ao imposto devido sobre as saídas de mercadorias ou bens decorrentes de arrematação em leilões, excetuado o referente a mercadoria ou bem importado e apreendido;

II - ao síndico, comissário, inventariante ou liquidante, em relação ao imposto devido sobre as saídas de mercadorias decorrentes de sua alienação em falências, concordatas, inventário ou dissolução de sociedades, respectivamente;

III - ao industrial, comerciante ou outra categoria de contribuinte, quanto ao imposto devido na operação ou operações anteriores promovidas com a mercadoria ou seus insumos;

IV - ao produtor, industrial ou comerciante atacadista, quanto ao imposto devido pelo comerciante varejista;

V - ao produtor ou industrial, quanto ao imposto devido pelo comerciante atacadista;

VI - aos transportadores, depositários e demais encarregados da guarda ou comercialização de mercadorias:

a) nas saídas de mercadorias depositadas por contribuintes de qualquer Estado;

b) nas transmissões de propriedade de mercadorias depositadas por contribuintes de qualquer Estado;

c) nos recebimentos para depósito ou nas saídas de mercadorias sem documentação fiscal ou com documentação inidônea;

d) provenientes de qualquer unidade da Federação para entrega a destinatário não designado no território deste Estado;

e) que forem negociadas no território deste Estado durante o transporte;

f) que aceitem para despacho ou transporte sem documentação fiscal ou acompanhadas de documento fiscal inidôneo ou falsa;

g) que entregarem a destinatário ou em local diverso do indicado na documentação fiscal;

VII - qualquer pessoa, em relação a mercadoria que detiver para comercialização, industrialização ou simples entrega, desacompanhada de documentação fiscal idônea ou conforme o caso da prova de pagamento do imposto;

VIII- solidariamente, o entreposto aduaneiro e qualquer outra pessoa que tenha promovido:

a) saída de mercadorias para o exterior sem documentação fiscal correspondente;

b) saída de mercadoria estrangeira, com destino ao mercado interno, sem a documentação fiscal correspondente, ou com destino a estabelecimento de titular diverso daquele que a tiver importado ou arrematado;

c) reintrodução, no mercado interno, de mercadoria depositada para o fim específico de exportação.

§ 1º Salvo disposição especial em contrário, é considerado inidôneo, para todos os efeitos fiscais, o documento que:

I - omita as indicações determinadas na legislação;

II - não seja o legalmente exigido para a respectiva operação ou prestação;

III - não guarde as exigências ou requisitos previstos na legislação;

IV - contenha declarações inexatas, esteja preenchido de forma ilegível ou apresente emendas ou rasuras que lhe prejudiquem a clareza;

V - apresente divergências entre os dados constantes de suas diversas vias;

VI - não esteja autenticado, na forma estabelecida na legislação tributária estadual;

VII - seja emitido por contribuinte cuja inscrição tenha sido baixada, suspensa ou cancelada;

VIII - tenha sido objeto de furto, roubo, desaparecimento ou extravio.

§ 2º Considera-se documento falso:

I - aquele que tenha sido confeccionado sem a devida autorização fiscal;

II - embora revestido das formalidades legais, tenha sido utilizado com intuito comprovado de fraude;

III - seja emitido por contribuinte fictício ou que não mais exercite suas atividades.

§ 3º -A substituição tributária não exclui a responsabilidade do contribuinte substituído, no caso de descumprimento total ou parcial da obrigação pelo contribuinte substituto.

AC Lei nº 8.107/04

Art. 28. O responsável sub-roga-se nos direitos e obrigações do contribuinte, estendendo-se a sua responsabilidade à punibilidade por infração tributária, ressalvada, quanto ao síndico e o comissário, o disposto no parágrafo único do art. 134 do Código Tributário Nacional.

Art. 29. Nos serviços de transporte e de comunicação, quando a prestação for efetuada por mais de uma empresa, a responsabilidade pelo pagamento do imposto poderá ser atribuída, por convênio celebrado entre as unidades federadas, àquela que promover a cobrança integral do respectivo valor diretamente do usuário do serviço.

Parágrafo único. O convênio a que se refere este artigo estabelecerá a forma de participação na respectiva arrecadação.

SEÇÃO X DO LANÇAMENTO

Art. 30. O lançamento do imposto será feito nos documentos e livros fiscais com a descrição das operações e prestações realizadas, na forma disciplinada pelo Poder Executivo.

Art. 31. O lançamento, de exclusiva responsabilidade do contribuinte, está sujeito a posterior homologação pela autoridade administrativa.

Art. 32. O Poder Executivo poderá dispor que o lançamento e o pagamento do imposto incidente sobre a saída de determinada mercadoria sejam diferidos para etapas posteriores de sua comercialização.

Art. 33. Todos os dados relativos ao lançamento serão fornecidos ao Fisco, mediante declaração de informações econômico-fiscais conforme modelo aprovado em ato expedido pela autoridade competente.

SEÇÃO XI DA COMPENSAÇÃO

Art. 34. O imposto é não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação com o montante cobrado nas anteriores por este ou outro Estado.

Art. 35. Para a compensação a que se refere o artigo anterior, é assegurado ao sujeito passivo o direito de creditar-se do imposto anteriormente cobrado em operações de que tenha resultado a entrada de mercadoria, real ou simbólica, no estabelecimento, inclusive a destinada ao seu uso ou consumo ou ao ativo permanente, ou o recebimento de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou de comunicação.

§ 1º Na aplicação deste artigo observar-se-á o seguinte:

I - somente darão direito a crédito as mercadorias destinadas ao uso ou consumo do estabelecimento, nele entradas a partir de 1º de janeiro de 2020; *NR Lei nº 7.918/03, Lei nº 8.513/06, NR Lei nº 9.379/11*

II - somente dará direito a crédito a entrada de energia elétrica no estabelecimento:

a) quando for objeto de operação de saída de energia elétrica;

b) quando consumida no processo de industrialização;

c) quando seu consumo resultar em operação de saída ou prestação para o exterior, na proporção destas sobre as saídas ou prestações totais; e

d) a partir de 1º de janeiro de 2020, nas demais hipóteses; *NR Lei nº 7.918/03, Lei nº 8.513/06, Lei nº 9.379/11*

III - somente darão direito a crédito as mercadorias destinadas ao ativo permanente do estabelecimento, nele entradas a partir de 1º de novembro de 1996;

IV - somente dará direito a crédito o recebimento de serviços de comunicação utilizados pelo estabelecimento:

a) ao qual tenham sido prestados na execução de serviços da mesma natureza;

b) quando sua utilização resultar em operação de saída ou prestação para o exterior, na proporção desta sobre as saídas ou prestações totais; e

c) a partir de 1º de janeiro de 2020, nas demais hipóteses. *NR Lei nº 7.918/03, Lei nº 8.513/06, Lei nº 9.379/11*

§ 2º Darão direito a crédito, que não será objeto de estorno, as mercadorias entradas no estabelecimento para integração ou consumo em processo de produção de mercadorias industrializadas, inclusive semi-elaboradas, destinadas ao exterior;

§ 3º É permitida, também, a dedução do valor do imposto pago relativo às mercadorias devolvidas, em virtude de garantia, por particular, produtor ou qualquer pessoa física ou jurídica, não considerada contribuinte ou não obrigada a emissão de documentos fiscais, desde que:

a) haja prova cabal da devolução;

b) o retorno se verifique dentro de 45 dias contados da data da saída da mercadoria, ou dentro do prazo determinado no documento de garantia.

Art. 36. O imposto devido resulta da diferença a maior entre os débitos e os créditos escriturais referentes ao período de apuração fixado pelo Poder Executivo.

§ 1º Os débitos são constituídos pelos valores resultantes da aplicação das alíquotas cabíveis sobre as bases de cálculo das operações ou prestações tributadas.

§ 2º Do valor do imposto devido, apurado na forma do caput, são dedutíveis os recolhimentos antecipados e outros valores expressamente previstos na legislação tributária, transferindo-se para o período subsequente o eventual saldo credor.

§ 3º O Poder Executivo pode estabelecer que o montante devido resulte da diferença a maior entre o imposto devido na operação com mercadoria ou na prestação de serviço e cobrado relativamente às operações e prestações anteriores, ou seja apurado por mercadoria ou serviço, dentro de determinado período, ou em relação a cada operação ou prestação.

Art. 37. Não dão direito a crédito as entradas de mercadorias ou utilização de serviços resultantes de operações ou prestações isentas ou não tributadas, ou que se refiram a mercadorias ou serviços alheios à atividade do estabelecimento.

Parágrafo único. Salvo prova em contrário, presumem-se alheios à atividade do estabelecimento os veículos de transporte pessoal.

Art. 38. É vedado o crédito relativo a mercadoria entrada no estabelecimento ou a prestação de serviços a ele feita:

I - para integração ou consumo em processo de industrialização ou produção rural, quando a saída do produto resultante não for tributada ou estiver isenta do imposto, exceto se tratar-se de saída para o exterior;

II - para comercialização ou prestação de serviço, quando a saída ou a prestação subsequente não forem tributadas ou estiverem isentas do imposto, exceto as destinadas ao exterior;

III - acobertadas por documento fiscal falso, ou que não contenha em destaque o valor do ICMS, ou que este esteja calculado em desacordo com a legislação tributária;

IV - acobertadas por documento fiscal em que seja indicado estabelecimento destinatário diferente do recebedor da mercadoria.

§ 1º Na hipótese do inciso III a proibição de deduzir o imposto calculado em desacordo com as normas da legislação aplica-se somente à parcela excedente do imposto calculado corretamente.

§ 2º Operações tributadas, posteriores a saídas de que tratam os incisos I e II deste artigo, dão ao estabelecimento que as praticar direito a creditar-se do imposto cobrado nas operações anteriores às isentas ou não tributadas sempre que a saída isenta ou não tributada seja relativa a:

I - produtos agropecuários;

II - quando autorizado em lei estadual, outras mercadorias.

§ 3º O não creditamento ou o estorno a que se referem os incisos I e II deste artigo, não impedem a utilização dos mesmos créditos em operações posteriores, sujeitas ao imposto, com a mesma mercadoria.

V - quando o imposto devido ao Estado de origem tenha sido reduzido, no todo ou em parte, por concessão de benefício sem amparo em convênio, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, em relação às entradas ocorridas após a publicação de ato do Chefe do Poder Executivo, identificando o Estado de origem, a mercadoria ou serviço, o benefício considerado irregular e o percentual de crédito a que não se reconhece o direito.

AC MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10

Art. 39. Para efeito de compensação, relativamente aos créditos decorrentes de entrada de mercadorias no estabelecimento destinadas ao ativo permanente, deverá ser observado:

I - a apropriação será feita à razão de um quarenta e oito avos por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em que ocorrer a entrada no estabelecimento;

II - em cada período de apuração do imposto, não será admitido o creditamento de que trata o inciso I, em relação à proporção das operações de saídas ou prestações isentas ou não tributadas sobre o total das operações de saídas ou prestações efetuadas no mesmo período;

III - para aplicação do disposto nos incisos I e II, o montante do crédito a ser apropriado será o obtido multiplicando-se o valor total do respectivo crédito pelo fator igual a um quarenta e oito avos da relação entre o valor das operações de saídas e prestações tributadas e o total das operações de saídas e prestações do período, equiparando-se às tributadas, para fins deste inciso, as saídas e prestações com destino ao exterior;

IV - o quociente de um quarenta e oito avos será proporcionalmente aumentado ou diminuído, pro rata die, caso o período de apuração seja superior ou inferior a um mês;

V - na hipótese de alienação dos bens do ativo permanente, antes de decorrido o prazo de quatro anos contado da data de sua aquisição, não será admitido, a partir da data da alienação, o creditamento de que trata este parágrafo em relação à fração que corresponderia ao restante do quadriênio;

VI - serão objeto de outro lançamento, além do lançamento em conjunto com os demais créditos, para efeito da compensação prevista neste artigo e no art. 34, em livro próprio ou de outra forma que a legislação regulamentar, para aplicação do disposto nos incisos I a V deste artigo; e

VII - ao final do quadragésimo oitavo mês contado da data da entrada do bem no estabelecimento, o saldo remanescente do crédito será cancelado.

Art. 40. O sujeito passivo deverá efetuar o estorno do imposto de que se tiver creditado sempre que o serviço tomado ou a mercadoria entrada no estabelecimento:

I - for objeto de saída ou prestação de serviço não tributada ou isenta, sendo esta circunstância imprevisível na data da entrada da mercadoria ou da utilização do serviço;

II - for integrada ou consumida em processo de industrialização, quando a saída do produto resultante não for tributada ou estiver isenta do imposto;

III - vier a ser utilizada em fim alheio à atividade do estabelecimento;

IV - ocorrer perecimento, deteriorização, extravio, furto ou roubo;

V - a operação ou prestação subsequente gozar de redução da base de cálculo hipótese em que o estorno será proporcional à redução;

VI - tenham propiciado, na saída do estabelecimento remetente devolução do imposto, no todo ou em parte, ao próprio ou a outro contribuinte, por qualquer entidade tributante, mesmo sob a forma de prêmio ou estímulo, ressalvadas as hipóteses previstas na legislação federal aplicável;

VII - ocorrer, por qualquer motivo, alienação da mercadoria por importância inferior ao valor que serviu de base de cálculo na operação de que decorreu sua entrada,

será obrigatória a anulação do crédito correspondente à diferença entre o valor citado e o que serviu de base de cálculo na saída respectiva.

§ 1º Não se estornam créditos referentes a mercadorias e serviços que venham a ser objeto de operações ou prestações destinadas ao exterior.

§ 2º Havendo mais de uma aquisição e sendo impossível determinar a qual delas corresponde a mercadoria, o imposto a estornar será calculado sobre o preço da aquisição mais recente, mediante a aplicação da alíquota vigente à época dessa aquisição.

§ 3º O contribuinte deverá estornar o excesso de crédito utilizado indevidamente.

Art. 41. O direito de crédito, para efeito de compensação com débito do imposto, reconhecido ao estabelecimento que tenha recebido as mercadorias ou para o qual tenham sido prestados os serviços, está condicionado à idoneidade da documentação e, se for o caso, à escrituração nos prazos e condições estabelecidos na legislação.

Parágrafo único. O direito de utilizar o crédito extingue-se depois de decorridos cinco anos contados da data de emissão do documento.

Art. 42. O regulamento desta Lei disporá sobre o período de apuração do imposto.

Art. 43. As obrigações consideram-se vencidas na data em que termina o período de apuração e são liquidadas por compensação ou mediante pagamento em dinheiro como disposto neste artigo:

I - as obrigações consideram-se liquidadas por compensação até o montante dos créditos escriturados no mesmo período mais o saldo credor de período ou períodos anteriores, se for o caso;

II - se o montante dos débitos do período superar o dos créditos, a diferença será liquidada dentro do prazo fixado pelo regulamento;

III - se o montante dos créditos superar os dos débitos, a diferença será transportada para o período seguinte.

Art. 44. Para efeito de aplicação do disposto no artigo anterior, os débitos e créditos devem ser apurados em cada estabelecimento, compensando-se os saldos credores e devedores entre os estabelecimentos do mesmo sujeito passivo localizados neste Estado.

Art. 45. Os créditos acumulados em decorrência da realização de operações de exportação poderão ser transferidos na proporção que estas saídas representem do total das saídas realizadas pelo estabelecimento, e conforme dispuser a legislação tributária específica:

I - para qualquer estabelecimento da mesma empresa situado neste Estado;

II - se ainda não compensados ou transferidos até 1º de agosto de 2000, para outros contribuintes estabelecidos neste Estado, a requerimento do sujeito passivo, caso haja saldo remanescente após a dedução prevista no inciso anterior, para compensação parcelada dos saldos credores existentes em 31 de dezembro de 1999, mediante a emissão de documento, pela autoridade competente que reconheça o crédito.

Parágrafo único. O Poder Executivo determinará hipóteses de transferência de saldo credor decorrente da realização de demais operações.

Art. 46. É vedada a restituição ou transferência, para outro estabelecimento, do saldo de crédito existente na data do encerramento das atividades de qualquer estabelecimento.

Art. 47. O Poder Executivo poderá conceder e vedar direito a crédito do imposto, dispensar e exigir o seu estorno, bem como conceder crédito presumido a determinada categoria de contribuinte, segundo o que for estabelecido em convênios celebrados na forma prevista em lei federal vigente.

SEÇÃO XII DO PAGAMENTO

Art. 48. O imposto será pago na forma e no prazo fixado pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. É facultado ao Poder Executivo determinar que o imposto seja pago em local diferente daquele onde ocorrer o fato gerador, ressalvado o direito do Município à participação do imposto.

SEÇÃO XIII DO REGIME DE ESTIMATIVA

Art. 49. Em substituição ao regime de apuração previsto no art. 36, o Poder Executivo poderá estabelecer que em função do porte ou da atividade do estabelecimento, o imposto seja pago em parcelas periódicas e calculado por estimativa, para um determinado período, assegurado ao sujeito passivo o direito de impugná-la e instaurar processo contraditório.

§ 1º Para enquadramento no regime e fixação do valor a ser pago em determinado período observar-se-á os critérios:

I - estabelecimento de funcionamento provisório;

II - contribuinte de rudimentar organização;

III - operações realizadas por estabelecimento cuja natureza ou condições em que se realizar o negócio torne impraticável a emissão de documentos fiscais;

IV - contribuinte cuja espécie, modalidade ou volume de negócios ou atividades aconselham tratamento fiscal específico.

§ 2º Para determinação do imposto a recolher será estimado o valor das saídas de mercadorias, com base em dados declarados pelo contribuinte e em outros de que dispuser o Fisco, na forma disciplinada pelo Poder Executivo.

§ 3º Ao fim do período, será feito o ajuste com base na escrituração regular do contribuinte, que pagará a diferença apurada, se positiva; caso contrário, a diferença será compensada com o pagamento referente ao período ou períodos imediatamente seguintes.

§ 4º A inclusão de estabelecimento neste regime não dispensa o sujeito passivo do cumprimento de obrigações acessórias.

§ 5º Quando se tratar de início de atividade, a estimativa poderá ser fixada em função de valores presumidos.

§ 6º O estabelecimento de funcionamento provisório recolherá o imposto antecipadamente.

§ 7º Os contribuintes sujeitos ao pagamento do imposto por estimativa poderão ser dispensados de emitir documentos fiscais e de possuir e escriturar livros desta natureza.

§ 8º A revisão dos valores que serviram de base para o recolhimento do imposto, bem como a suspensão do regime de estimativa, poderão ser processadas a qualquer tempo pelo Fisco.

Art. 50. O Poder Executivo estabelecerá as normas relativas ao regime de estimativa.

SEÇÃO XIV DA RESTITUIÇÃO

Art. 51. As quantias relativas ao tributo indevidamente pago serão restituídas, desde que o contribuinte ou responsável produza prova de que o respectivo valor não tenha sido recebido de terceiros.

§ 1º O terceiro que faça prova de haver recebido o encargo financeiro do ICMS subroga-se ao direito à devolução do imposto indevidamente pago em relação ao contribuinte ou responsável.

§ 2º O contribuinte ou responsável expressamente autorizado pelo terceiro, a quem o encargo relativo ao ICMS tenha sido transferido, poderá pleitear a restituição do tributo indevidamente pago.

§ 3º A restituição total ou parcial do tributo dá lugar à devolução de penalidade tributável, acréscimo, juros e correção monetária pagos e correspondentes, salvo

as penas de caráter formal que se não devem considerar prejudicadas pela causa assecuratória da restituição.

SEÇÃO XV DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 52. Na saída das mercadorias relacionadas no Anexo I desta lei, fica atribuída ao contribuinte substituto a responsabilidade pela retenção e recolhimento do imposto incidente nas operações ou prestações antecedentes, concomitantes ou subseqüentes, inclusive o referente ao diferencial de alíquota, conforme dispuser a legislação tributária específica.

Art. 53. Fica atribuída a qualidade de contribuinte substituto, nas seguintes hipóteses:

I - ao industrial, comerciante ou outra categoria de contribuinte, pelo pagamento do imposto devido na operação ou operações anteriores;

II - ao produtor, extrator, gerador, inclusive de energia, importador, industrial, distribuidor, comerciante ou transportador, pelo pagamento do imposto devido nas operações subseqüentes;

III - ao depositário, a qualquer título, em relação a mercadoria depositada por contribuinte;

IV - ao contratante de serviço ou terceiro que participe da prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;

V - ao contribuinte que realizar operação interestadual com petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, em relação às operações subseqüentes;

VI - às empresas geradoras ou distribuidoras de energia elétrica, nas operações internas e interestaduais, na condição de contribuinte ou de substituto tributário, pelo pagamento do imposto, desde a produção ou importação até a última operação, sendo seu cálculo efetuado sobre o preço praticado na operação final, assegurado seu recolhimento a este Estado;

VII - as operações interestaduais com as mercadorias de que tratam os incisos V e VI deste artigo, que tenham como destinatário consumidor final, o imposto incidente na operação será devido a este Estado e será pago pelo remetente.

Parágrafo único. A responsabilidade pelo recolhimento do imposto pode ser atribuída também ao adquirente da mercadoria, em substituição ao alienante.

Art. 54. A base de cálculo, para fins de substituição tributária, será:

I - em relação às operações ou prestações antecedentes ou concomitantes, o valor da operação ou prestação praticado pelo contribuinte substituído;

II - em relação às operações ou prestações subseqüentes, no caso do art. 53, inciso II, a obtida pelo somatório das parcelas seguintes:

a) o valor da operação ou prestação própria realizada pelo substituto tributário ou pelo substituído intermediário;

b) o montante dos valores de seguro, de frete e de outros encargos cobrados ou transferíveis aos adquirentes ou tomadores de serviço;

c) a margem de valor agregado, inclusive lucro, relativa às operações ou prestações subseqüentes.

§ 1º Na hipótese de responsabilidade tributária em relação às operações ou prestações antecedentes, o imposto devido pelas referidas operações ou prestações será pago pelo responsável, quando:

I - da entrada ou recebimento da mercadoria, do bem ou do serviço;
(Redação dada pela LC nº 114, de 16.12.2002)

NR Lei nº 8.107/04

II - da saída subseqüente por ele promovida, ainda que isenta ou não tributada;

III - ocorrer qualquer saída ou evento que impossibilite a ocorrência do fato determinante do pagamento do imposto.

§ 2º Tratando-se de mercadoria ou serviço cujo preço final a consumidor, único ou máximo, seja fixado por órgão público competente, a base de cálculo do imposto, para fins de substituição tributária, é o referido preço por ele estabelecido.

§ 3º Existindo preço final a consumidor sugerido pelo fabricante ou importador, o Poder Executivo poderá estabelecer como base de cálculo este preço, na ausência de preço final a consumidor, único ou máximo fixado por órgão público competente.

§ 4º A margem a que se refere a alínea “c” do inciso II do caput será estabelecida com base em preços usualmente praticados no mercado considerado, obtidos por levantamento, ainda que por amostragem ou através de informações e outros elementos fornecidos por entidades representativas dos respectivos setores, adotando-se a média ponderada dos preços coletados.

§ 5º O imposto a ser pago por substituição tributária, na hipótese do inciso II do caput, corresponderá à diferença entre o valor resultante da aplicação da alíquota prevista para as operações ou prestações internas deste Estado sobre a respectiva base de cálculo e o valor do imposto devido pela operação ou prestação própria do substituto.

§ 6º O valor inicial para o cálculo mencionado no inciso II do caput é o preço praticado pelo distribuidor ou atacadista nas hipóteses:

I - quando o industrial não realizar operações diretamente com o comércio varejista;

II - nos casos de cerveja, chope, refrigerante, água mineral e produtos correlatos.

Art. 55. No caso do inciso II do art. 53, considera-se ocorrido o fato gerador relativo à operação ou operações subsequentes, tão logo a mercadoria seja posta em circulação pelo contribuinte substituto.

Art. 56. O contribuinte que receber, de dentro ou de fora do Estado, mercadoria sujeita à substituição tributária, sem que tenha sido feita a retenção total na operação anterior, fica solidariamente responsável pelo recolhimento do imposto que deveria ter sido retido.

Parágrafo único. O disposto neste artigo também se aplica em relação à mercadoria sujeita à substituição tributária apenas nas operações internas.

Art. 57. A base de cálculo do imposto devido por empresa distribuidora de energia elétrica, responsável pelo pagamento do imposto relativamente às operações anteriores e posteriores, na qualidade de contribuinte substituto, é o valor da operação da qual decorra o fornecimento do produto a consumidor.

Art. 58. No interesse da arrecadação e da administração fazendária, o Poder Executivo pode determinar que, em relação a qualquer das mercadorias listadas no anexo I:

I - seja suspensa temporariamente a aplicação do regime de substituição tributária;

II - não seja feita a retenção do imposto na operação entre estabelecimentos industriais.

Parágrafo único. Na aplicação do disposto no inciso I devem ser levadas em consideração as peculiaridades do setor econômico encarregado da retenção, bem como as condições de comercialização da mercadoria produzida no Estado.

Art. 59. É assegurado ao contribuinte substituído o direito à restituição do valor do imposto pago por força da substituição tributária, correspondente ao fato gerador presumido que não se realizar.

§ 1º Formulado o pedido de restituição e não havendo deliberação no prazo de noventa dias, o contribuinte substituído poderá se creditar, em sua escrita fiscal, do valor objeto do pedido, devidamente atualizado segundo os mesmos critérios aplicáveis ao tributo.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, sobrevindo decisão contrária irrecurável, o contribuinte substituído, no prazo de quinze dias da respectiva notificação, procederá ao estorno dos créditos lançados, também devidamente atualizados, com o pagamento dos acréscimos legais cabíveis.

SEÇÃO XVI

DO ESTABELECIMENTO

Art. 60. Para efeito desta Lei estabelecimento é o local, privado ou público, edificado ou não, próprio ou de terceiro, onde pessoas físicas ou jurídicas exerçam suas atividades em caráter temporário ou permanente, bem como onde se encontrem armazenadas mercadorias, observado, ainda, o seguinte:

I - na impossibilidade de determinação do estabelecimento, considera-se como tal o local em que tenha sido efetuada a operação ou prestação, encontrada a mercadoria ou constatada a prestação;

II - é autônomo cada estabelecimento do mesmo titular;

III - equipara-se a estabelecimento autônomo o veículo ou qualquer outro meio de transporte utilizado no comércio ambulante e na captura de pescado ou na prestação de serviços;

IV - respondem pelo crédito tributário todos os estabelecimentos do mesmo titular.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, depósito fechado do contribuinte é o local destinado exclusivamente ao armazenamento de suas mercadorias e ou bens.

§ 2º As obrigações tributárias que a legislação atribuir ao estabelecimento são de responsabilidade do respectivo titular.

§ 3º Cada estabelecimento do mesmo titular, ainda que simples depósito é considerado autônomo para efeito de manutenção e escrituração de livros e documentos fiscais e de recolhimento do imposto relativo às operações nele realizadas.

Art. 61. Quando o imóvel estiver situado em território de mais de um Município deste Estado, considera-se o contribuinte circunscrito no Município em que se encontra localizada a sede de propriedade ou, na ausência desta, naquele onde se situa a maior área da propriedade.

SEÇÃO XVII

DO CADASTRO DE CONTRIBUINTES

SUBSEÇÃO I

Da inscrição

Art. 62. Os contribuintes definidos nesta Lei, os armazéns gerais e estabelecimentos congêneres são obrigados a inscrever seus estabelecimentos, antes de iniciarem suas atividades, no cadastro de contribuintes do ICMS (CAD/ICMS).

§ 1º A solicitação de inscrição, sua concessão e sua manutenção dar-se-ão na forma estabelecida por ato do Secretário de Estado da Fazenda.

NR MP nº 115/11, Lei nº 9.562/12

Redação Anterior

§ 1º A solicitação de inscrição e sua concessão dar-se-ão na forma estabelecida pelo Secretário de Estado da Fazenda.

§ 2º O contribuinte deverá manter os seguintes documentos para apresentação ao fisco, quando solicitados:

I - em se tratando de pessoa jurídica:

a) contrato social, estatuto ou ato constitutivo registrado na Junta Comercial;

b) CNPJ, RG, CIC e comprovante de domicílio dos sócios e do contador;

c) procuração por instrumento público ou particular, no caso de procurador;

II - em se tratando de produtor rural pessoa jurídica, além dos documentos exigidos no inciso anterior será exigido também o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural no INCRA;

III - em se tratando de produtor rural pessoa física:

a) Certificado de Cadastro de Imóvel Rural no INCRA;

b) CIC e RG;

c) escritura do imóvel ou comprovante de compra e venda registrados em Cartório de Registro de Imóveis ou comprovante de arrendamento ou contrato de locação registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos;

§ 3º A Secretaria de Estado da Fazenda, para conceder ou manter a inscrição, poderá exigir:

NR MP nº 115/11, Lei nº 9.562/12

Redação Anterior

§ 3º A Secretaria de Estado da Fazenda, para conceder a inscrição, poderá exigir:

I - o preenchimento de requisitos específicos, segundo a categoria, grupo ou setor de atividade em que se enquadrar o contribuinte;

II - a apresentação de qualquer outro documento, na forma estabelecida em ato expedido pelo Secretário de Estado da Fazenda;

III - a prestação, por qualquer meio, de informações julgadas necessárias à apreciação do pedido.

IV - a comprovação da capacidade econômica e financeira do titular ou sócios em relação ao capital declarado ou à atividade pretendida.

AC MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10

V – outras informações e solicitações que considerar pertinentes.

AC MP nº 115/11, Lei nº 9.562/12

§ 4º O contribuinte que mantiver mais de um estabelecimento, seja filial, sucursal, depósito ou outro, fará a inscrição em relação a cada um deles.

§ 5º O estabelecimento que exerça atividades de natureza correlata, e situadas no mesmo local, poderá ter inscrição única abrangendo todas as atividades, considerando como principal a atividade preponderante.

§ 6º Se o estabelecimento for imóvel rural situado no território de mais de um Município, a inscrição será concedida em função da localidade da sede ou, na falta desta, do Município onde se localize a maior parte de sua área.

§ 7º Ao contribuinte substituto definido em protocolos e convênios específicos poderá ser concedida inscrição no CAD/ICMS, quando o destinatário das suas operações comerciais for localizado neste Estado.

§ 8º É vedada a inscrição no CAD/ICMS nos seguintes casos:

I - de pessoa física ou jurídica que não seja contribuinte do imposto nos termos do art. 26 desta Lei;

II - quando o titular ou sócio estiver com CPF cancelado pela Secretaria da Receita Federal;

III - quando no endereço informado existir registro de outro contribuinte em situação cadastral ativa.

NR MP nº 115/11, Lei nº 9.562/12

Redação Anterior

§ 8º É vedada a inscrição no CAD/ICMS nos seguintes casos:

I - quando o titular ou sócio estiver com CPF cancelado pela Secretaria da Receita Federal;

II - quando, no endereço pleiteado já se encontrar um outro contribuinte em situação cadastral ativa.

§ 9º O Secretário da Fazenda, no interesse da administração tributária, poderá autorizar a inscrição de pessoa física ou jurídica que não esteja obrigada a se inscrever no CAD/ICMS, para fins de tratamento tributário específico previsto em lei, ou quando se tratar de órgão ou entidade estadual.

NR MP nº 115/11, Lei nº 9.562/12

Redação Anterior

§ 9º O Poder Executivo poderá dispensar inscrição, autorizar inscrição que não seja obrigatória, bem como determinar a

*inscrição de estabelecimentos ou pessoas com práticas comerciais
sujeitas ao ICMS.*

§ 10. A autorização referida no § 9º está condicionada à situação de regularidade fiscal da pessoa física ou jurídica, relativamente aos tributos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 11. No ato da concessão ou na análise da manutenção do cadastro deverá ser verificado se o capital social é compatível ao porte e volume de operações da pessoa jurídica.

§ 12. As instalações físicas do estabelecimento deverão ser compatíveis com o ramo de atividade e com o porte da pessoa jurídica, sendo que a aferição de compatibilidade será regulamentada em Ato do Secretário de Estado da Fazenda.

§ 13. Ato do Secretário da Fazenda poderá condicionar a concessão ou a manutenção do cadastro de contribuinte em face das informações cadastrais, inclusive por georreferenciamento, ou número de controle das concessionárias de serviços públicos.

AC §§ 10, 11, 12 e 13 pela MP nº 115/1, Lei nº 9.562/12

Art. 63. Autorizada a inscrição, será atribuído o número correspondente o qual deverá constar em todos os documentos fiscais que o contribuinte utilizar.

Art. 64. A falta de inscrição não dispensa a responsabilidade pelo pagamento do ICMS.

SUBSEÇÃO II

Da alteração e atualização cadastral

Art. 65. O contribuinte é obrigado a comunicar as alterações dos seus dados cadastrais, bem como a cessação da atividade, dentro do prazo de trinta dias, contado da ocorrência.

§ 1º Uma vez constatada junto à JUCEMA qualquer alteração ou divergência de dados cadastrais sem que o contribuinte tenha informado à repartição fiscal, no prazo estabelecido no “caput” deste artigo, fica esta autorizada a efetuar a atualização de ofício, sem prejuízo das penalidades previstas em Lei pela desatualização dos dados cadastrais por parte do contribuinte.

§ 2º Sempre que notificado, o contribuinte, obrigatoriamente, deverá proceder à atualização de seus dados junto ao CAD/ICMS.

SUBSEÇÃO III

Da situação cadastral

Art. 66. Para efeito de inscrição estadual no CAD/ICMS serão consideradas, conforme o caso, as seguintes situações:

§ 1º Cadastral:

I - ativa;

II - cancelada;

III - suspensão de ofício;

IV - suspensão a pedido;

V - processo de suspensão a pedido;

VI - processo de baixa;

VII - baixada de ofício e,

VIII - baixada a pedido.

§ 2º Fiscal:

I - regular, nos casos de obrigações principal e acessória em dia.

II - irregular, nos casos de débitos vencidos e omissão de declaração.

§ 3º A inscrição será cancelada de ofício quando:

I - constatada a cessação da atividade;

II - comprovada a inexistência do estabelecimento no local para o qual foi obtida a inscrição;

III - constatada que as instalações físicas do estabelecimento do contribuinte forem incompatíveis com a atividade econômica pretendida, salvo se, pela tipicidade da natureza da operação, não devam as mercadorias por ali transitar, conforme previsto em contrato social ou requerimento do empresário;

IV - não comprovada a capacidade econômica e financeira do titular ou sócios em relação ao capital declarado ou à atividade pretendida;

V - não comprovada a integralização do capital social declarado.

§ 4º A inscrição será suspensão de ofício quando:

I - não apresentar declaração de informação por quarenta dias consecutivos;

II - atrasar o pagamento do ICMS por período superior a quarenta dias;

III - for declarado remisso;

IV - ficar comprovada simulação de realização de operações ou prestações;

V - fizer a retenção e não recolher o imposto de sua responsabilidade, quando configurar como substituto tributário na forma determinada na legislação tributária;

VI - devidamente notificado, recusar-se, por duas vezes consecutivas, a fornecer os documentos solicitados para fins de ação fiscal.

VII - a não utilização do Emissor de Cupom Fiscal nos casos obrigatórios.

§ 5º 10 dias antes do cancelamento ou suspensão previstos nos §§ 3º e 4º será disponibilizada na página da SEFAZ na Internet, listagem com a identificação dos contribuintes nas situações indicadas.

§ 6º O Secretário de Estado da Fazenda poderá estabelecer outras hipóteses de suspensão de ofício da inscrição estadual.

§ 7º A inscrição será baixada de ofício quando:

I - constatada a simulação da existência legal do estabelecimento;

II - comprovada a falsidade dos dados cadastrais declarados ao fisco;

III - o quadro societário for composto por interpostas pessoas;

IV - permanecer por cento e oitenta dias consecutivos nas situações previstas nos §§ 3º e 4º deste artigo.

§ 8º Os contribuintes nas situações cadastrais previstas nos §§ 3º, 4º e 6º ficam sujeitos ao recolhimento do ICMS por ocasião das operações e prestações, quando da passagem pela primeira repartição fiscal do Estado;

§ 9º O cancelamento, baixa de inscrição de ofício ou por solicitação do contribuinte não implica quitação de quaisquer débitos de sua responsabilidade, porventura existentes.

§ 10. O prazo previsto no § 5º deste artigo não se aplica às operações com mercadorias em trânsito, nos casos comprovados de fraudes, simulações e outras situações que incorram em crime contra a ordem tributária.

AC. Lei nº 8.439/06

SUBSEÇÃO III

Do pedido de suspensão ou baixa de inscrição pelo contribuinte

Art. 67. O contribuinte poderá solicitar a suspensão ou baixa de sua inscrição desde que sejam atendidas exigências estabelecidas na legislação tributária.

§ 1º A suspensão da inscrição a pedido será concedida pelo prazo máximo de cento e oitenta dias, podendo ser prorrogada por igual período, desde que a nova solicitação ocorra dentro do prazo anterior.

§ 2º Por solicitação do contribuinte e anuência do fisco, a inscrição estadual que estiver cancelada ou suspensa a pedido, poderá ser reativada.

§ 3º Expirado o prazo estabelecido no § 1º deste artigo, sem que haja manifestação do contribuinte, a inscrição será baixada de ofício.

§ 4º Quando do pedido de baixa, a inscrição estadual ficará na situação cadastral de processo de baixa, hipótese em que ficará sujeita ao recolhimento do ICMS na primeira repartição fiscal, caso haja operações com mercadorias ou serviços.

§ 5º A homologação do pedido de baixa, somente ocorrerá após diligência fiscal.

§ 6º Na hipótese do contribuinte, no momento da baixa de sua inscrição, estiver em situação fiscal irregular, essa será efetivada com a observação da pendência.

NR Art. 62 a 67 pela Lei nº 8.290/05

SEÇÃO XVIII

DOS DOCUMENTOS E LIVROS FISCAIS

Art. 68. Os contribuintes e as demais pessoas obrigadas à inscrição deverão, de acordo com a respectiva atividade e em relação a cada um de seus estabelecimentos:

I - emitir documentos fiscais, conforme as operações e prestações que realizarem;

II - manter escrita fiscal destinada ao registro das operações e prestações efetuadas.

Parágrafo único. O Poder Executivo estabelecerá os modelos dos documentos e livros fiscais que deverão ser utilizados, a forma e os prazos de sua emissão e escrituração, bem como a sua dispensa nos casos que especificar, observando os convênios específicos celebrados.

SEÇÃO XIX

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 69. A fiscalização do imposto sobre circulação de mercadorias compete à Receita Estadual.

Art. 70. O Poder Executivo poderá submeter o contribuinte do imposto a sistema especial de controle e fiscalização conforme estabelecer, sempre que julgar insatisfatórios os elementos constantes dos documentos, livros fiscais e comerciais.

Art. 71. O movimento tributário realizado pelo contribuinte poderá ser apurado mediante levantamento fiscal, em que serão considerados o valor das mercadorias entradas, o das mercadorias saídas, o dos estoques inicial e final, as despesas, outros encargos e lucros dos estabelecimentos, como ainda, outros elementos informativos.

§ 1º No levantamento fiscal poderão também ser usados quaisquer meios indiciários, bem como de controle quantitativo dos estoques do estabelecimento e poderá ser renovado sempre que forem apurados os dados não considerados quando de sua elaboração anterior.

§ 2º No levantamento fiscal de contribuinte que não possua escrita comercial registrada os agentes do Fisco deverão obedecer às seguintes normas:

I - a remuneração de cada sócio ou empregado não poderá ser inferior ao salário mínimo vigente no Estado;

II - o valor do estoque final não poderá ser igual ou superior à soma dos valores que representem as compras com o estoque inicial;

III - o lucro líquido arbitrado não poderá ser inferior a 15% (quinze por cento) do total das vendas registradas;

IV - o valor dos fretes pagos deverá ser comprovado pelo contribuinte. Não sendo possível essa comprovação, os agentes do Fisco poderão arbitrá-lo tendo em vista as tarifas normais das empresas transportadoras.

SEÇÃO XX

DAS MERCADORIAS E BENS EM SITUAÇÃO IRREGULAR

Art. 72. Far-se-á a retenção para verificação de mercadorias quando:

I - transportadas ou encontradas sem documentos fiscais;

II - acobertadas por documentação fiscal falsa.

Parágrafo único. Poderão ser retidos os documentos, objetos, papéis e livros fiscais que constituam provas de infração à legislação tributária.

Art. 73. No caso de irregularidade de situação das mercadorias que devam ser expedidas por empresas de transporte ferroviário, rodoviário, aéreo ou fluvial, serão tomadas as medidas necessárias à retenção dos volumes, até que se proceda à verificação.

Art. 74. Havendo prova ou fundada suspeita de que as mercadorias, objetos e livros fiscais se encontram em residência particular ou dependência de estabelecimento comercial, industrial, produtor, profissional, ou qualquer outro também utilizado como moradia, será promovida judicialmente a respectiva busca e apreensão, se o morador ou detentor, pessoalmente intimado, recusar-se a fazer sua entrega.

Art. 75. Os bens retidos serão depositados com o detentor, em repartição pública ou com terceiros.

Art. 76. A devolução dos documentos, objetos papéis e livros fiscais será feita quando não houver inconveniente para a comprovação da infração, obedecido, quanto às mercadorias, o disposto no artigo seguinte.

Art. 77. A liberação das mercadorias retidas será autorizada:

I - em qualquer época, se o interessado, regularizar a situação;

II - antes do julgamento definitivo do processo:

a) mediante depósito administrativo da importância equivalente ao valor exigido no auto de infração;

b) a requerimento do proprietário das mercadorias, seu transportador, remetente ou destinatário, que comprove possuir estabelecimento fixo neste Estado, hipóteses em que ficará automaticamente responsável pelo pagamento do imposto, multas e demais acréscimos a que for condenado o infrator.

Art. 78. As mercadorias ou outros objetos que depois de definitivamente julgado o processo, não forem retirados dentro de trinta dias, contados da data da intimação do último despacho, considerar-se-ão abandonadas e serão vendidas em hasta pública, recolhendo-se o valor apurado aos cofres públicos, em pagamento da dívida, se for o caso, ou à disposição do interessado, após deduzidas as despesas de leilão.

§ 1º As mercadorias retidas para verificação e abandonadas por mais de cinco anos, destinar-se-ão a hasta pública, na forma desta seção, com respaldo no artigo 1.261 do Código Civil (Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002), independentemente de instauração de processo administrativo fiscal.

NR MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10

§ 2º Tratando-se de mercadorias de fácil deterioração, será dispensada a retenção dos espécimes, consignando-se, minuciosamente, no Termo de Entrega que se

completará com a assinatura do interessado, o estado da mercadoria e as faltas determinantes da retenção.

Art. 79. As mercadorias e objetos retidos que estiverem depositados em poder de negociante que vier a falir, não serão arrecadados na massa, mas removidos para o local que for indicado pelo chefe da repartição fiscal competente.

SEÇÃO XXI DAS MULTAS

Art. 80. O descumprimento das obrigações principal e acessória previstas na legislação tributária, apurado mediante procedimento fiscal cabível, sem prejuízo do pagamento do valor do imposto, quando devido, sujeitará o infrator às seguintes multas:

I - de 30% (trinta por cento) do valor do imposto, quando:

a) deixar de recolher no prazo legal, no todo ou em parte, o imposto correspondente, tendo emitido documentos fiscais e efetuado os lançamentos no livro próprio;

b) deixar de proceder à retenção do imposto no caso de antecipação parcial;

II - de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto, quando:

a) deixar de recolher o imposto resultante de operações e/ou prestações não escrituradas em livros fiscais;

b) deixar de recolher o imposto em decorrência do uso antecipado de crédito fiscal;

c) transferir, sem prévia autorização do fisco, crédito do imposto não previsto na legislação tributária;

d) omitir ou sonegar documento necessário à fixação de estimativa do imposto;

e) deixar de recolher o imposto, no todo ou em parte, nas demais hipóteses não contidas nas alíneas anteriores, inclusive quando apurado em levantamento fiscal;

III - de 60% (sessenta por cento) do valor do imposto, quando:

a) deixar de recolher o imposto, em virtude de haver registrado de forma incorreta o valor real da operação e/ou prestação;

b) deixar de proceder à retenção do imposto por substituição tributária;

IV - de 70% (setenta por cento) do valor do imposto, quando emitir documento fiscal de operações e/ou prestações tributadas, como isentas ou não-tributadas;

V - de 80% (oitenta por cento) do valor do imposto, quando:

a) deixar de recolher o imposto proveniente da saída de mercadoria e/ou prestação de serviço, dissimulada por suprimento indevido de caixa ou passivo fictício, apurado através de levantamento fiscal;

b) utilizar crédito indevido ou inexistente, desde que resulte na falta de recolhimento do imposto, sem prejuízo do estorno do crédito;

VI - de 100% (cem por cento) do valor do imposto, quando:

a) adquirir, entregar, remeter, transportar, estocar ou depositar mercadoria desacompanhada de documento fiscal hábil, exceto nos casos previstos na alínea “c” do inciso X deste artigo;

b) desviar mercadoria em trânsito ou entregá-la sem prévia autorização do órgão fazendário competente a destinatário diverso do indicado no documento fiscal;

c) entregar mercadorias depositadas a pessoa ou estabelecimento diverso do depositante, quando este não tenha emitido o documento fiscal correspondente;

d) deixar de recolher, na qualidade de contribuinte substituto, o imposto retido na fonte de contribuinte substituído;

e) acobertar o trânsito de mercadorias e/ou prestação de serviços, com o mesmo documento fiscal, por mais de uma vez;

f) emitir documento fiscal com numeração e/ou serialização em duplicidade;

g) emitir documento fiscal contendo indicações diferentes nas respectivas vias;

h) consignar no documento fiscal importância diversa do valor da operação e/ou prestação;

i) forjar, adulterar ou falsificar livros e documentos fiscais ou contábeis, com a finalidade de eximir-se do pagamento do imposto ou proporcionar a outrem a mesma vantagem;

VII - de R\$10 (dez reais), quando deixar de entregar à repartição competente as vias de documentos fiscais, por via;

VIII - de R\$ 21,00 (vinte e um reais), quando:

a) utilizar livros ou documentos fiscais sem autenticação pela repartição competente, por unidade;

b) atrasar a escrituração das operações e/ou prestações nos livros fiscais próprios;

c) deixar de registrar na escrita fiscal documento relativo à entrada ou saída de mercadorias e/ou serviços, por documento;

d) escriturar livro ou preencher documento fiscal com omissão, rasura ou de forma irregular;

e) utilizar documento fiscal sem autenticação, quando exigido, por documento;

IX - de R\$ 74,00 (setenta e quatro reais), quando:

a) exercer atividade comercial, industrial, produtora, geradora, inclusive de energia elétrica, extratora de substâncias minerais ou prestadora de serviço de transporte ou de comunicação, sem que esteja inscrito no CAD/ICMS;

b) deixar de comunicar qualquer alteração nos dados cadastrais, ressalvadas as hipóteses da alínea “b” do inciso X;

c) deixar de exibir ao Fisco, quando solicitado, livro ou documento fiscal ou comercial;

d) não afixar, ou afixar em local não visível ao público, cartaz indicativo do n.º do telefone destinado à denúncia de irregularidade ou infrações à legislação do ICMS;

X - de R\$ 106,00 (cento e seis reais), quando:

a) imprimir para si ou para terceiros, mandar imprimir documentos fiscais, sem autorização fiscal, quando exigida, por bloco de documento, aplicável tanto ao impressor quanto ao usuário;

b) deixar de comunicar a mudança de endereço, fechamento, cessação de atividades, venda ou transferência de estabelecimento;

c) o valor do imposto for inferior a R\$ 106,00 (cento e seis reais), nos casos de aquisição, entrega, remessa, transporte, estoque ou depósito de mercadoria desacompanhada de documento fiscal hábil;

XI – de R\$ 300,00 (trezentos reais), quando:

NR MP nº 115/11, Lei nº 9.562/12

Redação Anterior

XI - de R\$117,00 (cento e dezessete reais), quando:

a) embarçar ou dificultar a ação fiscalizadora, por qualquer meio ou forma;

b) deixar de apresentar demonstrativo de controle de estoque de produtos agropecuários, de produtos simplesmente beneficiados ou de produtos transformados, bem como quaisquer demonstrativos ou declarações de movimento econômico exigidos;

c) escriturar livros de forma diversa da legislação tributária, sem prejuízo, se for o caso, do imposto devido;

d) extraviar, perder ou inutilizar livro ou talonário de documento fiscal, sem prejuízo, se for o caso, do arbitramento das prestações e/ou operações realizadas;

e) deixar de apresentar declaração de informação ou outro documento de apuração e informação sobre o ICMS, dentro do prazo regulamentar;

XII - de R\$ 532,00 (quinhentos e trinta e dois reais), quando adquirir mercadoria e/ou serviço em nome de terceiro ou usar dados cadastrais deste, sem prejuízo do pagamento do imposto, quando devido;

XIII - R\$ 234,00 (duzentos e trinta e quatro reais), quando não entregar, no local, na forma e no prazo previstos na legislação tributária estadual, a comunicação de entrega de equipamento destinado a venda de combustível (bomba de combustível);

XIV - de R\$ 468,00 (quatrocentos e sessenta e oito reais), quando:

a) retirar ou permitir a retirada do estabelecimento de bomba de combustível, sem a prévia autorização do Fisco;

b) deixar de cumprir as exigências da legislação tributária estadual, quando da intervenção em bomba de combustível;

c) extraviar ou perder dispositivo de segurança (lacre) de equipamento destinado à venda de combustíveis (bomba de combustível), por unidade perdida ou extraviada;

d) fornecer, para terceiros, dispositivo de segurança (lacre) de equipamento destinado à venda de combustíveis (bomba de combustível), por unidade;

e) utilizar equipamento destinado à venda de combustíveis (bomba de combustível), sem o dispositivo de segurança (lacre) previsto na legislação tributária estadual;

f) violar o dispositivo de segurança (lacre) de equipamento destinado à venda de combustíveis (bomba de combustível);

XV - de R\$ 712,00 (setecentos e doze reais), quando utilizar equipamento destinado à venda de combustíveis (bomba de combustível), não autorizado pelo fisco, sem prejuízo do arbitramento das saídas de mercadorias;

XVI - de 1% (um por cento) do valor da operação ou prestação, quando se tratar de mercadorias ou serviços não tributados, desacompanhados de documentação hábil;

XVII - de 1% (um por cento) do valor da operação ou prestação, quando:

- a) deixar de fornecer informações em meio magnético;
- b) entregar e/ou enviar arquivo magnético em condições que impossibilitem sua leitura;
- c) fornecer arquivo magnético em padrão diferente do estabelecido pela legislação;

XVIII - de R\$ 106,00 (cento e seis reais), por dia de atraso da entrega e/ou envio do arquivo magnético;

XIX - de 5% (cinco por cento) do valor das operações e/ou prestações, quando:

- a) o arquivo magnético fornecido omitir informações;
- b) houver divergências entre o informado no arquivo magnético e o constante no documento fiscal;

XX - de 2% do valor das operações e/ou prestações do período quando usar sistema eletrônico de processamento de dados para emissão de documento fiscal e/ou escrituração de livros fiscais sem prévio pedido e autorização, na forma determinada na legislação.

XXI - de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), ou dez por cento do valor das operações de saídas ou das prestações de serviço realizadas no período da infração, o que for maior, por mês ou fração de mês, quando deixar de manter e/ou de utilizar equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF, de uso de caráter obrigatório;

XXII - de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), quando contiver irregularidade no ECF que concorra para omissão total ou parcial de valores fiscais e conseqüente falta ou diminuição do valor do imposto devido, por equipamento e por ocorrência, aplicável ao fabricante do ECF, ao credenciado e ao produtor de software, sem prejuízo das medidas determinadas no § 1º;

XXIII - de R\$2.00,00 (dois mil reais) por equipamento, quando:

- a) mantiver, no recinto de atendimento ao público, sem autorização do fisco, equipamento diverso de equipamento de controle fiscal, que possibilite o registro ou o processamento de dados relativos a operações com mercadorias ou com a prestação de serviços, ou que emita cupom ou documento que possa confundir-se com cupom fiscal;

- b) deixar de comunicar a cessação de uso de equipamento de controle fiscal;
- c) extraviar, destruir, ou retirar do estabelecimento ou transferir para outro estabelecimento, ainda que do mesmo titular, sem autorização do fisco de equipamento de controle fiscal;
- d) utilizar ou manter, no estabelecimento, equipamento fiscal deslacrado, ou com lacre violado ou reutilizado, ou cuja forma de lacração não atenda às exigências da legislação;
- e) utilizar lacre não oficial ou cuja numeração não conste da carga que foi fornecida ao estabelecimento credenciado a realizar as intervenções técnicas;
- f) utilizar ECF com clichê não pertencente ao respectivo estabelecimento;
- g) utilizar ECF que contenha jumper desconectado ou não, ou qualquer outro dispositivo, eletrônico ou eletromecânico, que possibilite fraudar, total ou parcialmente, os registros relativos à apuração do ICMS;
- h) fornecer lacre em desacordo com a legislação tributária ou sem autorização do fisco, aplicável ao fabricante ou a qualquer pessoa que os detenha para quaisquer fins;
- i) deixar de apresentar ao fisco, quando exigido, cópias do programa executável em versões idênticas às que foram autorizadas ou que estiverem sendo utilizadas pelo usuário, bem como do manual do software aplicativo indicando as rotinas existentes com seus respectivos algoritmos e registros, passagem de parâmetros de entrada e saída, linguagem de programação, compiladores e outras ferramentas utilizadas para sua elaboração;

XXIV - de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), por equipamento, quando:

- a) alterar, danificar ou retirar o número fabricação do equipamento;
- b) utilizar máquina de calcular com mecanismo impressor (bobina), no recinto de atendimento ao público ou de emissão de documentos fiscais, em substituição a equipamento de controle fiscal;
- c) remover de ECF, a EPROM que contém software básico e a memória fiscal, em desacordo com o previsto na legislação;
- d) alterar o hardware e/ou o software de equipamento de controle fiscal, em desacordo com a legislação ou com o parecer de homologação;
- e) inicializar, com a lacração, ECF ainda não autorizado;

f) utilizar dispositivo ou programa que permitam registrar, com incorreções, o valor total correspondente às quantidades e aos preços das respectivas mercadorias;

g) utilizar ECF que contenha dispositivo ou software que inibam o registro de operações ou que modifiquem o comportamento do software básico;

h) utilizar totalizadores parciais de ECF, em desacordo com a legislação vigente;

i) utilizar ECF que contenha dispositivos ou software capazes de anular ou reduzir valores já registrados ou totalizados;

j) emitir e cupom fiscal relativo a operação ou prestação sujeitas ao imposto, com a indicação “sem valor fiscal” operação não sujeita ao ICMS” ou equivalente;

k) reduzir a zero, alterar ou inibir o totalizador geral-GT ou os totalizadores parciais de ECF, em desacordo com a legislação;

l) lacrar ECF com software aplicativo não cadastrado;

m) atestar o funcionamento de ECF de controle fiscal em desacordo com as exigências previstas na legislação

n) realizar intervenção em ECF sem a emissão, imediatamente, antes e após da intervenção, dos cupons de leitura dos totalizadores;

o) deixar de emitir o Atestado de Intervenção Técnica;

p) interligar ECF-MR a computador, sem o parecer permissivo de homologação e sem a devida autorização do fisco;

q) produzir, fornecer, introduzir ou instalar cópia de software em ECF, com a capacidade de interferir, alterar ou interagir com software básico, sem autorização do fisco;

XXV- de R\$.1000,00 (hum mil reais), quando:

a) praticar intervenção técnica em ECF, sem estar credenciado pelo fisco, por intervenção;

b) lacrar ECF em desacordo com as exigências previstas na legislação, por equipamento,

c) deixar de entrega ao fisco, no prazo regulamentar, o Atestado de Intervenção Técnica, por equipamento,

d) deixar de apresentar ao fisco qualquer mudança nos dados cadastrais do estabelecimento credenciado ou nos dados relativos do seu credenciamento, relativamente ao corpo técnico e dos equipamentos autorizados por comunicação não apresentada;

e) deixar de devolver ou não entregar ao fisco o estoque de lacres ou de documentos Atestado de Intervenção não utilizados, nas hipóteses de baixa no cadastro de contribuintes do ICMS, cessação de atividade ou descredenciamento, por lacre não devolvido ou documento não entregue ;

f) intervir em ECF, sem possuir o Atestado de Intervenção Técnica específico; por ocorrência e sem prejuízo da perda do credenciamento;

g) extraviar ou perder lacre; por unidade

h) deixar de apresentar ao fisco, nos termos da legislação ,os documentos referentes a aplicativo ou sistema, ou dos programas fontes, ou ainda, das atualizações das versões destes , por cópia instalada;

i) fornecer software aplicativo em versão diferente da que foi cadastrada, sem comunicar previamente ao fisco a alteração realizada, por cópia instalada;

j) infração não qualificada relativa a fornecimento, introdução ou instalação de software aplicativo para ECF;

k) deixar de solicitar a inutilização de numeração em série de documento fiscal eletrônico;

l) deixar de manter registros atualizados referentes à emissão de documento fiscal eletrônico em contingência e utilização dos formulários de segurança;

m) deixar de remeter ou disponibilizar ao destinatário o arquivo de documento fiscal eletrônico;

n) o destinatário deixar de efetuar a confirmação de recebimento de mercadoria acobertada por documento fiscal eletrônico, na forma e prazo previstos da legislação tributária;

o) o destinatário deixar de guardar os arquivos eletrônicos de documentos fiscais eletrônicos, na forma e prazo previstos na legislação tributária;

p) o destinatário deixar de comunicar ao Fisco o recebimento de documento fiscal eletrônico sem a exigência da respectiva autorização findo o prazo legal de transmissão do arquivo pelo emitente.

AC alíneas” k” a” p” pela MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10, NR MP nº 115/11, Lei nº 9.562/12

Redação Anterior

p) o destinatário deixar de comunicar ao Fisco o recebimento de documento fiscal eletrônico emitido em contingência sem a exigência da respectiva autorização findo o prazo legal de transmissão do arquivo pelo emitente.

XXVI- de R\$800,00 (oitocentos reais), quando:

a) extraviar, perder, inutilizar bobinas; imprimir-las de forma ilegível, não conservá-las nas condições que permitam manter a integridade dos dados impressos, arquivá-las fora do estabelecimento ou não exibi-las à fiscalização, quando exigido, por unidade;

b) deixar de apresentar as informações solicitadas pelo fisco, de maneira selecionada, classificada ou agrupada quando as informações estiverem impressas e registradas em meio magnético ou assemelhado, através de ECF e computador, por ocorrência;

XXVII -de R\$ 500,00 (quinhentos reais), quando:

a) utilizar ECF sem a etiqueta adesiva de autorização expedido pelo fisco ou usá-las com rasuras ou danificadas, por equipamento fiscal;

b) realizar a saída de equipamento fiscal, com destino a usuário final, sem a inicialização da Memória Fiscal, na forma da legislação, por equipamento fiscal;

c) deixar de comunicar ao fisco a entrega de ECF ao respectivo destinatário, por equipamento;

d) deixar de emitir, ou emitir sem as indicações previstas na legislação, o cupom de leitura das operações ou prestações do dia ou o de leitura da Memória Fiscal do período de apuração do imposto;

e) fixar novo dispositivo de armazenamento da memória Fiscal sem atender a legislação tributária, por equipamento;

f) apresentar declaração conjunta inidônea de contribuinte usuário e do produtor de programa aplicativo, aplicável também ao responsável técnico pelo programa, por documento;

g) deixar de comunicar ao fisco a perda dos totais acumulados ou danos na memória fiscal de ECF, sem prejuízo do arbitramento das operações e/ou prestações realizadas;

h) mensalmente, deixar de implementar, nos prazos previstos na legislação, a impressão do comprovante de pagamento com uso de Transferência Eletrônica de Fundos (TEF) no Emissor de Cupom Fiscal (ECF).

i) utilizar ECF com versão de software básico não atualizado, na forma determinada em parecer ou registro de homologação emitido pela COTEPE/ICMS, por equipamento fiscal.

AC Lei nº 8.107/04

XXVIII - de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), quando:

a) escriturar no livro fiscal Registro de Saídas, operações ou prestações em desacordo com as disposições regulamentares; por equipamento e por dia;

b) deixar de escriturar, quando obrigatório, nos termos da legislação, o Mapa Resumo; por equipamento e por dia;

XXIX - de R\$ 200,00 (duzentos reais), quando:

a) deixar de emitir o comprovante de pagamento com cartão de crédito ou de débito automático em conta pelo ECF;

b) deixar de emitir a Leitura X do equipamento fiscal no início de dia mantendo-a junto ao equipamento e no término da Fita-detache, por ocasião de cada troca de bobina;

c) emitir documento auxiliar de documento fiscal eletrônico em desacordo com a legislação tributária ou com impossibilidade de sua leitura eletrônica;

AC MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10

XXX - de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), quando as administradoras de cartões de crédito ou de débito em conta corrente e demais estabelecimentos similares deixarem de informar, no prazo de 30 (trinta) dias do mês subsequente, as operações e prestações realizadas pelos estabelecimentos de contribuintes cujos pagamentos sejam feitos mediante sistema de crédito, débito ou similares, relativamente ao período anterior;

AC Lei nº 8.760/08-AC Lei nº 8.908/08

XXXI - de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), quando as administradoras de cartão de crédito de que trata o inciso XXX enviarem as informações quanto às operações e prestações realizadas pelos estabelecimentos de contribuintes cujos pagamentos sejam feitos mediante sistema de crédito, débito ou similares, relativamente ao período anterior, mas omitirem operações e/ou prestações relativas a seus contribuintes específicos.

AC Lei nº 8.760/08-AC Lei nº 8.908/08

XXXII - de 30% (trinta por cento) do valor das operações e/ou prestações, quando:

a) transportar mercadoria com documento fiscal auxiliar de documento fiscal eletrônico que já tenha sido utilizado para acobertar o transporte de mercadoria;

b) prestar serviço de transporte com documento fiscal auxiliar de documento fiscal eletrônico que já tenha sido utilizado para acobertar o transporte de mercadoria;

c) emitir documento auxiliar de documento fiscal eletrônico que não possua autorização de uso;

AC MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10

XXXIII - de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), quando utilizar documento fiscal eletrônico emitido em contingência, sem autorização do Fisco;

AC MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10

§ 1º As penalidades previstas nos incisos XXII, XXIII, alíneas “a”, “c”, “d”, “e”, “g”; XXIV, XXV, XXVI, e XXIX não prejudicam, quando cabíveis as seguintes medidas :

I - arbitramento do valor das operações ou das prestações, para fins de cobrança do imposto;

- II - interdição do uso do equipamento de controle fiscal;
- III - suspensão ou cancelamento da autorização para uso do equipamento;
- IV - suspensão ou cancelamento para uso do software aplicativo para fins fiscais;
- V - suspensão ou cancelamento da inscrição do produtor (fornecedor) de software no cadastro estadual de produtores (fornecedores) de sistemas;
- VI - suspensão ou cancelamento do termo de credenciamento para intervenção em ECF.

§ 2º O contribuinte que desacatar funcionário do Fisco no exercício de suas funções, ou impedi-lo de exercê-las por qualquer meio ou forma, ficará sujeito à multa de R\$ 234,00 (duzentos e trinta e quatro reais), sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

§ 3º O arquivo magnético previsto nos incisos XVII a XIX é o exigido na Legislação Tributária do Estado. *(NR Lei nº 7.907/03 e Lei nº 7.918/03)*

§ 4º As penalidades previstas nos incisos de que trata o parágrafo anterior não serão inferior a R\$ 532,00 (quinhentos e trinta e dois reais).

§ 5º- O disposto no caput do inciso XXV deste artigo aplica-se, também, aos estabelecimentos credenciados que estejam autorizados a proceder intervenção técnica em ECF, quando suspensos do CAD/ICMS.

AC Lei nº 8.107/04

Art. 81. As infrações para as quais não haja penalidade específica serão punidas com multa de R\$106,00 (cento e seis reais).

Art. 82. Será exigida em dobro a multa decorrente da falta de pagamento do imposto a que se refere a alínea “e” do inciso II do art. 80, nos seguintes casos:

I - diferença apurada mediante controle físico de mercadorias, assim entendido o confronto entre o número das unidades estocadas e o número das unidades entradas e saídas;

II - falta de contabilização, no exercício, na escrita comercial, de documentos referentes a entrada de mercadorias e/ou serviços e de matérias-primas, ou de elementos que representem custos;

III - falta de registro na escrita fiscal, de documentos referentes à entrada de mercadorias e/ou serviços, quando inexistir escrita comercial.

Art. 83. As multas oriundas de Termo de Verificação, Auto de Infração e Notificação de Lançamento terão o seu valor reduzido: *NR MP nº 069/09*

I - de 60% (sessenta por cento), quando o crédito tributário exigido for pago no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da intimação;

II - de 40% (quarenta por cento), no caso de pagamento parcelado do crédito tributário, cuja parcela inicial, não inferior a 20% (vinte por cento) do crédito tributário, seja resgatada dentro de 30 (trinta) dias contados da data da intimação.

§ 1º A redução de que trata este artigo, não se aplica quando o Auto de Infração tiver sido lavrado em decorrência do não pagamento de crédito tributário oriundo de Termo de Verificação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de sua expedição.

§ 2º A partir do prazo de que trata o inciso I deste artigo, o percentual nele previsto será reduzido em 5% (cinco por cento), a cada trinta dias subsequentes.

§ 3º A redução de que trata o caput deste artigo aplica-se também às multas oriundas do descumprimento de obrigação acessória.

AC§ 3º MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10

Art. 84. Ocorrendo circunstâncias agravantes, exceto o caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

CAPÍTULO II DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

SEÇÃO I DO FATO GERADOR

Art. 85. O imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA, devido anualmente, tem como fato gerador a propriedade de veículo automotor terrestre, aquático e aéreo.

§ 1º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto em 1º de janeiro de cada exercício.

§ 2º Em se tratando de veículo novo, considera-se ocorrido o fato gerador na data da sua aquisição por consumidor final ou quando da incorporação ao ativo imobilizado pela empresa, inclusive fabricante ou revendedora.

§ 3º Aplica-se igualmente o disposto no parágrafo anterior, em se tratando de veículo usado não registrado e não licenciado neste Estado, quando não houver comprovação do pagamento do IPVA em outra unidade da federação.

§ 4º Em se tratando de veículo de procedência estrangeira, para efeito da primeira tributação, considera-se ocorrido o fato gerador:

a) na data do desembaraço aduaneiro, quando importado por consumidor final;

b) na data da aquisição por consumidor final, quando importado por empresa revendedora;

c) no momento da incorporação ao ativo imobilizado da empresa importadora.

§ 5º Ocorre também o fato gerador, no momento da perda da condição que fundamentava a isenção, não incidência ou imunidade.

Art. 86. O imposto será devido no local do domicílio do proprietário do veículo.

SEÇÃO II DA BASE DE CÁLCULO

Art. 87. A base de cálculo do imposto é:

I - veículo novo, o valor venal constante da nota fiscal ou do documento que represente a transmissão da propriedade, não podendo o valor ser inferior ao preço de mercado;

II - chassi novo, cuja carroceria seja aposta posteriormente, o montante correspondente ao somatório do valor do chassi, atualizado pelo índice vigente à época, quando da montagem final do veículo, com o valor da carroceria;

III - para veículo usado, o valor venal praticado no mercado, expresso em tabela aprovada pelo titular da Receita Estadual;

IV - O valor de que trata o inciso I deste artigo, reduzido em 60% (sessenta por cento), na hipótese de veículo novo adquirido em concessionária ou revendedora localizada neste Estado, ou através de faturamento direto ao consumidor pela montadora ou pelo importador, destinado a empresa que o utilize como meio essencial ao exercício de sua atividade econômica;

V - O disposto no inciso anterior também estende-se às hipóteses em que ocorra faturamento direto ao consumidor, efetuado com interveniência de concessionárias ou revendedoras, localizadas neste Estado, desde que o ICMS tenha sido retido em favor deste Estado, na forma determinada em Convênio específico.

§ 1º Para efeito do primeiro lançamento relativo a veículo importado diretamente pelo consumidor final, a base de cálculo será o valor constante do documento relativo ao desembaraço aduaneiro, acrescido dos tributos e demais gravames.

§ 2º Em se tratando de veículo estrangeiro, novo ou usado, adquirido por empresa revendedora, a base de cálculo, para efeito da primeira operação, será o valor constante da nota fiscal de venda a consumidor final ou em outro documento que represente a transmissão de propriedade, não podendo em hipótese alguma ser inferior ao do

documento de desembaraço aduaneiro, acrescido dos tributos e demais obrigações devidos pela importação.

§ 3º Poderá o órgão da Receita Estadual, adotar os valores venais constantes de tabela aprovada pelo titular da Receita Estadual.

§ 4º Nas hipóteses dos §§ 2º a 5º do art. 85, o imposto será devido proporcionalmente ao número de meses restantes do exercício, calculado a partir do mês de ocorrência do fato gerador, inclusive.

§ 5º Ocorrendo perda total do veículo, por sinistro, roubo, furto ou outro motivo que descaracterize sua propriedade, seu domínio ou sua posse, o imposto será calculado por duodécimo ou fração considerada a data da comunicação pelo contribuinte ao órgão da Receita Estadual, Departamento Estadual de Trânsito ou ao Renavam instruída com certidão do registro da ocorrência do fato, na Delegacia de Polícia Especializada.

SEÇÃO III DA ALÍQUOTA

Art. 88. As alíquotas do imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA são:

I - de 1,0% (um por cento) para ônibus, micro-ônibus, caminhões e cavalo mecânico;

II - de 1,5% (um e meio por cento) para aeronaves;

III - de 2,0% (dois por cento) para motocicletas e similares;

IV - de 2,5% (dois e meio por cento) para qualquer outro veículo automotor não incluído nos incisos anteriores.

Parágrafo único. Para os efeitos do inciso I deste artigo, entende-se por caminhão, o veículo rodoviário com capacidade de carga igual ou superior a 3.500 Kg.

SEÇÃO IV DO CONTRIBUINTE E DO RESPONSÁVEL

Art. 89. Contribuinte do imposto é o proprietário do veículo.

Art. 90. São responsáveis, solidariamente, pelo pagamento do imposto e acréscimos devidos:

I - o adquirente, em relação ao veículo adquirido sem o pagamento do imposto do exercício ou exercícios anteriores;

II - o titular do domínio ou o possuidor a qualquer título;

III - o servidor que autorizar ou efetuar o registro e licenciamento, inscrição, matrícula, inspeção ou transferência de veículo de qualquer espécie, sem a prova de pagamento ou do reconhecimento de isenção, não- incidência ou imunidade do imposto.

Parágrafo único. A solidariedade prevista neste artigo não comporta benefício de ordem.

SEÇÃO V DAS IMUNIDADES E DAS ISENÇÕES

Art. 91. São imunes ao imposto, os veículos de propriedade:

I - da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público;

II - dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores e das instituições de educação ou de assistência social sem fins lucrativos, que:

a) não distribuam qualquer parcela do seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação do seu resultado;

b) apliquem integralmente os seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais no país;

c) mantenham escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capaz de assegurar sua exatidão;

III - dos templos de qualquer culto.

Parágrafo único. A imunidade prevista neste artigo restringe-se aos veículos relacionados com as finalidades da instituição ou delas decorrentes.

Art. 92. São isentos do pagamento do imposto:

I - os veículos de Corpo Diplomático acreditado junto ao Governo Brasileiro;

II - os veículos de propriedade ou posse de turistas estrangeiros, portadores de “Certificado Internacional de Circular e Conduzir” , pelo prazo estabelecido nesses certificados, mas nunca superior a 1 (um) ano, desde que o país de origem adote tratamento recíproco com os veículos do Brasil;

III - as máquinas agrícolas e de terraplenagem, desde que não circulem em vias públicas;

IV - os veículos rodoviários utilizados na categoria de táxi, com capacidade para até cinco passageiros, de propriedade de motorista profissional autônomo ou cooperativado limitado a um veículo por beneficiário;

V - o veículo com potência inferior a 50 cilindradas;

VI - os ônibus e embarcações de empresas concessionárias, permissionárias ou autorizatória de serviço público de transporte coletivo, empregados exclusivamente no transporte urbano e metropolitano;

VII - veículo novo, de fabricação nacional, equipado ou adaptado para atender a pessoa portadora de deficiência física, limitando-se a isenção a 1 (um) veículo por proprietário ou possuidor decorrente de contrato de arrendamento mercantil, desde que o veículo tenha sido adquirido com isenção do ICMS e do IPI.

NR Lei nº 9.379/11

Redação Anterior - VII - os veículos de fabricação nacional especialmente adaptados para deficientes físicos, limitada a propriedade de um veículo por beneficiário;

VIII - os veículos do tipo ambulância ou os de uso no combate a incêndio, desde que não haja cobrança por esses serviços;

IX - a embarcação pertencente a pescador profissional, pessoa física, utilizada na atividade pesqueira artesanal ou de subsistência, comprovada por entidade representativa da classe, limitada a um veículo por beneficiário;

X - os veículos de uso terrestre com mais de 15 (quinze) anos de fabricação;

XI - os veículos movidos a força motriz elétrica;

XII - os veículos usados, apreendidos e levados a hasta pública pelo Departamento Estadual de Trânsito - Detran.

§ 1º O benefício previsto no inciso VII aplica-se também ao veículo com câmbio automático ou automatizado produzido em série, se este equipamento for necessário ou suficiente para permitir a sua condução pela pessoa beneficiária.

§ 2º O adquirente do veículo a que se refere o inciso VII deverá recolher o imposto, com atualização monetária e acréscimos legais, a contar da data da aquisição constante no documento fiscal de venda, nos termos da legislação vigente e sem prejuízo das sanções penais cabíveis, na hipótese de transmissão, a qualquer título, no prazo de 3 (três) anos a contar da data da aquisição, à pessoa que não tenha direito ao mesmo tratamento fiscal.

§ 3º O benefício previsto no inciso VII poderá ser aplicado a veículo usado que originariamente tenha sido adquirido sem a isenção dos impostos a que alude o referido inciso, desde que, na data do pedido do benefício, o valor de mercado do mesmo não ultrapasse o valor de referência para isenção do ICMS, mantidas as demais restrições.

§ 4º A isenção do IPVA de veículo novo ou usado fica condicionada à apresentação para autoridade fazendária de laudo de vistoria, emitido por órgão oficial, que comprove que o veículo está adaptado às condições físicas do seu proprietário ou possuidor ou tenha os equipamentos necessários para ser conduzido por este.

AC §§ 1º a 4º pela Lei nº 9.379/11

Art. 93. As imunidades de que trata esta Lei terão eficácia imediata e o reconhecimento das isenções se dará conforme dispuser a legislação específica.

Parágrafo único. Verificado pela fiscalização ou autoridade responsável pelo registro e licenciamento, inscrição ou matrícula do veículo, que o requerente não preenchia ou deixou de preencher as condições exigidas para o gozo da imunidade ou isenção, e desde que não tenha havido dolo, fraude ou simulação, o interessado será notificado a recolher o imposto devido, na forma do art. 96, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação, sob pena de sujeitar-se a lavratura de Auto de Infração.

SEÇÃO VI DA APURAÇÃO E DO PAGAMENTO

Art. 94. O lançamento do imposto será efetuado mediante notificação fiscal emitida pelo órgão da Receita Estadual, podendo o documento que a represente ser expedido conjuntamente com o do licenciamento, registro, inscrição ou matrícula nos órgãos competentes.

Art. 95. O IPVA resultará da aplicação da alíquota correspondente sobre a respectiva base de cálculo.

Parágrafo único. O órgão da Receita Estadual divulgará no mês de dezembro, tabela com valores do imposto.

Art. 96. Fica o Poder Executivo autorizado a disciplinar a forma e condição para pagamento parcelado do IPVA, bem como estabelecer percentual de redução do imposto para pagamento antecipado em cota única e prazo para pagamento do imposto.

§ 1º A Secretaria de Estado da Fazenda fixará anualmente calendário para pagamento do imposto, que poderá ser recolhido em cota única ou em até três parcelas mensais e sucessivas, conforme dispuser a legislação específica.

§ 2º Os débitos de IPVA relativos a exercícios anteriores, acrescidos de multa e juros, poderão ser recolhidos em até doze parcelas mensais, com a parcela mínima a ser definida em ato normativo do titular da Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 3º Os juros para parcelamento dos débitos referidos no parágrafo anterior serão calculados e pagos em conformidade com o art. 231 desta Lei.

AC §§ 1º, 2º e 3º MP nº069/09, Lei nº 9.127/10

Art. 97. Nenhum veículo será registrado, inscrito ou matriculado perante as repartições competentes sem a prova do pagamento do imposto ou de que é imune ou isento.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se igualmente aos casos de alteração de cores, licenciamento, transferência, averbação, cancelamento, emissão de 2ª via de DUT, fornecimento de prontuário e a quaisquer outros atos que impliquem alterações no registro, inscrição ou matrícula do veículo.

Art. 98. O imposto é vinculado ao veículo, não se exigindo, nos casos de transferência, novo pagamento do imposto já solvido neste Estado ou em outra unidade da federação, observando sempre o respectivo exercício.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o comprovante do pagamento do imposto transmite-se ao novo proprietário do veículo para efeito de registro, inscrição, matrícula ou averbação de qualquer alteração desses assentamentos.

SEÇÃO VII DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 99. A inobservância dos dispositivos deste Capítulo sujeitará o infrator às seguintes multas:

I - 30% (trinta por cento) incidente sobre o montante do imposto devido, nele incluído os acréscimos legais;

II - 5% (cinco por cento) do valor venal do veículo quando ocorrer fraude, dolo ou simulação no preenchimento de documento de arrecadação e de requerimento de imunidade ou isenção.

Parágrafo único. As multas previstas neste artigo são impostas por exercício, cumulativamente e serão calculadas sobre o valor do IPVA ou sobre o valor venal do veículo no mês do lançamento de ofício.

Art. 100. Os débitos do imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA não recolhidos tempestivamente, sofrerão atualização monetária e acréscimos moratórios.

§ 1º A atualização monetária será devida a partir do mês calendário seguinte à data em que o débito deveria ter sido pago, de acordo com os índices fixados pelo Governo Federal.

§ 2º Os acréscimos moratórios serão devidos nos seguintes percentuais:

I - de 2% (dois por cento), para atraso de até 30 (trinta) dias;
NR MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10

II - de 1% (um por cento), por cada mês ou fração de mês, seguinte ao atraso de 30 (trinta) dias acumulado ao percentual previsto na alínea anterior.

Art. 101. As multas previstas no art. 99 serão reduzidas nos seguintes percentuais:

I - de 50% (cinquenta por cento), se for pago dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação da lavratura do Auto de Infração;

II - de 20% (vinte por cento), se for pago até antes do julgamento do processo administrativo fiscal;

III - de 10% (dez por cento), se for pago no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão condenatória em processo administrativo fiscal;

IV - de 5% (cinco por cento), se for pago antes do ajuizamento da execução do crédito tributário.

§ 1º Condiciona-se o benefício ao pagamento integral do imposto devido.

§ 2º O pagamento efetuado nos termos deste artigo implica renúncia à defesa e desistência dos recursos interpostos.

SEÇÃO VIII DA FISCALIZAÇÃO E DO CONTROLE

Art. 102. A fiscalização e arrecadação do IPVA compete ao órgão da Receita Estadual, em articulação com o Departamento Estadual de Trânsito e Polícia Militar do Estado.

Art. 103. O Poder Executivo poderá firmar convênios com o Departamento Estadual de Trânsito - Detran, e com setores dos Ministérios da Marinha e da Aeronáutica para efeito de controle e cadastramento dos automóveis, das embarcações e das aeronaves, visando a tributação dos referidos veículos.

SEÇÃO IX DA DESTINAÇÃO DO PRODUTO ARRECADADO

Art. 104. Do produto da arrecadação do imposto, incluídos os acréscimos correspondentes, 50% (cinquenta por cento) constituirão receita do Estado e 50% (cinquenta por cento) do Município onde estiver licenciado, inscrito ou matriculado o veículo.

Parágrafo único. O órgão da Receita Estadual providenciará o estorno da importância indevidamente repassada ao Município, em função da repartição do indébito.

CAPÍTULO III

DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO “CAUSA MORTIS” E DOAÇÃO, DE QUAISQUER BENS OU DIREITOS

SEÇÃO I

DA INCIDÊNCIA

Art. 105. O Imposto sobre a Transmissão “Causa Mortis” e Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCD, incide sobre a transmissão “Causa Mortis” e a Doação de:

I - propriedade ou domínio útil de bens imóveis;

II - direitos reais sobre imóveis;

III - direitos relativos às transmissões referidas nos incisos anteriores;

IV - bens móveis, semoventes, direitos, títulos e créditos.

NR MP nº069/09, Lei nº 9.127/10

§ 1º O imposto é devido quando o imóvel transmitido, ou sobre que versam os direitos transmitidos seja situado em território deste Estado, mesmo que a mutação patrimonial decorra de sucessão aberta fora dele.

§ 2º Nas transmissões “Causa Mortis” e Doação ocorrem tantos fatos geradores distintos quantos forem os herdeiros, legatários ou donatários.

Art. 106. A incidência do imposto alcança:

I - as transmissões ou doações que se referirem a imóveis situados no território maranhense, inclusive os direitos a eles relativos;

II - as doações, cujo doador tenha domicílio neste Estado ou quando nele se processar o arrolamento relativamente a bens móveis, direitos, títulos e créditos;

III - a instituição de usufruto vitalício ou temporário;

IV - a herança ou legado mesmo no caso de sucessão provisória.

V - a transmissão decorrente de doação de quaisquer bens e direitos, a qualquer título, ainda que em adiantamento da legítima;

VI - a transmissão do montante excedente da meação, por ocasião da partilha de quaisquer bens e direitos existentes sob o regime de comunhão, na ação de separação judicial ou de divórcio;

VII - a transmissão do montante excedente da meação, por ocasião da partilha de quaisquer bens e direitos adquiridos, no período de convivência estável, por qualquer um dos conviventes;

VIII - a desistência de herança ou legado com determinação do beneficiário;

IX - o recebimento de quantias depositadas em contas bancárias de poupança ou em conta-corrente em nome do de cujus.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, equipara-se à doação qualquer ato ou fato não oneroso que importe ou resolva a transmissão de quaisquer bens ou direitos, tais como renúncia, desistência e cessão.

§ 2º O imposto incidirá sobre a doação se:

I - o doador tiver domicílio no Estado, no caso de bens móveis;

II - o doador não tiver residência ou domicílio no País, e o donatário for domiciliado no Estado.

§ 3º Quando o doador tiver mais de um domicílio, será considerado domiciliado neste Estado, para os efeitos deste artigo:

I - a pessoa natural que tiver no território maranhense o centro habitual de suas ocupações;

II - a pessoa jurídica de direito privado ou o empresário individual, relativamente ao estabelecimento onde ocorreu o fato ou foi praticado o ato que deu origem à obrigação tributária;

III - a pessoa jurídica de direito público, relativamente à repartição onde ocorreu o fato ou foi praticado o ato que deu origem à obrigação tributária;

§ 4º Nas doações remuneratórias ou com encargos, incluir-se-ão na incidência do imposto referido neste artigo os valores apurados na remuneração do serviço e os relativos ao cumprimento do encargo.

AC incisos V a IX e NR dos parágrafos pela MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10

SEÇÃO II DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 107. O Imposto sobre a Transmissão “Causa Mortis” e Doação, de Quaisquer Bens ou Direitos, não incide sobre as transmissões “causa mortis” e as doações:

I - à União, aos Estados, ao Distrito Federal, Municípios, suas autarquias, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, vinculadas as suas atividades essenciais ou às delas decorrentes;

II - aos templos de qualquer culto;

III - aos partidos políticos, inclusive suas fundações, às entidades sindicais dos trabalhadores, às instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

Parágrafo único. A não-incidência prevista neste artigo:

I - não se aplica ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

II - é condicionada a que os bens, direitos, títulos ou créditos se destinem ao atendimento das finalidades essenciais das entidades mencionadas neste artigo, bem como que elas:

a) não distribuam qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;

b) apliquem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais;

c) mantenham escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

AC parágrafo único MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10

Art. 107- A. Fica isenta do imposto a transmissão:

I - de bem imóvel urbano, desde que constitua o único bem a ser partilhado e que a sua avaliação seja igual ou inferior a trinta e duas vezes o valor do salário-mínimo vigente no Estado à época da transmissão;

II - de bem imóvel rural, desde que constitua o único bem a ser partilhado e que a sua avaliação seja igual ou inferior a vinte e uma vezes o valor do salário-mínimo vigente no Estado à época da transmissão;

III - de bens e/ou direitos, transmitidos por doação, cujo valor recebido por donatário não ultrapasse o equivalente a vinte e uma vezes o valor do salário-mínimo vigente no Estado à época da transmissão;

IV - de bens de herança ou do monte-mor, cujo valor total não ultrapasse a trinta e duas vezes o valor do salário-mínimo vigente no Estado, na sucessão causa mortis.

Parágrafo único. O reconhecimento da isenção será verificado em processo, mediante requerimento do interessado à área de tributação.

AC MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10

SEÇÃO III DA BASE DE CÁLCULO

Art. 108. A base de cálculo do imposto é:

I - o valor venal do bem ou direito;

II - o valor do título ou do crédito.

§ 1º O valor de que trata o inciso I será determinado pela Secretaria de Estado da Fazenda, mediante avaliação feita com base nos elementos de que dispuser e ainda nos declarados pelo sujeito passivo, quando comprovados ou feita por instituição especializada credenciada pelo Poder Executivo.

§ 2º Entende-se por valor venal o valor corrente de mercado do bem ou direito.

§ 3º A Agência da Secretaria de Estado da Fazenda procederá à avaliação dos bens localizados em sua área de circunscrição, sendo que a homologação da avaliação será realizada pela unidade central de administração do ITCD.

§ 4º Discordando da avaliação, o contribuinte poderá, no prazo de 10 (dez) dias, contado da respectiva ciência, requerer avaliação contraditória.

§ 5º Correrão à conta do contribuinte todas as despesas decorrentes da avaliação contraditória.

§ 6º A base de cálculo terá seu valor revisto ou atualizado pela autoridade fazendária decorridos 180 (cento e oitenta) dias da data da avaliação, ou sempre que a Secretaria de Estado da Fazenda constatar alteração no valor venal ou vício na avaliação anteriormente realizada.

NR dos §§ acima pela MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10

Art. 109. Nas transmissões “Causa Mortis”, corrigir-se-á a expressão monetária da base de cálculo para o dia de vencimento do prazo do pagamento do crédito tributário respectivo.

SEÇÃO IV DA ALÍQUOTA

Art. 110. As alíquotas do ITCD são:

I - de 2% (dois por cento):

- a) nas doações de quaisquer bens ou direitos;
- b) nas instituições de usufruto.

II - de 4% (quatro por cento) nas demais hipóteses de incidência.

NR MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10

SEÇÃO V DO CONTRIBUINTE

Art. 111. Contribuinte do imposto é:

I - nas transmissões “Causa Mortis”, o herdeiro ou o legatário;

II - nas doações, o donatário.

III - na cessão não onerosa, o cessionário;

IV - na instituição de usufruto, o usufrutuário.

AC incisos III e IV pela MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10

SEÇÃO VI DOS RESPONSÁVEIS

Art. 112. Nas transmissões ou doações que se efetuarem sem pagamento do imposto devido, ficam solidariamente por ele responsáveis:

I - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, em razão de seu ofício, ou pelas omissões por que forem responsáveis;

II - a empresa, instituição financeira ou bancária e todo aquele a quem caiba a responsabilidade pelo registro ou pela prática de ato que implique a transmissão de bem móvel e respectivos direitos e ações;

III - o doador;

IV - qualquer pessoa física ou jurídica que detenha a posse do bem transmitido na forma desta Lei.

SEÇÃO VII DO PAGAMENTO

Art. 113. O imposto será pago na forma e nos prazos definidos em regulamento:

I - antes de transitar em julgado a sentença homologatória da ação de separação judicial ou de divórcio, ou antes, da partilha de bens, quando se tratar de união estável.

II - antes da lavratura da escritura pública e do registro de qualquer instrumento.

Parágrafo único. Os juros de mora sobre débitos em atraso serão calculados e pagos em conformidade com o art. 231 desta Lei.

NR MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10

SEÇÃO VIII DA FISCALIZAÇÃO

Art. 114. Os escrivães, tabeliães, oficiais de notas, de registro de imóveis e de registro de títulos e documentos e quaisquer outros serventuários da justiça não poderão praticar atos que importem transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, bem como cessões sem que os interessados apresentem comprovante original do pagamento do imposto.

Art. 115. Os escrivães, tabeliães, oficiais de notas, de registro de imóveis e de registro de títulos e documentos ficam obrigados a facilitar à fiscalização do órgão da Receita Estadual o exame em Cartório, dos livros, registros e outros documentos e a lhe fornecer, gratuitamente, quando solicitada, oficialmente, certidão de atos que forem lavrados, transcritos, averbados ou inscritos e concernentes a imóveis ou direitos a eles relativos.

Art. 115-A. A Junta Comercial do Estado do Maranhão (JUCEMA) comunicará à autoridade fazendária a entrada de qualquer instrumento que altere a participação societária de titulares de empresas, seja na transferência por cessão, doação, renúncia ou falecimento, na forma disciplinada pela Secretaria de Estado da Fazenda.

AC MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10

Art. 115-B. Os titulares de Cartórios de Notas, de Registro de Pessoas Jurídicas, de Cartórios de Registro de Imóveis e de Cartórios de Pessoas Naturais comunicarão à autoridade fazendária a formalização e/ou registro de qualquer instrumento que altere a participação societária de titulares de empresas, em razão de transferência por cessão, doação, renúncia ou falecimento, na forma disciplinada pela Secretaria de Estado da Fazenda, ou do qual decorra a transferência de imóveis ou a expedição de atestado de óbito.

AC MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10

Art. 115-C. As comunicações de que tratam os arts. 115-A e 115-B deverão ser efetuadas até o dia 10 do mês subsequente àquele em que ocorrerem os referidos eventos.

AC MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10

SEÇÃO IX DAS MULTAS

Art. 116. A falta de pagamento do imposto, no todo ou em parte, na forma e nos prazos previstos em regulamento, apurada mediante procedimento fiscal, sujeitará os contribuintes ou responsáveis a multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto devido.

Art. 117. A omissão ou inexatidão de declaração relativa a elementos que possam reduzir o valor do imposto sujeitará os contribuintes e responsáveis à multa de 80% (oitenta por cento) do valor do imposto que deixou de ser pago.

NR MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10

Art. 117-A. A falta de pagamento do imposto em virtude de fraude, dolo ou simulação sujeitará os contribuintes ou responsáveis multa de 100% (cem por cento)

AC MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10

Art. 118. O descumprimento do disposto no art. 114 sujeitará o serventuário ao pagamento de multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais), para cada fato gerador, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas em lei.

NR MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10

Art. 118-A. As multas previstas neste Capítulo serão reduzidas de acordo com o art. 83 desta Lei.

AC MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10

Art. 119. O pagamento espontâneo do imposto, fora dos prazos estabelecidos, sujeitará o contribuinte à multa de 2% (dois por cento) do valor do imposto.

NR MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10

SEÇÃO X DA RESTITUIÇÃO

Art. 120. O imposto pago será devolvido, no todo ou em parte, quando:

I - não se completar o ato ou contrato sobre que se tiver pago;

II - for declarada, por decisão judicial transitada em julgado, a nulidade do ato ou contrato pelo qual tiver sido pago;

III - for posteriormente reconhecida a não incidência;

IV - houver sido pago a maior ou indevidamente;

NR MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10

V - aparecer ausente nos casos de sucessão provisória.

TÍTULO II DAS TAXAS

CAPÍTULO I DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO E SERVIÇOS DIVERSOS

SEÇÃO I DA INCIDÊNCIA

Art. 121. A Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos é devida em decorrência da utilização efetiva ou potencial, dos serviços públicos estaduais específico e divisíveis, prestados ao contribuinte ou colocado à sua disposição, e das atividades relacionadas com o Poder de Polícia, especificados no anexo II.

Parágrafo único. Considera-se poder de polícia a atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

AC MP nº 115/11, Lei nº 9.562/12

SEÇÃO II

DAS ISENÇÕES

Art. 122. São isentos da Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos os atos e documentos relativos:

I - às finalidades escolares, militares e eleitorais;

II - à vida funcional dos servidores do Estado;

III - aos interesses da União, Estados e Municípios e demais pessoas jurídicas de Direito Público Interno;

IV - aos presos pobres;

V - aos interesses de hansenianos, seus filhos e dependentes, bem como de suas caixas de beneficência;

VI - aos interesses de cooperativas;

VII - aos interesses de sociedade de economia mista, em que o Estado do Maranhão seja acionista majoritário.

SEÇÃO III

DAS ALÍQUOTAS E DA BASE DE CÁLCULO

Art. 123. A Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos e emolumentos serão cobrados de acordo com os valores constantes do anexo II desta Lei.

§ 1º Nos casos em que a taxa seja exigida anualmente, será calculada proporcionalmente aos meses restantes, quando o início da atividade tributável não coincidir com o ano civil, incluindo-se, porém o mês em que começou a ser exercida.

§ 2º O Poder Executivo estabelecerá critérios para cobrança dos tributos de que trata este artigo.

SEÇÃO IV

DOS PRAZOS, DAS FORMAS DE PAGAMENTO

E DA RESTITUIÇÃO

Art. 124. O pagamento da taxa será exigido antes da prática do ato, ou da assinatura do documento.

§ 1º Quando a taxa for devida por ano, o pagamento será realizado até o dia 31 de janeiro do respectivo exercício.

§ 2º A taxa poderá ser paga em parcelas, de acordo com os casos previstos no anexo II desta Lei.

Art. 125. A taxa será paga em estabelecimento bancário autorizado, ou em repartição arrecadadora, na forma disciplinada pela Receita Estadual.

Art. 126. A taxa paga não será restituível, salvo se as autoridades se negarem a praticar o ato solicitado ou a prestar o serviço relacionado com o pagamento.

SEÇÃO V

DOS CONTRIBUINTES

Art. 127. A Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos é devida por quem solicitar a prestação do serviço ou a prática do ato formal pressuposto da atividade do poder de polícia, ou for o beneficiário direto do serviço ou da atividade.

SEÇÃO VI

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 128. A fiscalização da Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos compete ao órgão da Receita Estadual, e, em especial, aos órgãos previstos no anexo II desta Lei.

Art. 129. Sempre que seja exercida atividade sujeita à prévia expedição de alvará ou vistoria sem a sua obtenção, as autoridades competentes para a sua expedição, seja por conhecimento direto, ou mediante representação da fiscalização poderão determinar o fechamento do estabelecimento ou a cessação da atividade.

Art. 130. A medida a que se refere o artigo anterior só será suspensa após o fornecimento de respectivo alvará ou prova da vistoria, o que se dará mediante o pagamento da taxa acrescida da multa cabível.

SEÇÃO VII

DAS MULTAS

Art. 131. A falta de pagamento, total ou parcial, da Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos, nos prazos legais, sujeitará o contribuinte à multa de 50% (cinquenta por cento) do valor da taxa devida.

CAPÍTULO II

DA TAXA JUDICIÁRIA

SEÇÃO I

DA INCIDÊNCIA

Art. 132. A Taxa Judiciária incide sobre a ação ou processo judicial, contencioso ou administrativo, ordinário, especial ou acessório, ajuizado perante qualquer juízo ou Tribunal.

SEÇÃO II

DAS ISENÇÕES

Art. 133. São isentos da Taxa Judiciária:

- I - as ações de alimentos;
- II - os conflitos de jurisdição;
- III - as habilitações para casamento;
- IV - os efeitos criminais, quando a parte alegar pobreza;
- V - os processos para concessão de assistência judiciária;
- VI - os alvarás;
- VII - os processos incidentes, excetuados os embargos de terceiros;
- VIII - os protestos de títulos e contas comerciais.

SEÇÃO III

DAS ALÍQUOTAS E DA BASE DE CÁLCULO

Art. 134. Observado o limite mínimo de R\$ 3,00 (três reais) e o máximo de R\$ 690,00 (seiscentos e noventa reais) a Taxa Judiciária será:

I - no ingresso em juízo, ou na propositura de reconvenção, 2% (dois por cento) sobre o valor da causa;

II - nas causas inestimáveis ou em processos acessórios, R\$ 3,00 (três reais).

SEÇÃO IV

DOS PRAZOS, DAS FORMAS DE PAGAMENTO E DA RESTITUIÇÃO

Art. 135. A Taxa Judiciária será paga antes da distribuição do feito.

Art. 136. A Taxa Judiciária será paga em estabelecimento bancário ou em repartição arrecadadora, na forma disciplinada na legislação específica.

Art. 137. A Taxa Judiciária paga não será restituível, salvo se as autoridades se negarem a praticar o ato solicitado relacionado com o pagamento.

SEÇÃO V

DOS CONTRIBUINTES

Art. 138. Contribuinte da Taxa Judiciária é a pessoa física ou jurídica que propuser, em qualquer juízo ou Tribunal, ação ou processo judicial, contencioso ou administrativo, ordinário, especial ou acessório.

SEÇÃO VI DA FISCALIZAÇÃO

Art. 139. A fiscalização da Taxa Judiciária compete ao órgão da Receita Estadual.

Art. 140. Nenhum juiz ou Tribunal poderá despachar petições iniciadas ou reconvenção, dar andamento ou proferir sentença em autos sujeitos à Taxa Judiciária, sem que deles conste o respectivo pagamento.

Art. 141. Nenhum serventuário da Justiça poderá distribuir papéis, tirar mandados iniciais, dar andamento a reconvenções ou fazer conclusões de autos para sentença definitiva ou interlocutória em autos sujeitos à Taxa Judiciária sem que a mesma esteja paga.

Art. 142. O relator do feito, em Segunda Instância, quando lhe for presente algum processo em que a taxa devida não tenha sido paga, providenciará, antes de qualquer outra diligência e da revisão para julgamento, no sentido de fazer efetivo o pagamento.

SEÇÃO VII DAS MULTAS

Art. 143. A falta de pagamento, total ou parcial, da Taxa Judiciária, nos prazos legais, sujeitará o contribuinte à multa de 50% (cinquenta por cento), do valor da taxa devida.

TÍTULO III DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

CAPÍTULO I DA INCIDÊNCIA

Art. 144. A contribuição de Melhoria tem como fato gerador o benefício por obra pública de imóvel localizado na área beneficiada, observadas as normas da legislação federal.

CAPÍTULO II DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 145. A Contribuição de Melhoria não incide sobre os imóveis beneficiados que constituem patrimônio:

I - da União, Estados, Municípios e demais pessoas jurídicas de Direito Público Interno;

II - de partidos políticos e de templos de qualquer culto;

III - de instituições de educação e assistência social devidamente reconhecidas, observados os dispositivos fixados em legislação específica.

CAPÍTULO III DO LANÇAMENTO E DO PAGAMENTO

Art. 146. O Poder Executivo estabelecerá os critérios, os limites e as formas de lançamento e pagamento da Contribuição de Melhoria, para fazer face ao custo da obra pública, tendo como limite total a despesa realizada.

CAPÍTULO IV DOS CONTRIBUINTE E RESPONSÁVEIS

Art. 147. A Contribuição de Melhoria será arrecadada do proprietário do imóvel beneficiado por obra pública ao tempo de seu lançamento.

§ 1º Nos casos de enfiteuse, a Contribuição de Melhoria será cobrada do enfiteuta.

§ 2º Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhes couberem.

Art. 148. São solidariamente responsáveis pelo pagamento da Contribuição de Melhoria os adquirentes e sucessores, a qualquer título do domínio do imóvel.

CAPÍTULO V DA FISCALIZAÇÃO

Art. 149. A fiscalização da Contribuição de Melhoria compete ao órgão da Receita Estadual, e em especial, às autoridades e agentes administrativos dos órgãos e entidades a que estiver legada a execução de obra.

CAPÍTULO VI DAS MULTAS

Art. 150. O atraso no pagamento da Contribuição de Melhoria sujeitará o contribuinte ou responsável à multa de 50% (cinquenta por cento) de seu valor.

LIVRO II DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

TÍTULO I

CAPÍTULO I DA FISCALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS

Art. 151. A fiscalização dos tributos estaduais será exercida sobre todas as pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, que forem sujeitos passivos de obrigações tributárias, inclusive sobre as que gozarem de imunidade ou isenção.

Art. 152. O funcionário que proceder ou presidir a quaisquer diligências ou atos relativos à fiscalização lavrará termo próprio para que se documente o início do procedimento, na forma e nos prazos previstos em regulamento.

Art. 153. Os funcionários fiscais requisitarão o auxílio da Polícia Militar ou Civil, quando vítimas de desacato no exercício de suas funções ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, desde que se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

Art. 154. Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

- I - os contribuintes e todos os que tomarem parte em operações tributáveis;
- II - os tabeliães, escrivães, e demais serventuários de ofício;
- III - as empresas de transporte e os condutores de veículos em geral, empregados no transporte de mercadorias;
- IV - os bancos, casas bancárias, caixas econômicas e demais instituições financeiras;
- V - os síndicos, comissários, inventariantes e liquidatários;
- VI - as empresas de administração de bens;
- VII - os leiloeiros, corretores e despachantes oficiais;
- VIII - as companhias de armazéns gerais;
- IX - quaisquer outras entidades ou pessoa em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Parágrafo único. A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão do cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

Art. 155. A isenção e a imunidade não desobrigam o cumprimento das obrigações acessórias instituídas na legislação tributária do Estado.

Art. 156. Os livros e documentos que envolvam direta e indiretamente, matéria de interesse tributário, são de exibição obrigatória ao Fisco.

Art. 157. No caso de recusa de apresentação de livro ou documento, o agente do fisco poderá lacrar os móveis em que, possivelmente, eles estejam, e solicitará de imediato, diretamente ou por intermédio da repartição fiscal, providências para que se faça exibição judicial.

CAPÍTULO II

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 158. Constitui infração toda ação ou omissão voluntária ou involuntária, que importe em inobservância, por parte de pessoa física ou jurídica, de norma estabelecida na legislação tributária do Estado.

§ 1º Respondem pela infração:

I - conjunta ou isoladamente, todos os que, de qualquer forma concorrerem para a sua prática ou dela se beneficiarem, ressalvado o disposto no item seguinte;

II - conjunta ou isoladamente, o proprietário de veículo ou seu responsável, quando esta decorrer do exercício de atividade própria do mesmo.

§ 2º Salvo disposição em contrário, a responsabilidade por infração independe da intenção do agente e dos efeitos do ato.

Art. 159. O direito de impor penalidade extingue-se em 5 (cinco) anos, contados da infração.

Art. 160. Os infratores serão punidos com as seguintes penas:

I - multa;

II - proibição de transacionar com as repartições públicas ou autarquias estaduais e com os estabelecimentos bancários controlados pelo Estado;

III - sujeição a sistema especial de fiscalização.

Art. 161. São circunstâncias agravantes:

I - a sonegação, a fraude e o conluio;

II - a reincidência;

III - qualquer circunstância que demonstre a existência de artifício doloso na prática de infração ou que importe em agravar as suas conseqüências ou em retardar o seu conhecimento pela autoridade fiscal.

§ 1º Sonegação é toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, o conhecimento por parte da autoridade fiscal:

I - da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, sua natureza ou circunstância material;

II - das condições pessoais do contribuinte, suscetíveis de afetar a obrigação tributária principal ou o crédito tributário correspondente.

§ 2º Fraude é toda ação ou omissão dolosa tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir ou modificar as suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do tributo devido, ou a evitar ou diferir o seu pagamento.

§ 3º Conluio é o ajuste doloso entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas visando a qualquer dos efeitos referidos nos parágrafos anteriores.

§ 4º Reincidência é a nova infração a um mesmo dispositivo da legislação tributária, cometida pela mesma pessoa natural ou jurídica dentro de 5 (cinco) anos da data em que passar em julgado, administrativamente, a decisão condenatória, referente à infração anterior.

§ 5º Ocorrendo as circunstâncias agravantes referidas nos incisos I e III deste artigo, a multa será aplicada em dobro. No caso de reincidência, será aplicado, na primeira repetição da infração, 50% (cinquenta por cento) da multa e nas repetições subseqüentes, mais 10% (dez por cento).

Art.162. As multas serão cumulativas, quando resultarem concomitantemente do não cumprimento de obrigações tributárias principal e acessória.

Art. 163. O pagamento da multa não dispensa a exigência do tributo, quando devido, e a imposição de outras penalidades.

Art. 164. Se do processo se apurar a responsabilidade de duas ou mais pessoas, será imposta a cada uma delas a pena relativa à infração que houver cometido.

Art. 165. As infrações continuadas estão sujeitas a uma pena única, com aumento de 10% (dez por cento) para cada repetição da falta, não podendo o valor total exceder o dobro da pena básica.

Parágrafo único. Considerar-se-ão infrações continuadas, quando se tratar de repetição de infração ainda não apurada ou que já seja objeto de processo, de cuja instauração o infrator não tenha conhecimento.

Art. 166. Não serão aplicadas penalidades:

I - aos que, antes de qualquer procedimento fiscal, procurem a repartição competente para comunicar a falta ou sanar a irregularidade;

II - enquanto prevalecer o entendimento aos que tiverem agido ou pago o tributo:

a) de acordo com a interpretação fiscal constante de decisão irrecorrível de última instância administrativa, proferida em processo fiscal, inclusive de consulta, seja ou não parte o interessado;

b) de acordo com interpretação fiscal constante de decisão de primeira instância, proferida em processo fiscal, inclusive de consulta, em que for parte o interessado;

c) de acordo com a interpretação fiscal, constante de circulares, instruções, portarias, ordens de serviços e outros atos interpretativos, baixados por autoridade competente.

Art.167. Os devedores de tributos estaduais, inclusive os fiadores, declarados remissos, são proibidos de transacionar, a qualquer título, com as repartições públicas ou autárquicas estaduais e com os estabelecimentos bancários controlados pelo Estado, na forma disciplinada em regulamento.

Parágrafo único. A proibição de transacionar, constante deste artigo, compreende a participação em concorrência, coleta ou tomada de preços, a celebração de contratos de qualquer natureza, inclusive de abertura de crédito e levantamento de empréstimo em estabelecimento bancário estadual ou controlado pelo Estado, e quaisquer outros atos que importem em transação.

Art. 167-A. A partir de 1º de julho de 2005, o Estado divulgará o nome dos contribuintes inscritos em Dívida Ativa, inclusive com menção aos valores devidos, exceto se o crédito tributário estiver parcelado e em situação de adimplência.”

§ 1º Serão utilizados, para fins de divulgação ou de sua exclusão, os mesmos critérios utilizados para tais fins no Cadastro Estadual de Inadimplentes - CEI.

§ 2º As informações divulgadas nos termos do *caput* deste artigo poderão ser utilizadas ou consideradas, no exercício de suas atividades, por entidades de proteção ao crédito ou por centrais de risco de crédito, entidades de registros públicos, cartórios e tabelionatos, entidades do sistema financeiro, bem como por qualquer outra entidade pública ou privada.

§ 3º Na hipótese do § 2o, poderá, se necessário, ser celebrado convênio entre a Secretaria de Estado da Fazenda e as respectivas entidades.

AC Art. 167-A pela Lei nº 8.438/06

Art. 168. O contribuinte que repetidamente incidir em infração à legislação tributária, poderá ser submetido a sistema especial de controle e fiscalização, por ato do titular do órgão da Receita Estadual, na forma estabelecida pelo Poder Executivo.

TÍTULO II

CAPÍTULO I DO PROCESSO FISCAL

SEÇÃO I

DOS ATOS E TERMOS PROCESSUAIS

Art. 169. Os atos e termos processuais, quando a lei não prescrever forma, conterão somente o indispensável à sua finalidade, sem espaço em branco, e sem entrelinhas, rasuras ou emendas não ressalvadas.

Parágrafo único. Quando a norma prescrever determinada forma, a autoridade julgadora considerará válido o ato se, realizado de outra maneira, alcançar a sua finalidade e não resultar prejuízo ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 170. O processo será desdobrado no caso de impugnação parcial, não cumprida a exigência relativa à parte não litigiosa do crédito, resultante de confissão ou desistência do sujeito passivo.

Parágrafo único. A Autoridade Julgadora determinará a formação de autos apartados para a imediata cobrança da parte não impugnada, consignando esta circunstância no processo original.

Art. 171. A realização de diligências requeridas pelo órgão preparador e julgador terá preferência sobre todas as demais atividades.

Art. 172. Os documentos que o interessado fizer juntar ao processo poderão ser restituídos mediante requerimento, a critério da Presidência, desde que fique traslado ou cópia nos autos.

Art. 173. O pedido de desistência de recurso só poderá ser conhecido se apresentado antes de concluído o julgamento, constituindo o mesmo em confissão da matéria para todos os efeitos legais.

Art. 174. Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, são hábeis para provar a verdade dos fatos em que se funda o auto de infração ou a defesa.

Parágrafo único. A autoridade julgadora poderá solicitar que o sujeito passivo apresente documentos comprobatórios de suas alegações.

SEÇÃO II

DO PROCEDIMENTO

Art. 175. O procedimento fiscal terá início com:

I - o primeiro ato de ofício, escrito, praticado por funcionário competente, cientificando o sujeito passivo da obrigação tributária ou seu preposto;

II - a retenção de mercadorias, documentos ou livros.

§ 1º O início do procedimento exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação aos atos anteriores e, independentemente de intimação, a dos demais envolvidos nas infrações verificadas.

§ 2º Para os efeitos do disposto no § 1º, os atos referidos nos incisos I e II valerão pelo prazo de sessenta dias, prorrogável por igual período com qualquer outro ato escrito que indique o prosseguimento dos trabalhos.

Art. 176. A exigência do crédito tributário será formalizada em auto de infração ou notificação de lançamento.

NR Lei nº 8.107/04

§ 1º *Revogado pela Lei nº 8.511/06*

Parágrafo Único. Sempre que imprescindível para prevenir os efeitos da decadência, o auto de infração será lavrado, também, na pendência de decisão judicial que suspenda liminarmente a exigibilidade, hipótese em que será lançada na peça fiscal a condição de suspensão da exigibilidade até a decisão judicial definitiva. (NR Lei nº 8.511/06)

Art. 177. A lavratura do auto de infração é de competência do Auditor Fiscal da Receita Estadual.

Parágrafo único. Poderá lavrar Auto de Infração, a critério e sob as condições estabelecidas pelo titular do órgão da Receita Estadual, observado o interesse da atividade de fiscalização de mercadorias em trânsito neste Estado, o Técnico da Receita Estadual, no âmbito de suas atribuições.

Art. 178. A notificação de lançamento será expedida, quando o crédito tributário for relativo a:

I - inadimplência de:

a) imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, declarado pelo sujeito passivo;

b) imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA;

c) imposto sobre a transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos - ITCD;

d) qualquer receita estadual, em razão de recolhimento por meio de cheque, recebido por unidade administrativa integrante da rede própria de arrecadação estadual, sem suficiente provisão de fundos ou cujo pagamento tenha sido frustrado por circunstância diversa;

NR MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10

II - não apresentação de declaração de informações fiscais, no prazo regulamentar.

§ 1º O sujeito passivo terá prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência por aviso de recebimento da notificação de lançamento, para efetuar o pagamento do imposto e acréscimos legais ou apresentar defesa que, não ocorrendo, implicará na inscrição do crédito tributário em Dívida Ativa.

§ 2º A defesa deverá ser apresentada em qualquer agência de atendimento da Secretaria de Estado da Fazenda, acompanhada de cópia da respectiva notificação de lançamento, quando for o caso, e remetida para órgão julgador competente.

§ 3º A notificação de lançamento será descaracterizada, no todo ou em parte, caso o sujeito passivo, no prazo previsto no § 1º, comprove de forma inequívoca:

I - erro de cálculo;

II - duplicidade de lançamento;

III - pagamento do crédito tributário reclamado ou cumprimento da obrigação acessória, antes da ciência da notificação de lançamento;

IV - lançamento do crédito tributário por auto de infração.

§ 4º Aplicam-se à notificação de lançamento, no que couber, as disposições da legislação processual relativas ao auto de infração.

§ 5º Prescinde de assinatura a notificação de lançamento emitida por processo eletrônico.

NR Lei nº 8.438/06.

Art. 179. O servidor que verificar a ocorrência de infração à legislação tributária estadual e não for competente para formalizar a exigência, comunicará o fato, em representação circunstanciada, a seu chefe imediato, que adotará as providências necessárias.

Art. 180. A fase litigiosa do processo inicia-se com a apresentação tempestiva da impugnação ao auto de infração.

Parágrafo único. O sujeito passivo tem capacidade postulatória, em causa própria, para estar no Processo Administrativo Tributário.

Art. 181. Não localizado representante legal do sujeito passivo, pessoa jurídica em inatividade, far-se-á a intimação na pessoa dos sócios ou co-responsáveis.

§ 1º Ao sujeito passivo é facultado:

I - vista do processo no horário de expediente;

II - requerer por escrito cópia parcial ou total do processo.

§ 2º A vista a que se refere o inciso I deverá ocorrer no local onde estiver o processo.

§ 3º A cópia a que se refere o inciso II deverá ser entregue mediante a apresentação do comprovante de pagamento de taxa.

AC §§ 1º, 2º e 3º pela Lei nº 9.379/11

Redação Anterior - Parágrafo único. Ao sujeito passivo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias da ciência da intimação, é facultada vista do processo nos expedientes normais do órgão preparador.

Art. 182. A impugnação, formalizada por escrito e instruída com os documentos em que se fundamentar, será apresentada a órgão preparador, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data em que se considerar feita a intimação da exigência e mencionará:

I - a autoridade julgadora a quem é dirigida;

II - a qualificação do impugnante;

III - os motivos de fato e de direito em que se fundamenta;

IV - as diligências que o impugnante pretenda sejam efetuadas expostos os motivos que as justifiquem.

Art. 183. A autoridade preparadora, assim como a julgadora, quando entender necessário, determinará, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, a realização de diligências, fixando prazo para o seu cumprimento.

Art. 184. Se da realização de diligência resultar agravada a situação do contribuinte ou imputada responsabilidade a terceiro, a nova exigência será formalizada em auto de infração distinto.

Art. 185. Não sendo cumprida nem impugnada a exigência, o crédito tributário será imediatamente inscrito em Dívida Ativa.

NR MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10

Parágrafo único. A autoridade preparadora, antes da inscrição em Dívida Ativa e sempre que constatar erro ou omissão que agrave a situação do sujeito passivo, poderá propor ao julgador de primeira instância a revisão de ofício, do lançamento, com efeito suspensivo.

Art. 186. O processo será organizado em ordem cronológica e terá suas folhas numeradas e rubricadas.

SEÇÃO III

DA INTIMAÇÃO

Art. 187. Far-se-á a intimação:

I - pessoalmente, pelo autor do procedimento, por agente do órgão preparador ou do órgão julgador, provada com a assinatura do sujeito passivo, seu mandatário ou preposto, e, no caso de recusa, declaração escrita de quem o intimar na própria peça lavrada;

II - por via postal, telegráfica, fax ou infovia, com prova de recebimento, quando resultarem improficuos os meios referidos no inciso I, e na hipótese de notificação de lançamento, prevista no art.178.

NR Lei nº 8.438/06

III - por edital, quando resultarem improficuos os meios referidos nos incisos anteriores.

§ 1º O edital será publicado, uma única vez, em órgão da imprensa oficial local, ou afixado em dependência franqueada ao público, do órgão encarregado da intimação.

§ 2º Considera-se feita a intimação:

I - na data da ciência do intimado, ou da declaração de quem fizer a intimação, ou termo de recusa, se pessoal;

II - na data do recebimento, por via postal ou telegráfica;

III - na hipótese do inciso anterior, se a data for omitida, 05 (cinco) dias após a entrega da intimação à agência postal telegráfica;

IV - no dia seguinte ao recebimento, se por fax ou enfovia;

IV - 15 (quinze) dias após a data de publicação, ou afixação do edital, se este for o meio utilizado.

§ 3º A intimação conterà ordem expressa para que o contribuinte cumpra a exigência ou a impugne, no prazo de 30 (trinta) dias contado da data que se considerar feita.

§ 4º Considera-se domicílio tributário eleito pelo sujeito passivo o do endereço postal, eletrônico ou de fax por ele fornecido para fins cadastral à Receita Estadual.

§ 5º À exceção do ICMS, a intimação dos demais tributos poderá ser feita por edital publicado em qualquer órgão da imprensa. (AC Lei nº 8.512/06)

SEÇÃO IV DA COMPETÊNCIA

Art.188. O preparo do processo compete ao órgão da Receita Estadual a que estiver circunscrito o sujeito passivo e, excepcionalmente, ao órgão julgador, nos casos previstos na lei específica.

Art. 189. O julgamento do processo oriundo de auto de infração, em primeira e segunda instância, compete ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais.

Art. 190. À Autoridade Julgadora de Primeira Instância compete o julgamento singular e às Câmaras Julgadoras do Tribunal o julgamento dos recursos de decisão de primeira instância.

Parágrafo único. Compete ao Tribunal Pleno:

I - conhecer e julgar os recursos de revista;

II - decidir sobre proposta de aplicação de equidade apresentada por qualquer uma das câmaras; e

III - aprovar propostas de Resolução Interpretativa.

Art. 191. Compete ao titular da área de Tributação, após ouvir o Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, expedir resoluções interpretativas sobre a jurisprudência administrativa assentada, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

SEÇÃO V DO JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

Art. 192. A Autoridade Julgadora de Primeira Instância proferirá decisão em processo contencioso fiscal, podendo propor a formulação de Resolução Interpretativa.

Parágrafo único. Compete, ainda, a Autoridade Julgadora de Primeira Instância, apreciar a Revisão de Ofício de competência da Autoridade Preparadora.

Art. 193. O julgamento resolverá todas as questões suscitadas no processo e concluirá pela procedência, improcedência total ou parcial e tempestividade do ato impugnado, determinando a intimação do sujeito passivo.

Art. 194. Os processos que contiverem indício de crime contra a ordem tributária terão preferência no julgamento.

Art. 195. O prazo para a conclusão do julgamento de primeira instância é de 30 (trinta) dias, contado da data da distribuição do processo.

Parágrafo único. A distribuição de que trata este artigo, será no mínimo de 10 (dez) e no máximo de 20 (vinte), em função da complexidade do processo.

Art. 196. A área responsável do órgão julgador de primeira instância distribuirá os processos para julgamento, na ordem de data que os tenha recebido, ou por matéria, conforme prioridade preestabelecida.

Art. 197. Na apreciação da prova, a autoridade julgadora formará livremente sua convicção, podendo determinar as diligências que entender necessárias.

§ 1º Na decisão em que for julgada questão preliminar ou prejudicial será também julgado o mérito, salvo quando incompatíveis.

§ 2º A inicial será indeferida sem exame de mérito quando:

I - a parte for manifestamente ilegítima ou deixar de fazer prova de sua capacidade;

II - a impugnação for intempestiva;

III - a impugnação for manifestamente protelatória, especialmente quando, dentre outros:

a) não apontar erro de fato;

b) não apresentar erro material de cálculo;

c) não apresentar erro de divergência entre o lançamento e a legislação pertinente;

IV - o sujeito passivo desistir da impugnação administrativa ou propuser ação judicial que tenha o mesmo objeto da impugnação;

V - a impugnação questionar a constitucionalidade ou a validade da legislação tributária.

§ 3º O disposto no § 3º do art. 178 também se aplica ao § 2º deste artigo.

AC Lei nº 8.438/06

Art. 198. A decisão de primeira instância conterá relatório resumido do processo, fundamentos legais, conclusão e ordem de intimação.

Parágrafo único. Na hipótese de fundamentação, baseada em resolução interpretativa, expedida nos termos desta Lei, far-se-á menção ao enunciado da correspondente resolução aplicada ao fato.

Art. 199. O órgão preparador e o órgão julgador, quando for o caso, dará ciência da decisão de primeira instância ao sujeito passivo, intimando-o, quando for o caso, a cumpri-la no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data em que se considerar feita a intimação, ressalvado o disposto no art. 201.

Art. 200. As inexatidões materiais, devidas a lapso manifesto, e os erros de escrita e de cálculo existentes na decisão poderão ser corrigidos pela autoridade julgadora que a tenha proferido, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo.

Art. 201. Da decisão de primeira instância caberá recurso voluntário ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, total ou parcial, com efeito suspensivo, no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data em que se considerar feita a intimação.

Art. 202. A autoridade julgadora de primeira instância recorrerá de ofício sempre que a decisão exonerar o sujeito passivo do pagamento de tributo e/ou multa, de valor superior a 100 (cem) vezes o valor do salário-mínimo vigente no Estado na data em que proferida a decisão.

NR MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10

§ 1º O recurso será interposto mediante declaração na própria decisão.

§ 2º Não sendo interposto o recurso, o servidor que verificar o fato representará ao órgão julgador, por intermédio de seu chefe imediato, para que se efetive o recurso.

§ 3º O valor de que trata o *caput* poderá ser atualizado através de indexador para preservar a expressão econômica.

Art. 203. O recurso, mesmo perempto, será encaminhado ao órgão de Segunda instância, que julgará a perempção.

Art. 204. De decisão de primeira instância não cabe pedido de reconsideração.

SEÇÃO VI

DO JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA

Art. 205. Compete a Segunda Instância julgar:

I - recurso de ofício, interposto pela Autoridade Julgadora quando da decisão de improcedência no todo ou em parte, do Auto de Infração, que resultar valor superior a 100 (cem) vezes o valor do salário mínimo vigente no Estado.

NR Lei n 9.379/11

Redação Anterior

I - recurso de ofício, interposto pela Autoridade Julgadora quando da decisão de improcedência no todo ou em parte do Auto de Infração, que resultar valor superior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

II - recurso voluntário, interposto pelo contribuinte;

III - recurso de revista interposto pelo contribuinte e/ou procurador do Estado quando divergirem as decisões cameraais;

§ 1º Os recursos previstos nos incisos I e II serão apreciados pelas câmaras julgadoras e o previsto no inciso III pelo Tribunal Pleno.

§ 2º O acórdão será assinado pelo Presidente da Câmara ou do Tribunal Pleno, Relator e Procurador do Estado, se presente à sessão de julgamento.

Art. 206. No processo, a questão preliminar ou prejudicial será julgada antes do exame do mérito.

Parágrafo único. Rejeitada a questão preliminar ou prejudicial, o conselheiro vencido deverá votar no julgamento de mérito.

Art. 207. O julgamento no Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais far-se-á conforme dispuser seu regimento interno.

Art. 208. O acórdão proferido substituirá no que tiver sido objeto de recurso, a decisão recorrida.

Art. 209. O órgão preparador e o Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais, quando for o caso, darão ciência da decisão ao sujeito passivo, intimando-o a cumpri-la no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data em que se considerar feita a intimação.

Art. 210. Da decisão de Segunda Instância não cabe pedido de reconsideração.

SEÇÃO VII

DA EFICÁCIA E EXECUÇÃO DAS DECISÕES

Art. 211. São definitivas, na esfera administrativa, as decisões:

I - de Primeira Instância, esgotado o prazo para recurso voluntário sem que este tenha sido interposto;

II - de Segunda Instância de que não caiba recurso, ou se cabível, quando decorrido o prazo sem sua interposição;

Parágrafo único. Serão também definitivas as decisões de Primeira Instância na parte que não for objeto de recurso voluntário ou não estiver sujeita a recurso de ofício.

Art. 212. A decisão definitiva contrária ao sujeito passivo será cumprida no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Esgotado o prazo a que se refere este artigo sem que tenha sido pago o crédito tributário, nem interposto recurso, o órgão competente providenciará a imediata inscrição do crédito tributário em Dívida Ativa e encaminhará a respectiva certidão à Procuradoria Geral do Estado, para promover a cobrança judicial.

Art. 213. A quantia depositada para evitar a correção monetária do crédito tributário ou para liberar a mercadoria será convertida em renda se o sujeito passivo não comprovar, no prazo legal, a propositura de ação judicial.

Parágrafo único. Se o valor depositado não for suficiente para cobrir o crédito tributário, aplicar-se-á à cobrança do restante o disposto no parágrafo único do artigo anterior; se exceder o exigido a autoridade promoverá a restituição da quantia excedente.

Art. 214. No caso de decisão definitiva favorável ao sujeito passivo, cumpre à autoridade preparadora exonerá-lo de ofício dos gravames decorrentes do litígio.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO DA CONSULTA

Art. 215. O sujeito passivo poderá formular consulta sobre dispositivos da legislação tributária aplicáveis a fato determinado.

Art. 216. A consulta deverá ser apresentada por escrito ao órgão preparador do domicílio tributário do consulente.

Art.217. Salvo o disposto no artigo seguinte, nenhum procedimento fiscal será instaurado contra o sujeito passivo, relativamente à espécie consultada, a partir da apresentação da consulta, até o trigésimo dia subsequente à data da ciência.

Art. 218. A consulta não suspende o prazo para recolhimento de tributo, retido na fonte ou autolancado, antes ou depois da sua apresentação, nem impede o lançamento de crédito tributário, indispensável para prevenir os efeitos da decadência, hipótese esta em que será lançada na peça fiscal a condição de suspensão da exigibilidade até solução da consulta.

Art. 219. Não produzirá efeito a consulta formulada:

I - em desacordo com os artigos 215 e 216;

II - por quem tiver sido intimado a cumprir obrigação relativa ao fato objeto da consulta;

III - por quem estiver sob procedimento fiscal iniciado para apurar fatos que se relacione com a matéria consultada;

IV - quando o fato já houver sido objeto de decisão anterior, ainda não modificada, proferida em consulta ou litígio em que tenha sido parte o consulente;

V - quando o fato estiver disciplinado em ato normativo, publicado antes de sua apresentação;

VI - quando o fato estiver definido ou declarado em disposição literal de lei;

VII - quando não descrever completa ou exatamente a hipótese a que se referir, ou não contiver os elementos necessários à sua solução, salvo se a inexatidão ou omissão for escusável, a critério da autoridade julgadora.

Art. 220. O preparo do processo compete ao órgão da Receita Estadual do domicílio tributário do consulente.

Art. 221. A solução da consulta é de competência da área de Tributação da Receita Estadual.

Art. 222. A ineficácia da consulta será declarada pela autoridade competente para sua solução.

Art. 223. De decisão contrária ao consulente não cabe recurso voluntário.

Art. 224. Não cabe recurso de ofício de decisão favorável ao consulente.

Art. 225. Não cabe pedido de reconsideração de decisão proferida em processo de consulta, inclusive da que declarar a sua ineficácia.

CAPÍTULO III

DA RESOLUÇÃO INTERPRETATIVA

Art. 226. A Resolução Interpretativa, de adoção obrigatória, tem por finalidade dirimir conflitos de entendimentos entre Autoridades Julgadoras de Primeira Instância ou entre Câmaras Julgadoras e uniformizar a jurisprudência do Tribunal.

§ 1º Têm legitimidade para propor a formulação, revisão ou cancelamento da Resolução Interpretativa o Presidente do Tribunal, a Autoridade Julgadora, o Conselheiro Efetivo, o Procurador do Estado e os Gestores Chefes da Célula para Gestão da Administração Tributária da Gerência de Estado da Receita Estadual.

§ 2º A resolução interpretativa terá a forma de súmula de jurisprudência.

§ 3º A aplicação de resolução interpretativa, em qualquer fase de julgamento administrativo de processos fiscais, dispensa maiores considerações sobre a matéria.

§ 4º A revogação de resolução interpretativa obedecerá o mesmo rito da sua expedição.

CAPÍTULO IV

DA AUTORIDADE PREPARADORA

Art. 227. Consideram-se Autoridade Preparadora a Agência Central, Especial e Local de Atendimento da Receita Estadual.

Parágrafo único. A autoridade preparadora, antes da inscrição em Dívida Ativa, e sempre que constatar erro ou omissão, que agrave a situação do sujeito passivo, poderá propor ao julgador de primeira instância a revisão de ofício do lançamento, com efeito suspensivo.

CAPÍTULO V

DAS NULIDADES

Art. 228. São nulos:

I - os atos e termos lavrados por pessoas incompetentes ou impedidas;

II - os despachos e decisões proferidas por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa.

§ 1º A nulidade será declarada pela autoridade competente para praticar o ato ou julgar a sua legitimidade.

§ 2º Na declaração de nulidade, a autoridade dirá os atos alcançados e determinará as providências necessárias ao prosseguimento ou solução do processo.

§ 3º Quando puder decidir do mérito a favor do sujeito passivo a quem aproveitaria a declaração de nulidade, a Autoridade Julgadora não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.

Art. 229. As irregularidades, incorreções e omissões diferentes das referidas no artigo anterior não importarão em nulidade e serão sanadas quando resultarem em prejuízo para o sujeito passivo, salvo se este lhes houver dado causa, ou quando não influírem na solução do litígio.

Art. 230. As incorreções ou omissões do Auto de Infração, inclusive aquelas decorrentes de cálculo ou de capitulação de infração ou de multa, não acarretarão a sua nulidade, se do processo constarem elementos suficientes para determinar com segurança a infração e o infrator.

CAPÍTULO VI DA COBRANÇA DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

SEÇÃO I

DOS JUROS DE MORA

Art. 231. Os tributos não integralmente pagos nos prazos legais serão acrescidos de juros de mora, equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, para títulos federais, acumulada mensalmente, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da aplicação de penalidades cabíveis.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se também ao crédito tributário parcelado, cuja incidência da taxa recairá sobre o imposto corrigido monetariamente.

§ 2º Na falta da taxa referida no *caput*, devido a modificação superveniente na legislação, o Poder Executivo adotará outro indicador oficial que reflita o custo do crédito no mercado financeiro.

§ 3º Os juros de mora incidirão a partir do primeiro dia após a data do vencimento.

NR MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10

§ 4º O percentual dos juros de mora relativos ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado será de 1% (um por cento).

§ 5º O disposto neste artigo não se aplica na pendência de consulta formulada pelo sujeito passivo dentro do prazo legal para o pagamento de tributo.

§ 6º A falta de pagamento do tributo, apurada em levantamento fiscal de exercício completo, em que não se possa definir o período de apuração, os juros de mora serão calculados a partir do 1º dia do mês de janeiro do exercício seguinte ao que se referir o levantamento.

§ 7º O pagamento do crédito tributário obedecerá à seguinte ordem de imputação:

- I - multas;
- II - juros vencidos;
- III - imposto vencido.

§ 8º O cancelamento do parcelamento de autos de infração consolidados obedecerá à seguinte ordem imputação:

- I - data mais antiga da lavratura;
- II - menor valor;
- III - menor numeração seqüencial.

AC §§ 7º e 8º pela MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10

SEÇÃO II

DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Art.232. A correção monetária incidirá sobre o valor de multas referentes ao descumprimento de obrigações tributárias principal ou acessória.

Art.233. Quaisquer acréscimos incidentes sobre o crédito tributário serão calculados sobre o respectivo montante atualizado monetariamente.

SEÇÃO III

DO DEPÓSITO ADMINISTRATIVO

Art. 234. Poderá o sujeito passivo, em qualquer fase do processo administrativo ou judicial, depositar em dinheiro, ou em título da dívida pública estadual, a importância questionada, operando-se a interrupção da incidência da correção monetária e dos juros de mora, a partir do mês seguinte àquele em que for efetuado o depósito.

§ 1º Entende-se por importância questionada a exigida no respectivo processo, corrigida monetariamente com base nos coeficientes vigentes no mês em que ocorrer o depósito.

§ 2º O depósito, quando em dinheiro, será efetuado em instituição financeira oficial, em conta especial vinculada, na forma disciplinada em regulamento.

SEÇÃO IV

DAS FORMAS ESPECIAIS DO PAGAMENTO

Art. 235. O crédito tributário relativo aos impostos poderá ser pago em parcelas mensais, iguais e consecutivas, na forma estabelecida em regulamento e obedecidas as condições definidas em convênios celebrados pelos Estados.

§ 1º Para efeitos deste artigo, considera-se crédito tributário a soma do imposto corrigido monetariamente, da multa e dos juros de mora.

§ 2º O pedido de parcelamento importa em confissão irretratável do crédito tributário e renúncia à impugnação ou recurso administrativo ou judicial, bem como em desistência dos já interpostos.

Art. 236. Os créditos poderão ser pagos mediante dação de bens imóveis, na forma disciplinada em regulamento.

Art. 237. A dação em pagamento importa em confissão irretratável da dívida, com renúncia a qualquer revisão ou recurso, administrativo ou judicial.

SEÇÃO V

DA LIQUIDAÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO MEDIANTE A UTILIZAÇÃO

DE CRÉDITOS ACUMULADOS DO IMPOSTO

Art. 238. Poderá ser concedida ao contribuinte a liquidação de crédito tributário relativo ao ICMS, mediante a utilização de créditos acumulados desse imposto nos limites e condições estabelecidas em convênio celebrado pelos Estados.

§ 1º O crédito acumulado referido no *caput* poderá, também, ser utilizado para liquidação de créditos tributários de outros estabelecimentos do mesmo titular.

§ 2º O pedido de liquidação importa em confissão irretratável do crédito tributário e em expressa renúncia a qualquer impugnação ou recurso administrativo ou judicial, bem como em desistência dos já interpostos.

SEÇÃO VI

DO ARROLAMENTO DE BENS

Art. 239. A autoridade fiscal competente procederá ao arrolamento de bens e direitos do sujeito passivo sempre que o valor dos créditos tributários, de sua responsabilidade, for superior a trinta por cento do seu patrimônio conhecido.

§ 1º Se o crédito tributário for formalizado contra pessoa física, no arrolamento devem ser identificados, inclusive, os bens e direitos em nome do cônjuge, não gravados com a cláusula de incomunicabilidade.

§ 2º Na falta de outros elementos indicativos, considera-se patrimônio conhecido, o valor constante da última declaração de rendimentos apresentada à Receita Federal.

§ 3º A partir da data da notificação do ato de arrolamento, mediante entrega de cópia do respectivo termo, o proprietário dos bens e direitos arrolados e a autoridade cartorial, ao transferi-los, aliená-los ou onerá-los, devem comunicar o fato à unidade do órgão fazendário que circunscrever o domicílio tributário do sujeito passivo.

§ 4º A alienação, oneração ou transferência, a qualquer título, dos bens e direitos arrolados, sem o cumprimento da formalidade prevista no parágrafo anterior, autoriza o requerimento de medida cautelar fiscal contra o sujeito passivo.

§ 5º O termo de arrolamento, de que trata este artigo, será registrado independentemente de pagamento de custas ou emolumentos:

I - no competente registro imobiliário, relativamente aos bens imóveis;

II - nos órgãos ou entidades, onde, por força de lei, os bens móveis ou direitos sejam registrados ou controlados;

III - no Cadastro de Títulos e Documentos e Registros Especiais do domicílio tributário do sujeito passivo, relativamente aos demais bens e direitos.

§ 6º As certidões de regularidade fiscal expedidas deverão conter informações quanto à existência de arrolamento.

§ 7º O disposto neste artigo só se aplica a soma de créditos tributários de valor superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

§ 8º Liquidado, antes do seu encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa, o crédito tributário que tenha motivado o arrolamento, a autoridade competente do órgão da Receita Estadual comunicará o fato ao registro imobiliário, cartório, órgão ou entidade competente de registro e controle, em que o termo de arrolamento tenha sido registrado, nos termos do § 5º, para que sejam anulados os efeitos do arrolamento.

§ 9º Liquidado ou garantido, nos termos da Lei nº. 6.830, de 22 de setembro de 1980, o crédito tributário que tenha motivado o arrolamento, após seu encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa, a comunicação de que trata o parágrafo anterior será feita pela autoridade competente da Procuradoria Geral do Estado.

CAPÍTULO VII

DAS CERTIDÕES NEGATIVAS

Art. 240. Será exigida certidão negativa de débito pela Receita Estadual, nos seguintes casos:

I - pedido de restituição de tributo pago indevidamente;

II - inscrição como contribuinte;

III - baixa de inscrição como contribuinte;

IV - baixa de registro na Junta comercial;

V - transmissão de bens imóveis e direitos a eles relativos;

VI - participação em concorrência, coleta ou tomada de preços, inclusive para prestação de serviços ou obtenção de concessão de serviços públicos.

Art. 241. A certidão negativa será fornecida, gratuitamente, dentro de 5 (cinco) dias contados da data da entrada do requerimento na repartição fiscal.

Art. 242. O prazo de validade da certidão negativa é de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de sua expedição.

Art. 243. A certidão negativa, expedida com dolo, fraude ou por pessoa não competente, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, por crédito tributário devido pelo interessado.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber.

LIVRO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 244. São incorporadas à legislação tributária estadual as normas gerais de Direito Tributário, constantes do Código Tributário Nacional, bem como todas aquelas editadas, ou que venham a ser pela União, nos limites de sua competência.

Parágrafo único. Ficam, também, incorporados à legislação tributária estadual os convênios, protocolos e ajustes celebrados entre os Estados, ou que vierem a ser celebrados, estabelecendo uma política comum em matéria de isenções, reduções ou outros

favores fiscais, relativamente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.

Art. 245. As importâncias fixas ou correspondentes a tributos, multas ou a limites para fixação de multas ou a limites de faixas para efeito de tributação terão o mesmo indexador fixado pelo Governo Federal.

Art. 246. O disposto nesta lei não prejudicará a validade dos atos praticados na vigência da legislação anterior.

Art. 247. O preparo dos processos em curso, até a decisão de primeira instância, continuará regido pela legislação precedente.

Art. 248. Não se modificarão os prazos iniciados antes da entrada em vigor desta lei.

Art. 249. Os prazos processuais são contínuos e não se interrompem.

§ 1º Computar-se-ão os prazos excluindo o dia do início e incluindo o do vencimento.

§ 2º Considera-se prorrogado até o primeiro dia útil se o vencimento ocorrer em feriado ou na situação de não haver expediente normal na repartição em que se deva praticar o ato.

§ 3º Os prazos começam a vigor a partir do primeiro dia útil após realizada a intimação.

§ 4º A parte pode renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor.

§ 5º Vencido o prazo extingue-se o direito do sujeito passivo à prática do ato.

Art. 250. Durante a vigência de medida judicial que determinar a suspensão da cobrança do tributo não será instaurado procedimento fiscal contra o sujeito passivo favorecido pela decisão, relativamente à matéria sobre que versa a ordem de suspensão.

Parágrafo único. Se a medida referir-se à matéria objeto de processo fiscal, o curso deste não será suspenso, exceto quanto aos atos executórios.

Art. 251. O produto de arrecadação da Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos, prevista na Tabela Emolumentos da Gerência de Estado de Planejamento e Gestão, bem como a prevista na Tabela Emolumentos da Gerência de Estado de Justiça, Segurança e Cidadania - Atos Relativos ao Trânsito destinar-se-á respectivamente, à Junta Comercial do Maranhão (JUCEMA) e ao Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN).

Art. 252. Ficam revogadas as Leis n°s 3.875, de 14 de julho de 1977, 4.912 e 4.914, de 29 de dezembro de 1988, 5.594, de 24 de dezembro de 1992 e 6.866, de 5 de dezembro de 1996.

Art. 253. Permanece vigente a legislação extravagante relativa aos tributos, que não conflite com o estabelecido nesta Lei.**Art. 254.** Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do mês subsequente ao de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2003.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. A Excelentíssima Senhora Chefe do Gabinete do Governador a faça publicar, imprimir e correr.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, DE DEZEMBRO DE 2002, 181º DA INDEPENDÊNCIA E 114º DA REPÚBLICA.

ANEXO I
REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA

	MERCADORIAS SUJEITAS AO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA
I	Açúcar de qualquer tipo;
II	Água mineral ou potável e gelo.
III	Álcool hidratado e anidro;
IV	Bebidas alcoólicas;
V	Caminhões e tratores;
VI	Carne bovina, bufalina e subprodutos;
VII	Chope;
VIII	Cigarro, charuto, cigarilha, fumo e artigos correlatos;
IX	Cimento;
X	Discos fonográficos e fitas virgens ou gravadas;
XI	Farinha de trigo, trigo em grão, mistura de farinha de trigo (aditivada)
XII	Filme fotográfico e cinematográfico e slide;
XIII	Gado bovino e bufalino;
XIV	Gasolina automotiva;
XV	Lâminas de barbear, aparelho de barbear descartável, isqueiro;
XVI	Lâmpada elétrica e eletrônica, reatores e “starter”;
XVII	Combustíveis e lubrificantes derivados ou não de petróleo e demais produtos, exceto querosene de aviação e óleo combustível; <i>NR Lei nº 8.314/05</i>
XVIII	Mercadoria adquirida por supermercados, mercadinhos e atacadista
XIX	Mercadorias destinadas a revendedores não-inscritos, estabelecidos em seus Territórios, que efetuem venda porta-a-porta exclusivamente a consumidor final, promovidas por empresas que se utilizem do sistema de marketing direto para comercialização dos seus produtos;

XX	Mercadorias, nas saídas interestaduais, destinadas a contribuinte do imposto regularmente inscrito, localizado em seu território, que distribua os produtos exclusivamente a revendedores não-inscritos para venda porta-a-porta, bem como nos casos em que o revendedor não-inscrito, em lugar de efetuar a venda porta-a-porta, o faça em banca de jornal e revista;
XXI	Óleo diesel;
XXII	Pilhas e baterias elétricas;
XXIII	Pneumáticos, câmaras de ar e protetores de borracha, NBM: Pneumáticos novos de borracha 4011 Outros 4012-90.0000 Câmara de ar de borracha 4013

NR MP nº 115/11, Lei nº 9.562/12

XXIV	PRODUTOS FARMACÊUTICOS		
	item	Produtos/Descrição	NCM/SH
	1	Soros e vacinas, exceto para uso veterinário	30.02
	2	Medicamentos, exceto para uso veterinário	30.03
	3	Medicamentos, exceto para uso veterinário	30.04
	4	Pastas (“ouates”), algodão, atadura, esparadrapo, haste flexível ou não, com uma ou ambas extremidades de algodão, gazes, pensos, sinapismos, e outros, impregnados ou recobertos de substâncias farmacêuticas ou acondicionados para venda a retalho para usos medicinais, cirúrgicos ou dentários, bem como para higiene ou limpeza.	30.05 56.01
	5	Pastas dentrífcias	3306.10.00
	6	Fio dental / fita dental	3306.20.00
	7	Preparações químicas contraceptivas à base de hormônios, de outros produtos da posição 2937 ou de espermicidas	3006.60
	8	Preparação para higiene bucal e dentária	3306.90.00
	9	Provitaminas e vitaminas	29.36
	10	Mamadeiras de borracha vulcanizada, vidro e plástico	4014.90.90 7013.3 39.24.10.00
	11	Chupetas e bicos para mamadeiras e chupetas	4014.90.90

12	Preservativos	4014.10.00
13	Absorventes higiênicos de uso interno ou externo	5601.10.00 4818.40
14	Fraldas descartáveis ou não	4818.40.10 5601.10.00 6111 6209
15	Seringas, mesmo com agulhas	9018.31
16	Agulhas para seringas	9018.32.1
17	Contraceptivos (dispositivos intra-uterinos - DIU)	3926.90.90 9018.90.99
18	Luvas cirúrgicas e luvas de procedimento	4015.11.00 4015.19.00
19	Escovas dentífricas	9603.21.00
20	Preparações opacificantes (contrastantes) para exames radiográficos e reagentes de diagnóstico concebidos para serem administrados ao paciente	3006.30

Redação Anterior - efeitos até 20.12.2011

XXIV	<p><i>Produtos farmacêuticos - NBM:</i></p> <p><i>I - Soros e vacinas, exceto para uso veterinário 3002</i></p> <p><i>II – Medicamentos, exceto para uso veterinário 3003 e 3004</i></p> <p><i>III – Algodão, atadura, esparadrapo, haste flexível ou não, com uma ou ambas extremidades de algodão, gazes, pensos, sinapismos, e outros, impregnados ou recobertos de substâncias farmacêuticas ou acondicionados para a venda a retalho para usos medicinais, cirúrgicos ou dentários 3005</i></p> <p><i>IV - Mamadeiras de borracha vulcanizada, vidro e plástico 4014.90.90 7013.3 39.24.10.00</i></p> <p><i>V – Chupetas e bicos para mamadeiras e chupetas 4014.90.90</i></p> <p><i>VI - Absorventes higiênicos de uso interno ou externo (Conv. 78/03) 5601.10.00 4818.40</i></p> <p><i>VII - Preservativos 4014.10.00</i></p> <p><i>VIII - Seringas 9018.31</i></p> <p><i>IX – Agulhas para seringas 9018.32.1</i></p> <p><i>X - Pastas dentífricas 3306.10.00</i></p> <p><i>XI – Escovas dentífricas 9603.21.00</i></p> <p><i>XII - Provitaminas e vitaminas 2936</i></p> <p><i>XIII – Contraceptivos (dispositivos intra-uterinos – DIU) Conv.37/06 3926.90.90</i></p> <p><i>XIV - Fio dental / fita dental 3306.20.00</i></p> <p><i>XV - Preparação para higiene bucal e dentária 3306.90.00</i></p> <p><i>XVI - Fraldas descartáveis ou não 4818.40.10 5601.10.00 6111 6209</i></p> <p><i>XVII - Preparações químicas contraceptivas à base de hormônio ou espermicidas. 3606.60</i></p>
-------------	--

	<i>XXVIII - Outros definidos em ato do Poder Executivo NR do inciso XXIV do Anexo I da Lei nº 7.799 pela Lei nº 8.511/06</i>
--	--

XXV	Rações tipo “pet” para animais domésticos, classificadas na posição 2309 da NBM/SH; (Protocolo ICMS 26/04) <i>NR Lei nº 8.438/06</i>
XXVI	Refrigerantes;
XXVII	Sorvete e picolé; Sanduíches de sorvetes, classificados na posição 2105.00 da NCM; Preparados para fabricação de sorvete em máquina, classificados na posição 2106.90 da NCM; Acessórios ou componentes, casquinhas, coberturas, copos ou copinhos, palitos, pazinhas, taças, recipientes, xaropes e outros produtos destinados a integrar ou acondicionar o sorvete; <i>(NR Lei nº 8.512/06)</i>
XXVIII	Tintas, vernizes e outros da indústria química: Tintas à base de polímero acrílico dispersa em meio aquoso: 3209.10.0000 Tinta e vernizes à base de polímero sintético ou de polímeros naturais modificados, dispersos ou dissolvidos em meio aquoso: - à base de polímero acrílico ou vinílicos 3209.10.0000 - outros 3209.90.0000 Tinta e vernizes à base de polímero sintético ou de polímeros naturais modificados, dispersos ou dissolvidos em meio não aquoso: - à base de poliésteres 3208.10.0000 - à base de polímeros acrílicos ou vinílicos 3208.20.0000 - outros 3208.90.0000 Tintas e vernizes - Outros Tintas: - à base de óleo 3210.00.0101 - à base de betume, piche, alcatrão ou semelhantes 3210.00.0102 - outros 3210.00.0199 Vernizes: - à base de betume 3210.00.0201 - à base de derivado de celulose 3210.00.0202 - à base de óleo 3210.00.0203 - à base de resina natural 3210.00.0299 - outros 3210.00.0299 Preparações para solver, diluir ou remover tintas de vernizes. 2710, 3807.00.0300, 3810.10.0100, 3814.00.0000, Cera de polir 3404.90.0199, 3404.90.0200, 3405.30.0000, 3405.90.0000 Massa de polir 3405.30.0000 Xadrez e pós assemelhados 2821.10, 3204.17.0000, 3206. Piche (pez) 2706.00.0000, 2715.00.0301, 2715.00.0399, 2715.00.9900 Impermeabilizantes 2707.91.0000, 2715.00. 0100, 2715.00.0200, 2715.90.9900, 3506.99.9900, 3823.40.0100, 3923.90.9999

	<p>Aguarrás 3805.10.0100</p> <p>Secantes preparados 3211.00.0000</p> <p>Preparações catalíticas (catalizadores) 3815.19.9900, 3815.90.9900</p> <p>Massas para acabamentos pinturas ou vedações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - massa KPO 3909.50.9900 - massa rápida 3214.10.0100 - massa acrílica e PVA 3214.10.0200 - massa de vedação 3910.00.0400, 3910.00.9900 - massa plástica 3214.90.9900 - corantes 3204.11.0000, 3204.17.0000, 3206.49.0100, 3206.49.9900, 3212.90.0000. <p>Outros definidos em atos do Poder Executivo</p>
XXIX	<p>Veículos automotores, NBM</p> <p>8702.90.0000</p> <p>8703.21.9900</p> <p>8703.22.0101</p> <p>8703.22.0199</p> <p>8703.22.0201</p> <p>8703.22.0299</p> <p>8703.22.0400</p> <p>8703.22.0501</p> <p>8703.22.0599</p> <p>8703.22.9900</p> <p>8703.23.0101</p> <p>8703.23.0199</p> <p>8703.23.0201</p> <p>8703.23.0299</p> <p>8703.23.0301</p> <p>8703.23.0399</p> <p>8703.23.0401</p> <p>8703.23.0499</p> <p>8703.23.0500</p> <p>8703.23.0700</p> <p>8703.23.1001</p> <p>8703.23.1002</p> <p>8703.23.1099</p> <p>8703.23.9900</p> <p>8703.24.0101</p> <p>8703.24.0199</p> <p>8703.24.0201</p> <p>8703.24.0299</p> <p>8703.24.0300</p> <p>8703.24.0500</p> <p>8703.24.0801</p> <p>8703.24.0899</p>

	8703.24.9900 8703.32.0400 8703.32.0600 8703.33.0200 8703.33.0400 8703.33.0600 8703.33.9900 8704.21.0200 8704.31.0200
XXX	Veículos motorizados de duas rodas, NBM: 87.11
XXXI	Xarope e extrato concentrado;

XXXII	Peças, componentes, acessórios e demais produtos classificados nos respectivos códigos da NBM/SH:																																
	<table> <tr> <th data-bbox="350 262 1055 378">Item NBM/SH</th><th data-bbox="1055 262 1448 378">PRODUTOS/DESCRIÇÃO</th></tr> <tr> <td data-bbox="350 378 1055 462">1-Monofilamentos de Polímeros de Cloreto de Vinila</td><td data-bbox="1055 378 1448 462">- 3916.20.0</td></tr> <tr> <td data-bbox="350 462 1055 546">2-Protetores de caçamba de uso automotivo</td><td data-bbox="1055 462 1448 546">- 3918.10.00</td></tr> <tr> <td data-bbox="350 546 1055 630">3-Reservatório de óleo para veículos automotores</td><td data-bbox="1055 546 1448 630">- 3923.30.00</td></tr> <tr> <td data-bbox="350 630 1055 714">4-Frisos, decalques, molduras e acabamentos para veículos automotores</td><td data-bbox="1055 630 1448 714">3926.30.00</td></tr> <tr> <td data-bbox="350 714 1055 798">5 - Correias de Transmissão</td><td data-bbox="1055 714 1448 798">- 4010.3</td></tr> <tr> <td data-bbox="350 798 1055 882">6- Partes de veículos automotores dos capítulos 84, 85 ou 90</td><td data-bbox="1055 798 1448 882">- 4016.10.10</td></tr> <tr> <td data-bbox="350 882 1055 966">7-Juntas, Gaxetas e Semelhantes</td><td data-bbox="1055 882 1448 966">- 4016.93.00</td></tr> <tr> <td data-bbox="350 966 1055 1050">8 - Outros tecidos impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados, com plástico (exceto os da posição 5902) para uso automotivo</td><td data-bbox="1055 966 1448 1050">- 5903.90.00</td></tr> <tr> <td data-bbox="350 1050 1055 1134">9- Jogo de tapetes soltos para uso automotivo</td><td data-bbox="1055 1050 1448 1134">- 4016.99.90</td></tr> <tr> <td data-bbox="350 1134 1055 1218">10 -Encerados e toldos de uso automotivo</td><td data-bbox="1055 1134 1448 1218">- 6306.1</td></tr> <tr> <td data-bbox="350 1218 1055 1302">11- Capacetes e artefatos de uso semelhante, de proteção (para uso em motocicletas, incluídos ciclomotores)</td><td data-bbox="1055 1218 1448 1302">- 6506.10.00</td></tr> <tr> <td data-bbox="350 1302 1055 1386">12- Juntas e Outros elementos (de amianto) com função semelhante de vedação, para veículos automotores</td><td data-bbox="1055 1302 1448 1386">- 6812.90.10</td></tr> <tr> <td data-bbox="350 1386 1055 1638">13- Guarnições de fricção (por exemplo: placas, rolos, tiras, segmentos, discos, anéis, pastilhas), não montadas, para freios (travões), embreagens ou qualquer outro mecanismo de fricção, à base de amianto (asbesto), de outras substâncias minerais ou de celulose, mesmo combinadas com têxteis ou outras matérias</td><td data-bbox="1055 1386 1448 1638">- 6813</td></tr> <tr> <td data-bbox="350 1638 1055 1722">14 - Vidros temperados de dimensões e formatos que permitam a sua aplicação em automóveis ou outros veículos</td><td data-bbox="1055 1638 1448 1722">- 7007.11.00</td></tr> <tr> <td data-bbox="350 1722 1055 1902">15 -Vidros formados de folhas contra coladas de dimensões e formatos que permitam a sua aplicação em automóveis ou outros veículos</td><td data-bbox="1055 1722 1448 1902">- 7007.21.00</td></tr> </table>	Item NBM/SH	PRODUTOS/DESCRIÇÃO	1-Monofilamentos de Polímeros de Cloreto de Vinila	- 3916.20.0	2-Protetores de caçamba de uso automotivo	- 3918.10.00	3-Reservatório de óleo para veículos automotores	- 3923.30.00	4-Frisos, decalques, molduras e acabamentos para veículos automotores	3926.30.00	5 - Correias de Transmissão	- 4010.3	6- Partes de veículos automotores dos capítulos 84, 85 ou 90	- 4016.10.10	7-Juntas, Gaxetas e Semelhantes	- 4016.93.00	8 - Outros tecidos impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados, com plástico (exceto os da posição 5902) para uso automotivo	- 5903.90.00	9- Jogo de tapetes soltos para uso automotivo	- 4016.99.90	10 -Encerados e toldos de uso automotivo	- 6306.1	11- Capacetes e artefatos de uso semelhante, de proteção (para uso em motocicletas, incluídos ciclomotores)	- 6506.10.00	12- Juntas e Outros elementos (de amianto) com função semelhante de vedação, para veículos automotores	- 6812.90.10	13- Guarnições de fricção (por exemplo: placas, rolos, tiras, segmentos, discos, anéis, pastilhas), não montadas, para freios (travões), embreagens ou qualquer outro mecanismo de fricção, à base de amianto (asbesto), de outras substâncias minerais ou de celulose, mesmo combinadas com têxteis ou outras matérias	- 6813	14 - Vidros temperados de dimensões e formatos que permitam a sua aplicação em automóveis ou outros veículos	- 7007.11.00	15 -Vidros formados de folhas contra coladas de dimensões e formatos que permitam a sua aplicação em automóveis ou outros veículos	- 7007.21.00
Item NBM/SH	PRODUTOS/DESCRIÇÃO																																
1-Monofilamentos de Polímeros de Cloreto de Vinila	- 3916.20.0																																
2-Protetores de caçamba de uso automotivo	- 3918.10.00																																
3-Reservatório de óleo para veículos automotores	- 3923.30.00																																
4-Frisos, decalques, molduras e acabamentos para veículos automotores	3926.30.00																																
5 - Correias de Transmissão	- 4010.3																																
6- Partes de veículos automotores dos capítulos 84, 85 ou 90	- 4016.10.10																																
7-Juntas, Gaxetas e Semelhantes	- 4016.93.00																																
8 - Outros tecidos impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados, com plástico (exceto os da posição 5902) para uso automotivo	- 5903.90.00																																
9- Jogo de tapetes soltos para uso automotivo	- 4016.99.90																																
10 -Encerados e toldos de uso automotivo	- 6306.1																																
11- Capacetes e artefatos de uso semelhante, de proteção (para uso em motocicletas, incluídos ciclomotores)	- 6506.10.00																																
12- Juntas e Outros elementos (de amianto) com função semelhante de vedação, para veículos automotores	- 6812.90.10																																
13- Guarnições de fricção (por exemplo: placas, rolos, tiras, segmentos, discos, anéis, pastilhas), não montadas, para freios (travões), embreagens ou qualquer outro mecanismo de fricção, à base de amianto (asbesto), de outras substâncias minerais ou de celulose, mesmo combinadas com têxteis ou outras matérias	- 6813																																
14 - Vidros temperados de dimensões e formatos que permitam a sua aplicação em automóveis ou outros veículos	- 7007.11.00																																
15 -Vidros formados de folhas contra coladas de dimensões e formatos que permitam a sua aplicação em automóveis ou outros veículos	- 7007.21.00																																

16	Espelhos retrovisores para veículos automotores	7009.10.00
17	Lentes de faróis, lanternas e outros utensílios	7014.00.0
18	Reservatório de ar comprimido para veículos automotores	7311.00.00
19	Molas e folhas de molas, de ferro ou aço para uso automotivo	7320
20	Radiadores e suas partes de uso automotivo	7322.1
21	Outras obras moldadas, de ferro fundido, ferro ou aço para uso automotivo (exceto posição 7325.91.00)	7325
22	Peso para balanceamento de roda de uso automotivo	7806.00.0
23	Peso para balanceamento de roda e outros utensílios de estanho	8007.00.00
24	Fechaduras dos tipos utilizadas em veículos automotores	8301.20.00
25	Outras guarnições, ferragens e artefatos semelhantes para veículos	8302.30.00
26	Motores de pistão alternativo dos tipos utilizados para propulsão de veículos do capítulo 87 (ignição por centelha)	8407.3
27	Motores dos tipos utilizados para propulsão de veículos do capítulo 87 (ignição por compressão)	8408.20
28	Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas aos motores das posições 8407 ou 8408 (exceto posição 8409.10.00)	8409
29	Bombas para combustíveis, lubrificantes ou líquidos de arrefecimento, próprias para motores de ignição por centelha (faísca) ou por compressão	8413.30
30	Partes das bombas do código 8413.30	- 8413.91.00
31	Bombas de vácuo	- 8414.10.00
32	Turbo compressores de ar para uso automotivo	- 8414.80.2
33	Máquinas e aparelhos de ar condicionado do tipo dos utilizados para o conforto do passageiro nos veículos automotores	- 8415.20
34	Aparelho para filtrar óleos minerais nos motores de ignição por centelha (faísca) ou por compressão	- 8421.23.00

35	Outros (exclusivamente filtros a vácuo)	8421.29.90
36	Filtros de entrada de ar para motores de ignição por centelha (faísca) ou por compressão	8421.31.00
37	Depuradores por conversão catalítica de gases de escape de veículos	8421.39.20
38	Macacos hidráulicos para uso automotivo	8425.42.00
39	Rolamentos de esferas, de roletes ou de agulhas (Protocolo ICMS 49/04).	8482
40	Árvores (veios) de transmissão [incluídas as árvores de excêntricos (comes) e virabrequins (cambotas)] e manivelas; mancais (chumaceiras) e "bronzes"; engrenagens e rodas de fricção; eixos de esferas ou de roletes; redutores, multiplicadores, caixas de transmissão e variadores de velocidade, incluídos os conversores de torque (binários); volantes e polias, incluídas as polias para cadernais; embreagens e dispositivos de acoplamento, incluídas as juntas de articulação	- 8483
41	Juntas metaloplásticas; jogos ou sortidos de juntas de composições diferentes, apresentados em bolsas, envelopes ou embalagens semelhantes; juntas de vedação, mecânicas	- 8484
42	Acumuladores elétricos de chumbo, do tipo utilizado para o arranque de motores de pistão (baterias)	- 8507.10.00
43	Aparelhos e dispositivos elétricos de ignição ou de arranque para motores de ignição por centelha (faísca) ou por compressão (por exemplo: magnetos, dínamos-magnetos, bobinas de ignição, velas de ignição ou de aquecimento, motores de arranque); geradores (dínamos e alternadores, por exemplo) e conjuntos-disjuntores utilizados com estes motores	- 8511
44	Outros aparelhos de iluminação ou de sinalização visual	- 8512.20
45	Aparelhos de sinalização acústica	- 8512.30.00
46	Limpadores de pára-brisas, degeladores e desembaçadores	- 8512.40
47	Partes (Aparelhos elétricos de iluminação ou de sinalização (exceto os da posição 8539), limpadores de pára-brisas, degeladores e desembaçadores elétricos, dos tipos utilizados em ciclos e automóveis)	8512.90
48	Microfones e seus suportes; autofalantes, mesmo montados nos seus receptáculos, fones de ouvido (auscultadores), mesmo combinados com microfone; amplificadores elétricos de audiofrequência, aparelhos elétricos de amplificação de som (de uso em veículos automotores)	8518

49	Toca-discos, eletrofones, toca-fitas (leitores de cassete) e outros aparelhos de reprodução de som, sem dispositivo de gravação de som (de uso em veículos automotores) - 8519
50	Aparelhos transmissores (emissores) de radiotelefonia ou radiotelegrafia (rádio receptor/transmissor) - 8525.10.10
51	Aparelhos receptores de rádio difusão que só funcionam com fonte externa de energia, dos tipos utilizados nos veículos automotores - 8527.2
52	Outras (antena para veículos automotores) 8529.10.90
53	Selecionadores e interruptores não automáticos para uso automotivo 8535.30.11
54	Fusíveis e corta-circuito de fusíveis para uso automotivo 8536.10.00
55	Disjuntores para uso automotivo 85.36.20.00
56	Relés para uso automotivo 8536.4
57	Faróis e projetores, em unidades seladas, para uso automotivo 8539.10
58	Outras lâmpadas e tubos de incandescência, exceto de raios ultravioleta ou infravermelhos (Exceto: 8539.29) - 8539.2
59	Jogos de fios para velas de ignição e outros jogos de fios utilizados em quaisquer veículos 8544.30.00
60	Carroçarias para os veículos automóveis das posições 8701 a 8705, incluídas as cabinas - 8707
61	Partes e acessórios dos veículos automóveis das posições 8701 a 8705 - 8708
62	Partes e acessórios para veículos da posição 8711- 8714.1
63	Reboques e semi-reboques, para quaisquer veículos (engate traseiro) 8716.90.90
64	Contadores (por exemplo: contadores de voltas, contadores de produção, taxímetros, totalizadores de caminho percorrido, podômetros); indicadores de velocidade e tacômetros, exceto os das posições 9014 ou 9015 - 9029
65	Relógios para painéis de instrumentos e relógios semelhantes, para uso

	automotivo (exceto veículos aéreos, embarcações ou outros veículos) 9104.00.00
66	Assentos dos tipos utilizados em veículos automóveis - 9401.20.00
67	Partes e peças para assentos dos tipos utilizados em veículos automotores 9401.90
68	Medidores de nível - 9026.10.19
69	Manômetros - 9026.20.10
70	Contadores eletrônicos do tipo dos utilizados em veículos automóveis 9032.89.2

Acrescentado pela Lei nº 8.276/05

XXXIII	APARELHOS CELULARES		
	Item	Produtos / Descrição	Código NCM/SH
	1	Aparelhos celulares	8525.20.22 8525.20.24 8525.20.29
	2	Cartões inteligentes (smart cards e sim card);	8523.52.00
	3	Terminais portáteis de telefonia celular;	8517.12.31
	4	Terminais móveis de telefonia celular para veículos automóveis;	8517.12.13
	5	Outros aparelhos transmissores, com aparelho receptor incorporado, de telefonia celular;	8517.12.19

Chocolates		
Item	Produtos / Descrição	Código NCM/SH
1	Chocolate branco em embalagens de conteúdo inferior ou igual a 1 kg	1704.90.10
2	Chocolates contendo cacau, em embalagens de conteúdo inferior ou igual a 1 kg	1806.31.10 1806.31.20
3	Chocolate em barras, tabletes ou blocos ou no estado líquido, em pasta, em pó, grânulos ou formas semelhantes, em recipientes ou embalagens imediatas de conteúdo igual ou inferior a 2 kg	1806.32.10 1806.32.20
4	Chocolates e outras preparações alimentícias contendo cacau, em embalagens de conteúdo igual ou inferior a 1 kg, excluídos os achocolatados em pó	1806.90
5	Achocolatados em pó, em embalagens de conteúdo igual ou inferior a 1 kg	1806.90
6	Caixas de bombons contendo cacau, em embalagens de conteúdo entre 400g a 1 kg	1806.90.00
7	Bombons, inclusive à base de chocolate branco, caramelos, confeitos, pastilhas e outros produtos de confeitaria, sem cacau	1704.90.20 1704.90.90
8	Gomas de mascar com ou sem açúcar	1704.10.00 2106.90.50
9	Bombons, balas, caramelos, confeitos, pastilhas e outros produtos de confeitaria, contendo cacau	1806.90.00
10	Balas, caramelos, confeitos, pastilhas e produtos semelhantes sem açúcar	2106.90.60 2106.90.90
Sucos e Bebidas		
Item	Produtos / Descrição	Código NCM/SH
11	Bebidas prontas à base de mate ou chá	2101.20 2202.90.00
12	Preparações em pó para a elaboração de bebidas	2106.90.10 1701.91.00
13	Refrescos e outras bebidas não alcoólicas, exceto os refrigerantes e as demais bebidas classificadas nas posições 2201 a 2203	2202.10.00
14	Refrescos e outras bebidas prontas para beber à base de chá e mate	2202.10.00
15	Bebidas prontas à base de café	2202.90.00
16	Sucos de frutas, ou mistura de sucos de frutas	20.09
17	Água de coco	2009.80.00
18	Néctares de frutas e outras bebidas não alcoólicas prontas para beber	2202.90.00
19	Bebidas alimentares prontas à base de soja, leite ou cacau	2202.90.00
Laticínios e matinais		
Item	Produtos / Descrição	Código NCM/SH

XXXV	ARTEFATOS DE USO DOMÉSTICO		
	Item	Produtos / Descrição	Código NCM/SH
	1	Serviços de mesa e outros utensílios de mesa ou de cozinha, de plástico, inclusive os descartáveis	3924.10.00
	2	Artigos para serviço de mesa ou de cozinha, de porcelana e de cerâmica	6911.10 6912.00.00
	3	Artigos para serviço de mesa ou de cozinha, de louça, inclusive os descartáveis – Estojos	6911.10.10
	4	Artigos para serviço de mesa ou de cozinha, de louça, inclusive os descartáveis – Avulsos	6911.10.90
	5	Velas para filtros	6912.00.00
	6	Objetos de vidro para serviço de mesa ou de cozinha	70.13
	7	Outros copos exceto de vitrocerâmica – outros copos	7013.37.00
	8	Objetos para serviço de mesa (exceto copos) ou de cozinha, exceto de vitrocerâmica – outros – pratos	7013.42.90
	9	Artigos para serviço de mesa ou de cozinha e suas partes, de ferro fundido, ferro, aço, cobre e alumínio.	7323.9 7418.19.00 7615.19.00
	10	Artefatos de uso doméstico, e suas partes, de ferro fundido, ferro ou aço; palha de ferro ou aço; esponjas, esfregões, luvas e artefatos semelhantes para limpeza, polimento ou usos semelhantes, de aço inoxidável	73.23
	11	Outros artefatos de uso doméstico, de higiene ou de toucador, e suas partes, de alumínio; esponjas, esfregões, luvas e artefatos semelhantes, para limpeza, polimento ou usos semelhantes, de alumínio	7615.19.00
	12	Facas de lâmina cortante ou serrilhada, incluídas as podadeiras de lâmina móvel, e suas lâminas, de uso doméstico	8211
	13	Facas de mesa de lâmina fixa	8211.91.00
	14	Facas de lâmina cortante ou serrilhada, incluídas as podadeiras de lâmina móvel, e suas lâminas, para cozinha ou açougue	8211.92.10
	15	Colheres, garfos, conchas, escumadeiras, pás para tortas, facas especiais para peixe ou manteiga, pinças para açúcar e artefatos semelhantes	82.15
	16	Garrafas térmicas e outros recipientes isotérmicos montados, com isolamento produzido pelo vácuo, bem como suas partes (exceto ampolas de vidro)	9617.00

XXXVI	BICICLETAS		
	Item	Produtos / Descrição	Código NCM/SH
	1	Bicicletas e outros ciclos (incluídos os triciclos) sem motor.	8712.00
	2	Partes, peças e acessórios, incluídos pneus novos e câmaras-de-ar, de borracha, dos tipos utilizados em bicicleta e aparelhos de iluminação e sinalização dos tipos utilizados em bicicleta.	8512.10.00 8714.9 4011.50.00 4013.20.00

XXXVII	BRINQUEDOS		
	Item	Produtos / Descrição	Código NCM/SH
	1	Triciclos, patinetes, carros de pedais e outros brinquedos semelhantes de rodas; carrinhos para bonecos; bonecos; outros brinquedos; modelos reduzidos e modelos semelhantes para divertimento, mesmo animados; quebra-cabeças (“puzzles”) de qualquer tipo.	9503.00
XXXVIII	COLCHOARIA		
	Item	Produtos / Descrição	Código NCM/SH
	1	Suportes elásticos para cama	9404.10.00
	2	Colchões, inclusive Box	9404.2
	3	Travesseiros e <i>pillow</i>	9404.90.00
XXXIX	COSMÉTICOS, PERFUMARIA, ARTIGOS DE HIGIENE PESSOAL E DE TOUCADOR.		
	Item	Produtos / Descrição	Código NCM/SH
	1	Henna (envelope em pó até 50g)	1211.90.90
	2	Vaselina	2712.10.00
	3	Amoníaco em solução aquosa (amônia)	2814.20.00
	4	Peróxido de Hidrogênio (água oxigenada - frasco de até 100 ml)	2847.00.00
	5	Acetona (frasco em até 30 ml)	2914.11.00
	6	Lubrificação íntima	3006.70.00
	7	Óleos essenciais (frasco em até 10 ml)	33.01
	8	Perfumes (extratos)	3303.00.10
	9	Águas-de-colônia	3303.00.20
	10	Produtos de Maquilagem para os Lábios	3304.10.00
	11	Sombra, Delineador, Lápis para sobrancelhas e rímel	3304.20.10
	12	Outros produtos de maquilagem para os olhos	3304.20.90
	13	Pós, incluídos os compactos, para maquilagem	3304.91.00
	14	Cremes de beleza, cremes nutritivos e loções tônicas	3304.99.10
	15	Outros produtos de beleza ou de maquilagem preparados e preparações para conservação ou cuidados da pele	3304.99.90
	16	Xampus para o cabelo	3305.10.00
	17	Preparações para ondulação ou alisamento, permanentes, dos cabelos	3305.20.00

XLIV	MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ACABAMENTO, BRICOLAGEM OU ADORNO		
	item	Produtos/Descrição	NCM/SH
	1	Argamassas	3816.00.1 3824.50.00
	2	Revestimentos de PVC e outros plásticos; forro, sancas e afins de PVC	39.16
	3	Tubos, e seus acessórios (por exemplo, juntas, cotovelos, flanges, uniões), de plásticos	39.17
	4	Revestimento de pavimento de PVC e outros plásticos	39.18
	5	Chapas, folhas, tiras, fitas, películas e outras formas planas, auto-adesivas, de plásticos, mesmo em rolos	39.19
	6	Veda rosca, lona plástica, fitas isolantes e afins	39.19 39.20 39.21
	7	Chapas, laminados plásticos em bobina	39.21
	8	Banheiras, boxes para chuveiros, pias, lavatórios, bidês, sanitários e seus assentos e tampas, caixas de descarga e artigos semelhantes para usos sanitários ou higiênicos, de plásticos.	39.22
	9	Artefatos de higiene / toucador de plástico	39.24
	10	Portas, janelas e afins, de plástico	3925.20.00
	11	Postigos, estores (incluídas as venezianas) e artefatos semelhantes e suas partes	3925.30.00
	12	Outras obras de plástico	3926.90
	13	Fitas emborrachadas	4005.91.90
	14	Tubos de borracha vulcanizada não endurecida, mesmo providos dos respectivos acessórios (por exemplo, juntas, cotovelos, flanges, uniões)	40.09
	15	Revestimentos para pavimentos (pisos) e capachos de borracha vulcanizada não endurecida	4016.91.00
	16	Juntas, gaxetas e semelhantes, de borracha vulcanizada não endurecida, para uso não automotivo	4016.93.00
	17	Folhas para folheados (incluídas as obtidas por corte de madeira estratificada), folhas para compensados (contraplacados) ou para outras madeiras estratificadas semelhantes e outras madeiras, serradas longitudinalmente, cortadas em folhas ou desenroladas, mesmo aplainadas, polidas, unidas pelas bordas ou pelas extremidades, de espessura não superior a 6mm	44.08
	18	Pisos de madeira	44.09
	19	Painéis de partículas, painéis denominados "oriented strand board" (OSB) e painéis semelhantes (por exemplo, "waferboard"), de madeira ou de outras matérias lenhosas, recobertos na superfície com papel impregnado de melamina, mesmo aglomeradas com resinas ou com outros aglutinantes orgânicos, em ambas as faces, com película protetora na face superior e	4410.11.21

	trabalho de encaixe nas quatro laterais, dos tipos utilizados para pavimentos	
20	Pisos laminados com base de MDF (Médium Density Fiberboard) e/ou madeira	44.11
21	Obras de marcenaria ou de carpintaria, incluídos os painéis celulares, os painéis montados para revestimento de pavimentos (pisos) e as fasquias para telhados "shingles e shakes", de madeira	44.18
22	Papel de parede e revestimentos de parede semelhantes; papel para vitrais.	48.14
23	Tapetes e outros revestimentos para pavimentos (pisos), de matérias têxteis, tufados, mesmo confeccionados	57.03
24	Tapetes e outros revestimentos para pavimentos (pisos), de feltro, exceto os tufados e os flocados, mesmo confeccionados	57.04
25	Linóleos, mesmo recortados, revestimentos para pavimentos (pisos) constituídos por um induto ou recobrimento aplicado sobre suporte têxtil, mesmo recortados	59.04
26	Persianas de materiais têxteis	63.03
27	Ladrilhos de mármore, travertinos, lajotas, quadros, alabastro, ônix e outras rochas carbonáticas, e ladrilhos de granito, cianito, charnokito, diorito, basalto e outras rochas silicáticas, com área de até 2m ²	68.02
28	Abrasivos naturais ou artificiais, em pó ou em grãos, aplicados sobre matérias têxteis, papel, cartão ou outras matérias, mesmo recortados, costurados ou reunidos de outro modo.	68.05
29	Painéis, chapas, ladrilhos, blocos e semelhantes, de fibras vegetais, de palha ou de aparas, partículas, serragem (serradura) ou de outros desperdícios de madeira, aglomerados com cimento, gesso ou outros aglutinantes minerais	6808.00.00
30	Obras de gesso ou de composições à base de gesso	68.09
31	Obras de cimento, de concreto ou de pedra artificial, mesmo armadas, exceto poste acima de 3 m de altura e tubos, laje, pré laje e mourões	68.10
32	Ladrilhos e placas de cerâmica, exclusivamente para pavimentação ou revestimento	69.07 69.08
33	Pias, lavatórios, colunas para lavatórios, banheiras, bidês, sanitários, caixas de descarga, mictórios e aparelhos fixos semelhantes para usos sanitários, de cerâmica	69.10
34	Artefatos de higiene/toucador de cerâmica	6912.00.00
35	Vidro vazado ou laminado, em chapas, folhas ou perfis, mesmo com camada absorvente, refletora ou não, mas sem qualquer outro trabalho	70.03
36	Vidro estirado ou soprado, em folhas, mesmo com camada absorvente, refletora ou não, mas sem qualquer outro trabalho	70.04
37	Vidro flotado e vidro desbastado ou polido em uma ou em ambas as faces, em chapas ou em folhas,	70.05

	mesmo com camada absorvente, refletora ou não, mas sem qualquer outro trabalho	
38	Vidros temperados	7007.19.00
39	Vidros laminados	7007.29.00
40	Vidros isolantes de paredes múltiplas	7008.00.00
41	Espelhos de vidro, mesmo emoldurados, excluídos os de uso automotivo	70.09
42	Blocos, placas, tijolos, ladrilhos, telhas e outros artefatos, de vidro prensado ou moldado, mesmo armado; cubos, pastilhas e outros artigos semelhantes	70.16
43	Banheira de hidromassagem	70.19 90.19
44	Vergalhões	72.13 7214.20.00 7308.90.10
45	Barras próprias para construções, exceto os vergalhões	7214.20.00, 7308.90.10
46	Fios de ferro ou aço não ligados, não revestidos, mesmo polidos, cordas, cabos, tranças (entrançados), lingas e artefatos semelhantes, de ferro ou aço, não isolados para usos elétricos	7217.10.90 73.12
47	Outros fios de ferro ou aço, não ligados, galvanizados	7217.20.90
48	Acessórios para tubos (inclusive uniões, cotovelos, luvas ou mangas), de ferro fundido, ferro ou aço	73.07
49	Portas e janelas, e seus caixilhos, alizares e soleiras de ferro fundido, ferro ou aço	7308.30.00
50	Material para andaimes, para armações (cofragens) e para escoramentos, (inclusive armações prontas, para estruturas de concreto armado ou argamassa armada), eletrocalhas e perfilados de ferro fundido, ferro ou aço, próprios para construção civil	7308.40.00 7308.90
51	Caixas diversas (tais como caixa de correio, de entrada de água, de energia, de instalação) de ferro ou aço próprias para construção civil; de ferro fundido, ferro ou aço	73.10
52	Arame farpado, de ferro ou aço arames ou tiras, retorcidos, mesmo farpados, de ferro ou aço, dos tipos utilizados em cercas	7313.00.00
53	Telas metálicas, grades e redes, de fios de ferro ou aço	73.14
54	Correntes de rolos, de ferro fundido, ferro ou aço	7315.11.00
55	Outras correntes de elos articulados, de ferro fundido, ferro ou aço	7315.12.90
56	Correntes de elos soldados, de ferro fundido, de ferro ou aço	7315.82.00
57	Tachas, pregos, percevejos, escáculas, grampos ondulados ou biselados e artefatos semelhantes, de ferro fundido, ferro ou aço, mesmo com a cabeça de outra matéria, exceto cobre	7317.00
58	Parafusos, pinos ou pernos, roscados, porcas, tira-fundos, ganchos roscados, rebites, chavetas, cavilhas, contrapinos, arruelas (incluídas as de	73.18

	pressão) e artefatos semelhantes, de ferro fundido, ferro ou aço	
59	Esponjas, esfregões, luvas e artefatos semelhantes para limpeza, polimento e usos semelhantes, de ferro ou aço	73.23
60	Artefatos de higiene ou de toucador, e suas partes; pias, banheiras, lavatórios, cubas, mictórios, tanques e afins de ferro fundido, ferro ou aço	73.24
61	Outras obras moldadas, de ferro fundido, ferro ou aço	73.25
62	Abraçadeiras	73.26
63	Barra de cobre	74.07
64	Tubos de cobre e suas ligas, para instalações de água quente e gás	7411.10.10
65	Acessórios para tubos (por exemplo, uniões, cotovelos, luvas ou mangas) de cobre e suas ligas	74.12
66	Tachas, pregos, percevejos, escápolas e artefatos semelhantes, de cobre, ou de ferro ou aço com cabeça de cobre, parafusos, pinos ou parafusos, roscados, porcas, ganchos roscados, rebites, chavetas, cavilhas, contrapinos, arruelas (incluídas as de pressão), e artefatos semelhantes, de cobre	74.15
67	Artefatos de higiene/toucador de cobre	7418.20.00
68	Manta de subcobertura aluminizada	7607.19.90
69	Acessórios para tubos (por exemplo, uniões, cotovelos, luvas ou mangas), de alumínio	7609.00.00
70	Construções e suas partes (inclusive pontes e elementos de pontes, torres, pórticos, pilares, colunas, armações, estruturas para telhados, portas e janelas, e seus caixilhos, alizares e soleiras, balaustradas, e estruturas de box), de alumínio, exceto as construções, pré-fabricadas da posição 94.06; chapas, barras, perfis, tubos e semelhantes, de alumínio, próprios para construção civil	76.10
71	Artefatos de higiene/toucador de alumínio	7615.20.00
72	Outras obras de alumínio, próprias para construção civil, incluídas as persianas	76.16
73	Outras guarnições, ferragens e artigos semelhantes de metais comuns, para construção civil, inclusive puxadores, exceto persianas de alumínio constantes do item 76.	8302.4 76.16
74	Cadeados, fechaduras e ferrolhos (de chave, de segredo ou elétricos), de metais comuns, incluídas as suas partes fechados e armações com fecho, com fechadura, de metais comuns chaves para estes artigos, de metais comuns, excluídos os de uso automotivo	83.01
75	Dobradiças de metais comuns, de qualquer tipo.	8302.10.00
76	Pateras, porta-chapéus, cabides, e artigos semelhantes de metais comuns	8302.50.00
77	Tubos flexíveis de metais comuns, mesmo com acessórios	83.07
78	Fios, varetas, tubos, chapas, eletrodos e artefatos semelhantes, de metais comuns ou de carbonetos	83.11

	metálicos, revestidos exterior ou interiormente de decapantes ou de fundentes, para soldagem (soldadura) ou depósito de metal ou de carbonetos metálicos fios e varetas de pós de metais comuns aglomerados, para metalização por projeção	
79	Aquecedores de água não elétricos, de aquecimento instantâneo ou de acumulação	8419.1
80	Torneiras, válvulas (incluídas as redutoras de pressão e as termostáticas) e dispositivos semelhantes, para canalizações, caldeiras, reservatórios, cubas e outros recipientes	84.81
81	Partes de máquinas e aparelhos para soldadura forte ou fraca e de máquinas e aparelhos para soldar metais por resistência	8515.90.00 8515.1 8515.2

Redação Anterior – efeitos até 20.12.2011

<i>XLIV</i>	<i>MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, ACABAMENTO, BRICOLAGEM OU ADORNO.</i>		
	<i>Item</i>	<i>Produtos / Descrição</i>	<i>Código NCM/SH</i>
	1	Argamassas e concretos, não refratários	3824.50.00
	2	Argamassas, seladoras, massas para revestimento aditivos para argamassas e afins	3214.90.00, 3816.00.1, 3824.40.00, 3824.50.00
	3	Produtos de qualquer espécie utilizados como colas ou adesivos, acondicionados para venda a retalho como colas ou adesivos, com peso líquido não superior a 1 kilo, exceto cola bastão, cola instantânea e cola branca escolar	35.06
	4	Revestimentos de PVC e outros plásticos;	39.16
	5	Forro, sancas e afins de PVC, para uso na construção civil	39.16
	6	Tubos e seus acessórios (por exemplo, juntas, cotovelos, flanges, uniões), de plásticos, para uso na construção civil	39.17
	7	Revestimento de pavimento de PVC e outros plásticos	39.18
	8	Veda rosca, lona plástica, fitas isolantes e afins	39.19 39.20 39.21
	9	Banheiras, boxes para chuveiros, pias, lavatórios, bidês, sanitários e seus assentos e tampas, caixas de descarga e artigos semelhantes para usos sanitários ou higiênicos, de plásticos	39.22
	10	Telhas, cumeeiras e caixas d'água de polietileno e outros plásticos	3925.10.00 3925.90.00
	11	Portas, janelas e afins, de plástico	3925.20.00
	12	Postigos, estores (incluídas as venezianas) e artefatos semelhantes e suas partes	3925.30.00
	13	Outras obras de plástico, para uso na construção civil	3926.90
	14	Fitas emborrachadas	4005.91.90
	15	Tubos de borracha vulcanizada não endurecida, mesmo providos dos respectivos acessórios (por exemplo, juntas, cotovelos, flanges, uniões) para uso na construção civil	40.09
	16	Juntas, gaxetas e semelhantes, de borracha vulcanizada não endurecida, para uso não automotivo	4016.93.00
	17	Pisos de madeira	44.09
	18	Painéis de partículas, painéis denominados "oriented strand board" (OSB) e painéis semelhantes (por exemplo, "waferboard"), de madeira ou de outras matérias lenhosas, recobertos na superfície com papel impregnado de melamina, mesmo aglomeradas com resinas ou com outros aglutinantes orgânicos, em ambas as faces, com película protetora na face superior e trabalho de encaixe nas quatro laterais, dos tipos utilizados para pavimentos	4410.11.21
	19	Pisos laminados com base de MDF (Medium Density Fiberboard) e/ou madeira	44.11
	20	Papel de parede e revestimentos de parede semelhantes; papel para vitrais	48.14
	21	Obras de marcenaria ou de carpintaria para construções, incluídos os painéis celulares, os painéis montados para revestimento de pavimentos (pisos) e as fasquias para telhados "shingles e shakes", de madeira	44.18
	22	Tapetes e outros revestimentos para pavimentos (pisos), de matérias têxteis, tufados, mesmo confeccionados	57.03
	23	Tapetes e outros revestimentos para pavimentos (pisos), de feltro, exceto os tufados e os flocados, mesmo confeccionados	57.04
	24	Persianas de materiais têxteis	63.03
	25	Ladrilhos de mármore, travertinos, lajotas, quadrotos, alabastro, ônix e outras rochas carbonáticas, e ladrilhos de granito, cianito, charnokito, diorito, basalto e outras rochas silicáticas, com área de até 2m2	68.02
	26	Abrasivos naturais ou artificiais, em pó ou em grãos, aplicados sobre matérias têxteis, papel, cartão ou outras matérias, mesmo recortados, costurados ou reunidos de outro modo	68.05
	27	Materiais de construção, acabamento, bricolagem ou adorno	68.07.10.00

XLV	MATERIAL DE LIMPEZA		
	Item	Produtos / Descrição	Código NCM/SH
	1	Água sanitária, branqueador ou alvejante	2828.90.11 2828.90.19 3206.41.00
	2	Odorizantes / desodorizantes de ambiente e superfície	3307.41.00 3307.49.00 3307.90.00 3808.94.19
	3	Pomadas, cremes e preparações semelhantes, para calçados ou para couros.	3405.10.00
	4	Pastas, pós, saponéceos e outras preparações para arear	3405.40.00
	5	Facilitadores e goma para passar roupa	3505.10.00 3506.91.20 3905.12.00
	6	Inseticidas, rodenticidas, fungicidas, raticidas, repelentes e outros produtos semelhantes, apresentados em formas ou embalagens exclusivamente para uso domissanitário direto	3808.50.10 3808.91 3808.92.1 3808.99
	7	Desinfetantes apresentados em quaisquer formas ou embalagens	3808.94
	8	Amaciante/Suavizante	3809.91.90
	9	Esponjas para limpeza	3924.10.00 3924.90.00 6805.30.10 6805.30.90
	10	Álcool etílico para limpeza	2207.10.00 2207.20.10
	11	Óleo para conservação e limpeza de móveis e outros artigos de madeira	2710.11.90
	12	Cloro estabilizado , ácido tricoloro, isocianúrico todos na forma líquida, em pó, granulado, pastilhas ou em tabletes e demais desinfetantes para uso em piscinas; flutuador 3x1 ou 4x1	2801.10.00 2828.10.00 2933.69.11 2933.69.19 3808.94
	13	Carbonato de sódio 99%	2803.00.90
	14	Cloreto de hidrogênio (ácido clorídrico) ácido clorossulfúrico, em solução aquosa	2806.10.20
	15	Limpador abrasivo e/ou soda cáustica em forma ou embalagem para uso direto	28.15
	16	Desumidificador de ambiente	2827.20.90
	17	Floculantes clarificantes, decantadores à base de cloretos, oxicloretos, hidrocloretos; sulfatos de alumínio e outros sais de alumínio; todos na forma líquida, granulada, em pó, pastilhas, tabletes, todos utilizados em piscinas	2827.32.00 2827.49.21 2833.22.00 2924.1
	18	Tira-manchas e produtos para pré-lavagem de roupas	2832.20.00 2901.10.00
	19	Barrilha carbonatos de sódio, carbonato de cálcio, hidrogeno carbonato de sódio ou bicarbonato de sódio	2836.20.10 2836.30.00

XLVI	MATERIAIS ELÉTRICOS		
	Item	Produtos/Descrição	NCM/SH
	1	Eletrobombas submersíveis	8413.70.10
	2	Transformadores, conversores, retificadores, bobinas de reatância e de auto indução, exceto os transformadores de potência superior a 16 KVA, classificados nos códigos 8504.33.00 e 8504.34.00, os da subposição 8504.3, os reatores para lâmpadas elétricas de descarga classificados no código 8504.10.00, os carregadores de acumuladores do código 8504.40.10, os equipamentos de alimentação ininterrupta de energia (UPS ou "no break"), no código 8504.40.40 e os de uso automotivo	85.04
	3	Lanternas elétricas portáteis destinadas a funcionar por meio de sua própria fonte de energia (por exemplo: de pilhas, de acumuladores, de magnetos), exceto os aparelhos de iluminação utilizados em ciclos e automóveis	85.13
	4	Aquecedores elétricos de água, incluídos os de imersão, chuveiros ou duchas elétricos, torneiras elétricas, resistências de aquecimento, inclusive as de duchas e chuveiros elétricos e suas partes, exceto outros fornos, fogareiros (incluídas as chapas de cocção), grelhas e assadeiras, 8516.60.00	85.16
	5	Aparelhos elétricos para telefonia; outros aparelhos para transmissão ou recepção de voz, imagens ou outros dados, incluídos os aparelhos para comunicação em redes por fio ou redes sem fio (tal como um rede local (LAN) ou uma rede de área estendida (WAN)), incluídas suas partes, exceto os de uso automotivos e os das subposições 8517.62.51, 8517.62.52, 8527.62.53	85.17
	6	Interfones, seus acessórios, tomadas e plugs	85.17
	7	Outros aparelhos telefônicos e videofones, exceto telefone celular	8517.18.99
	8	Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas aos aparelhos das posições 85.25 a 85.28, exceto os de uso automotivo	85.29
	9	Antenas com refletor parabólico, exceto para telefone celular, exceto as de uso automotivo	8529.10.11
	10	Outras antenas, exceto para telefones celulares	8529.10.19
	11	Aparelhos elétricos de sinalização acústica ou visual (por exemplo, campainhas, sirenes, quadros indicadores, aparelhos de alarme para proteção contra roubo ou incêndio), exceto os de uso automotivo	85.31
	12	Aparelhos elétricos de alarme, para proteção contra roubo ou incêndio e aparelhos semelhantes, exceto os de uso automotivo	8531.10
	13	Outros aparelhos de sinalização acústica ou visual, exceto os de uso automotivo	8531.80.00
	14	Resistências elétricas (incluídos os reostatos e os potenciômetros), exceto de aquecimento	85.33

15	Circuitos impressos, exceto os de uso automotivo	8534.00.00
16	Aparelhos para interrupção, seccionamento, proteção, derivação, ligação ou conexão de circuitos elétricos (por exemplo, interruptores, comutadores, corta-circuitos, pára-raios, limitadores de tensão, eliminadores de onda, tomadas de corrente e outros conectores, caixas de junção), para tensão superior a 1.000V, exceto os de uso automotivo	85.35
17	Aparelhos para interrupção, seccionamento, proteção, derivação, ligação ou conexão de circuitos elétricos (por exemplo, interruptores, comutadores, relés, corta-circuitos, eliminadores de onda, plugues e tomadas de corrente, suportes para lâmpadas e outros conectores, caixas de junção), para uma tensão não superior a 1.000V; conectores para fibras ópticas, feixes ou cabos de fibras ópticas, exceto "stater" classificado na subposição 8336.50 e os de uso automotivo	85.36
18	Quadros, painéis, consoles, cabinas, armários e outros suportes com dois ou mais aparelhos das posições 85.35 ou 85.36, para comando elétrico ou distribuição de energia elétrica, incluídos os que incorporem instrumentos ou aparelhos do Capítulo 90 da NCM/SH, bem como os aparelhos de comando numérico	85.37
19	Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas aos aparelhos das posições 85.35, 85.36 ou 85.37	85.38
20	Diodos emissores de luz (LED), exceto diodos "laser"	8541.40.11 8541.40.21 8541.40.22
21	Eletrificadores de cercas	8543.70.92
22	Cabos, tranças e semelhantes, de cobre, não isolados para usos elétricos, exceto os de uso automotivo	7413.00.00
23	Fios, cabos (incluídos os cabos coaxiais) e outros condutores, isolados ou não, para usos elétricos (incluídos os de cobre ou alumínio, envernizados ou oxidados anodicamente), mesmo com peças de conexão; fios e cabos telefônicos e para transmissão de dados; cabos de fibras ópticas, constituídos de fibras embainhadas individualmente, mesmo com condutores elétricos ou munidos de peças de conexão; cordas, cabos, tranças e semelhantes, de alumínio, não isolados para uso elétricos, exceto os de uso automotivo	85.44 7413.00.00 76.05 761.4
24	Fios e cabos elétricos, para tensão não superior a 1000V, exceto os de uso automotivo	8544.49.00
25	Isoladores de qualquer matéria, para usos elétricos	85.46
26	Peças isolantes inteiramente de matérias isolantes, ou com simples peças metálicas de montagem (suportes roscados, por exemplo) incorporadas na massa, para máquinas, aparelhos e instalações elétricas; tubos isoladores e suas peças de ligação, de metais comuns, isolados interiormente	85.47
27	Instrumentos e aparelhos para regulação ou controle, automáticos, suas partes e acessórios – exceto os reguladores de voltagem eletrônicos classificados no código 9032.89.11 e os controladores eletrônicos da	90.32 9033.00.00

	subposição 9032.89.2	
28	Aparelhos e instrumentos para medida ou controle da tensão, intensidade, resistência ou da potência, sem dispositivo registrador, exceto os de uso automotivo	9030.3
29	Analísadores lógicos de circuitos digitais, de espectro de frequência, frequencímetros, fasímetros, e outros instrumentos e aparelhos de controle de grandezas elétricas e detecção	9030.89
30	Interruptores horários e outros aparelhos que permitam acionar um mecanismo em tempo determinado, munidos de maquinismo de aparelhos de relojoaria ou de motor síncrono	9107.00
31	Aparelhos de iluminação (incluídos os projetores) e suas partes, não especificados nem compreendidos em outras posições; anúncios, cartazes ou tabuletas e placas indicadoras luminosas, e artigos semelhantes, contendo uma fonte luminosa fixa permanente, e suas partes não especificadas nem compreendidas em outras posições	94.05
32	Lustres e outros aparelhos elétricos de iluminação, próprios para serem suspensos ou fixados no teto ou na parede, exceto os dos tipos utilizados na iluminação pública, e suas partes	9405.10 9405.9
33	Abajures de cabeceira, de escritório e lampadários de interior, elétricos e suas partes	9405.20.00 9405.9
34	Outros aparelhos elétricos de iluminação e suas partes	9405.40 9405.9

Redação Anterior- efeitos até 20.12.2011

XLVI	MATERIAIS ELÉTRICOS		
	Item	Produtos / Descrição	Código NCM/SH
	1	Transformadores, conversores, retificadores, bobinas de reatância e de auto indução, exceto os transformadores de potência superior a 16 KVA, classificados nas subposições 8504.33.00 e 8504.34.00, os da subposição 8504.3, os reatores para lâmpadas elétricas de descarga classificados na subposição 8504.10.00, os carregadores de acumuladores NCM 8504.40.10, os equipamentos de alimentação ininterrupta de energia (UPS ou "no break"), subposição 8504.40.40 e os produtos de uso automotivo.	85.04
	2	Lanternas elétricas portáteis destinadas a funcionar por meio de sua própria fonte de energia (por exemplo: de pilhas, de acumuladores, de magnetos)	85.13
	3	Aparelhos de iluminação (incluídos os projetores) e suas partes, não especificados nem compreendidos em outras posições; anúncios, cartazes ou tabuletas e placas indicadoras luminosas, e artigos semelhantes, contendo uma fonte luminosa fixa permanente, e suas partes não especificadas nem compreendidas em outras posições	94.05
	4	Aquecedores elétricos de água, incluídos os de imersão, chuveiros ou duchas elétricos, torneiras elétricas, resistências de aquecimento, inclusive as de duchas e chuveiros elétricos e suas partes	85.16
	5	Aparelhos elétricos para telefonia ou telegrafia por fio, incluídos os aparelhos telefônicos por fio conjugado com aparelho telefônico portátil sem fio, e os aparelhos de telecomunicação por corrente portadora ou de telecomunicação digital; videofone	85.17
	6	Interfones, seus acessórios, tomadas e plugs	85.17
	7	Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas aos aparelhos das posições 85.25 a 85.28	85.29
	8	Aparelhos elétricos de sinalização acústica ou visual (por exemplo, campainhas, sirenes, quadros indicadores, aparelhos de alarme para proteção contra roubo ou incêndio)	85.31
	9	Resistências elétricas (incluídos os reostatos e os potenciômetros), exceto de aquecimento	85.33
	10	Aparelhos para interrupção, seccionamento, proteção, derivação, ligação ou conexão de circuitos elétricos (por exemplo, interruptores, comutadores, corta-circuitos, pára-raios, limitadores de tensão, eliminadores de onda, tomadas de corrente e outros conectores, caixas de junção), para tensão superior a 1.000V, exceto os de uso automotivo classificados na subposição 8535.30.11	85.35
	11	Aparelhos para interrupção, seccionamento, proteção, derivação, ligação ou conexão de circuitos elétricos (por exemplo, interruptores, comutadores, relés, corta-circuitos, eliminadores de onda, plugues e tomadas de corrente, suportes para lâmpadas e outros conectores, caixas de junção), para uma tensão não superior a 1.000V; conectores para fibras ópticas, feixes ou cabos de fibras ópticas, exceto os de uso automotivo	85.36
	12	Quadros, painéis, consoles, cabinas, armários e outros suportes com dois ou mais aparelhos das posições 85.35 ou 85.36, para comando elétrico ou distribuição de energia elétrica, incluídos os que incorporem instrumentos ou aparelhos do Capítulo 90, bem como os aparelhos de comando numérico	85.37
	13	Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas aos aparelhos das posições 85.35, 85.36 ou 85.37	85.38
	14	Fios, cabos (incluídos os cabos coaxiais) e outros condutores, isolados ou não, para usos elétricos (incluídos os de cobre ou alumínio, envernizados ou oxidados anodicamente), mesmo com peças de conexão; fios e cabos telefônicos e para transmissão de dados; cabos de fibras ópticas, constituídos de fibras embainhadas individualmente, mesmo com condutores elétricos ou munidos de peças de conexão; cordas, cabos, tranças e semelhantes, de alumínio e de cobre, não isolados para uso elétricos	85.44 7413.00.00 76.05 76.14 74.08
	15	Isoladores de qualquer matéria, para usos elétricos	85.46
	16	Peças isolantes inteiramente de matérias isolantes, ou com simples peças metálicas de montagem (suportes roscados, por exemplo) incorporadas na massa, para máquinas, aparelhos e instalações elétricas; tubos isoladores e suas peças de ligação, de metais comuns, isolados interiormente	85.47
	17	Eletrobombas submersíveis	8413.70.10
	18	Circuitos impressos, exceto os de uso automotivo	8534.00.00
	19	Aparelhos elétricos de alarme, para proteção contra roubo ou incêndio e aparelhos semelhantes	8531.10
	20	Outras antenas, exceto para telefones celulares	8529.10.19
	21	Fios e cabos elétricos, para tensão não superior a 1000V	8544.49.00

XLVII	ARTIGOS DE PAPELARIA		
	Item	Produtos / Descrição	Código NCM/SH
	1	Tinta guache	3213.10.00
	2	Papel fotográfico	3703.10.10 3703.10.29 3703.20.00 3703.90.10 3704.00.00 4802.20
	3	Corretivo	3824.90.29
	4	Borracha de apagar, inclusive caneta borracha e lápis borracha	4016.92.00
	5	Maletas e pastas para documentos e de estudante, e artefatos semelhantes	4202.1 4202.9
	6	Prancheta	4421.90.00 3926.90.90
	7	Barbante de algodão e de fibra sintética combinada com algodão	5509.53.00 5202.99.00
	8	Apontador de lápis	8214.10.00
	9	Instrumento de desenho, de traçado ou de cálculo	9017.20.00
	10	Pincéis de escrever e desenhar	9603.30.00
	11	Canetas esferográficas, canetas e marcadores, com ponta de feltro ou com outras pontas porosas, canetas-tinteiro e outras canetas, estiletes para duplicadores, lapiseiras, canetas porta-penas, porta-lápis e artigos semelhantes, suas partes (incluídas as tampas e prendedores)	96.08
	12	Lápis, minas, pastéis, carvões, gizes para escrever ou desenhar e gizes de alfaiate	96.09
	13	Massas ou pastas para modelar, próprias para recreação de crianças	3407.00.10
	14	Espiral - perfil para encadernação, de plástico e outros materiais das posições 39.01 a 39.14	3916.20.00
	15	Papel celofane	3920.20.19
	16	Artigos de escritório e artigos escolares de plástico e outros materiais das posições 39.01 a 39.14, exceto estojos	3926.10.00
	17	Papel seda	4802.54.9
	18	Quadro branco, verde e cortiça	4421.90.00
	19	Bobina para fax	4802.20.90 4811.90.90
	20	Bobina branca para máquina de calcular ou PDV	4802.54.99 4802.57.99 4816.20.00
	21	Cartolina escolar e papel cartão, brancos e coloridos; recados auto adesivos (LP note); papéis de presente	4802.56.9 4802.57.9 4802.58.9
	22	Papel cartão para cartões de visita	4802.59.00

AC produtos ao “Anexo I – Regime de Substituição Tributária” pela MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10

ANEXO II
TABELA DAS TAXAS DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS

**TABELA A - EMOLUMENTOS GERÊNCIA DE ESTADO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO**

Código	Incidência	Valor
01.01	Arquivamento de Contrato; Alteração ou Distrato Social	11,00
01.02	Arquivamento de Atas de Constituição	27,00
01.03	Arquivamento de Atas de Aumento de Capital	23,00
01.04	Arquivamento de Atas dos demais casos	10,00
01.05	Arquivamento de outros documentos não especificados	2,00
02.01	Registro, anotação ou cancelamento de firma individual	7,00
02.02	Registro, Proteção de nome comercial	10,00
03.00	Matrícula, Nomeação ou cancelamento de agentes auxiliares do comércio	4,00
04.00	Fiscalização ou Inspeção – Armazéns gerais (Matriz ou Filial, Leiloeiros, Tradutores Públicos ou outros agentes auxiliares do comércio)	6,00
05.01	Cadastro - Constituição da Sociedade ou Firma Individual (pago uma só vez)	4,00
05.02	Cadastro Alteração	2,00
06.00	Publicação - Obrigação para todo e qualquer ato	2,00
07.01	Autenticação de livros fiscais	2,00
07.02	Autenticação de Blocos ou Notas	2,00
07.03	Autenticação por via de documento	1,00
08.00	Buscas ou consultas de documentos (por firma)	2,00
09.01	Pedido (requerimento) de Certidão	2,00
09.02	Certidão	2,00
09.03	Lauda – Certidão	2,00
09.04	Busca por mais de 5 anos, por ano - Certidão	1,00
09.05	Por folha fotocopiada – Certidão	1,00
10.00	Reconsideração de despacho ou julgamento - Pedido de reconsideração as Turmas	6,00
11.00	Recursos ou oposição	10,00
12.01	Desarquivamento de processo ou documento enquadrados no artigo 78, parágrafo único do Decreto 57.651 de 19 de janeiro de 1986	2,00
12.02	Desistência - Desarquivamento	2,00
12.03	Diligência – Desarquivamento	4,00

TABELA DAS TAXAS DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS

TABELA B - EMOLUMENTOS COMUNS A TODAS AS GERÊNCIAS DE ESTADO

Código	Incidência	Valor
13.00	Carta de aprovação de estatutos de qualquer instituição, que não se possa organizar sem licença do governo	2,00
14.00	Certidões extraídas dos livros, processos e documentos de repartições públicas de rasa por linha	1,00
15.00	Certidão em relatório “Verbum Adverbum” além da taxa por linha de busca por ano, mais:	1,00
16.01	Cópias de plantas fornecidas por qualquer repartição pública estadual: Por exemplo, não excedente de 50 X 50 cm	2,00
16.02	Por centímetro quadrado que exceder	1,00
17.00	Editais publicados por qualquer autoridade pública a requerimento ou interesse de particulares, por folha	1,00
18.00	Fotocópias de documentos fornecidos por qualquer repartição estadual, ou empresas administradas pelo Estado, para cada folha exemplar:	
18.01	Medindo 33 X 32 cm	1,00
18.02	Medindo 45 X 35 cm	1,00
18.03	De dimensões diferentes	1,00
19.00	Inscrição em concursos ou prova para cargo ou função do serviço civil do Estado, ou por ele subvencionado	5,00
20.00	Licença, prorrogação de licença, ou dispensa de lapso de tempo, decidida por qualquer autoridade do Estado	2,00
21.01	Petições ou representações solicitando privilégio, concessão ou prorrogação de prazo para o início de concessão	2,00
21.02	Petição de subvenção	2,00
21.03	Petição de recurso em processo administrativo	2,00
22.01	Prorrogação de prazo de qualquer concessão de contrato, ou termo, concernente a estrada de ferro, bancos, companhias, empresas de qualquer natureza, para cada prorrogação, até seis meses	2,00
22.02	Prorrogação de prazo para qualquer fim - concedido pelo chefe do Estado	2,00
22.03	Prorrogação de prazo para qualquer fim - concedido por outra autoridade estadual	2,00
23.01	Registro de documentos ou títulos, requerimento da parte, em repartições públicas do Estado, cujos empregados não recebem custas ou emolumentos por estes atos, por linha	1,00
23.02	Registro de contrato de obrigação do valor inestimável	4,00
24.00	Requerimentos, petições, memórias e outros papéis apresentados às autoridades judiciárias e administrativas do Estado ou Legislativo estadual, por folha	1,00
25.00	Rubrica de livros, por folha	1,00
26.00	Termos não especificados, lavrados em repartições públicas do Estado	2,00

TABELA DAS TAXAS DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS

**TABELA C - EMOLUMENTOS DA GERÊNCIA DE ESTADO DA RECEITA
ESTADUAL**

Código	Incidência	Valor
27.00	Inscrição no Cadastro de contribuintes do ICMS	4,00
28.00	Informações em meio magnético, por 10 KB	1,00
29.00	Informações em papel, por contribuinte, por ano	3,00
30.00	Despachos de gêneros da produção deste ou de outros estados, com expedição de Documentos de Arrecadação, exceto quando emitido no sistema eletrônico	4,00
31.00	Desembaraço de mercadorias ou bens nas Unidades da Receita Estadual, quando utilizado sistema de controle eletrônico	4,00
32.00	Relatório de pagamentos, por contribuinte, por ano	4,00
33.00	Autenticação de livros fiscais, por livro	4,00
34.00	Relatório de declarações, por contribuinte, por ano	4,00
35.00	Relatório da Conta Corrente do Contribuinte, por contribuinte, por ano	4,00
36.00	Cópia de processo, por folha (NR Lei nº 8.701/04)	0,10
37.00	Autorização para Impressão de Documentos Fiscais	4,00
38.00	Ato, pedido ou comunicado relativo ao Emissor de Cupom Fiscal	4,00
38.01	Pedido de análise de equipamento Emissor de Cupom Fiscal para homologação, por modelo. <i>AC MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10</i>	5.000,00
38.02	Pedido de análise de equipamento Emissor de Cupom Fiscal para revisão do equipamento para homologação, por modelo - <i>AC MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10</i>	2.500,00
39.00	<i>Revogado pela MP nº 069/09, Lei nº 9.127/10</i>	

TABELA DAS TAXAS DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS

**TABELA D - EMOLUMENTOS DA GERÊNCIA DE ESTADO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

Código	Incidência	Valor
39.01	Títulos de legitimação de posse e outras concessões: de área até 50 hectares	2,00
39.02	Títulos de legitimação de posse e outras concessões: de mais de 50 até 100 hectares	2,00
39.03	Títulos de legitimação de posse e outras concessões: de mais de 100 até 500 hectares	2,00
39.04	Títulos de legitimação de posse e outras concessões: de mais de 500, por 100 hectares ou fração	4,00
40.01	Pela demarcação de terras públicas, para efeito de alienação, por hectares: de até 100 hectares	1,00
40.02	Pela demarcação de terras públicas, para efeito de alienação, por hectares: de 101 a 200 hectares	1,00

40.03	Pela demarcação de terras públicas, para efeito de alienação, por hectares: de 201 a 300 hectares	1,00
40.04	Pela demarcação de terras públicas, para efeito de alienação, por hectares: de 301 a 400 hectares	1,00
40.05	Pela demarcação de terras públicas, para efeito de alienação, por hectares: de 401 a 500 hectares	1,00
40.06	Pela demarcação de terras públicas, para efeito de alienação, por hectares: de 501 a 3000 hectares	1,00
40.07	Pela demarcação de terras públicas, para efeito de alienação: de mais de 3000 hectares por cada 2500 hectares ou fração	1,00
41.00	ATOS RELATIVOS A DEFESA SANITÁRIA VEGETAL	
41.01	Registro de Estabelecimento Comercial Matriz	105,00
41.02	Registro de Estabelecimento Comercial Filial	52,00
42.01	Registro de Empresa Prestadora de Serviço Matriz	208,00
42.02	Registro de Empresa Prestadora de Serviço Filial	103,00
43.00	Alteração de Registro	26,00
44.00	Cadastro de Agrotóxicos e Afins	292,00
45.00	Alteração de Cadastro de Agrotóxicos e Afins	78,00
46.00	ATOS RELATIVOS A INSPEÇÃO ANIMAL	
47.00	Registro de Estabelecimento	24,00
48.00	Alteração de Registro	49,00
49.00	Coleta de Material para Análise Físico-Químico e/ou microbiológico	18,00
50.00	ATOS RELATIVOS A DEFESA SANITÁRIA ANIMAL	
50.01	Para Bovinos e Bubalinos, destinados a quaisquer finalidades por cabeça	1,00
50.02	Para Equídeos, destinados a quaisquer finalidades por cabeça	1,00
50.03	Para Ovinos e Caprinos, destinados a quaisquer finalidades por lote de 05(cinco) cabeças, ou fração	1,00
50.04	Para Suínos, destinados a quaisquer finalidades por lote de 05 (cinco) cabeças,ou fração	1,00
50.05	Para Aves, destinados ao abate por lote de 500 (quinhentos), ou fração	1,00
50.06	Para Pintos de (01) um dia e Ovos Férteis por lote de 500 (quinhentos) ou fração	1,00
50.07	Para Crustáceos por centena, ou fração	1,00
50.08	Para Alevinos de Peixes e Pós-larvas de Camarão por milheiro,ou fração	1,00
50.09	Para Peixes Ornamentais por centena ou fração	1,00
50.10	Para as demais espécies de Animais Domésticos, Ornamentais, Exóticos e Silvestres,destinados a quaisquer finalidades	1,00

TABELA DE TAXAS DE FISCALIZAÇÃO SERVIÇOS DIVERSOS

TABELA E – EMOLUMENTOS DE COMPETÊNCIA DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

NR MP nº 115/11, Lei nº 9.562/12

CÓDIGO	HIPÓTESES DE INCIDÊNCIA RELATIVOS A POLÍCIA CIENTÍFICA	
INSTITUTO MÉDICO LEGAL		
1.1	Exame de sanidade mental	19,00
1.2	Exame toxicológico mineral	39,00
1.3	Exame toxicológico orgânico	39,00
1.4	Exame toxicológico volátil	39,00
1.5	Exame de acidente de trabalho	19,00
1.6	Exame de acidente de trabalho com especialização	39,00
1.7	Exumação para atender a interesses particulares	228,00
1.8	Exame de embriaguez alcoólica e substâncias tóxicas	39,00
1.9	Exame de conjunção carnal para atender a interesses particulares	39,00
INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA		
1.10	Laudo de exame de acidente de trânsito sem vítima	58,00
1.11	Laudo de vistoria de veículos, para fins particulares	19,00
1.12	Laudo de exame de revelação de vestígios de latentes de cunhagem a frio e metal, para fins particulares	95,00
1.13	Exame documentoscópio e de laboratório, para fins particulares	128,00
1.14	Laudo de vistoria em imóveis e semoventes, para fins particulares	78,00
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO		
1.15	Cédulas de identidade	
1.16	1ª via	2,00
1.17	2ª via	2,00
1.18	Atestado de antecedentes criminais	6,00
1.19	Atos relativos a serviços diversos – xérox	2,00
1.20	Atestado de residência	6,00
1.21	Atestado de antecedentes políticos ou sociais	6,00
1.22	Atestado para outros fins	6,00
1.23	Certidão (por folha)	5,00

CÓDIGO	HIPÓTESES DE INCIDÊNCIA RELATIVAS À VISTORIA E DOCUMENTAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL EM GERAL		
2.1	Agência de Informações(empresas de investigação)	ANUAL	60,00
2.2	Bar, Boate, Drive-in, Casas Noturnas, Restaurantes, Lanchonetes, Lojas de Conveniências e Similares em que sejam comercializadas ou consumidas bebidas alcoólicas.		
2.2.1	Com Show e Com Dança	ANUAL	822,00
2.2.2	Com Show e Sem Dança	ANUAL	722,00
2.2.3	Sem Show e Com Dança	ANUAL	622,00
2.2.4	Sem Show e Sem Dança	ANUAL	422,00
2.3	Cinemas em Geral (por sala de exibição)	ANUAL	400,00
2.4	Jogos de Habilidade, através de Máquinas ou Aparelhos Elétricos ou Eletrônicos, Mecânicos ou Manuais ou Similares explorados por pessoa física ou jurídica.	ANUAL	400,00

2.5	Pela exploração de Jogos Permitidos, inclusive Bilhares, Snookers(sinucas), Bilharinas, Boliches e similares em estabelecimentos comerciais, clubes, associações ou bares	ANUAL.	210,00
2.6	Execução Musical, Mecânica ou Sem Locutor, por equipamento elétrico ou eletrônico (gravador, alto falante ou similar) em Casa de Comércio ou Móvel.	ANUAL	170,00
2.7	Orquestra, Conjunto Musical, Música Mecânica ou Eletrônica, com ou sem inserção de moeda, em bar ou em outros estabelecimentos congêneres.	ANUAL	150,00
2.8	Parque ou Estande - por aparelho ou local de atração	UNIDADE	220,00
2.9	Parque de Patinação em recinto aberto ou fechado	UNIDADE	200,00
2.10	Bailes		
2.11	Bailes (empresa, clube ou sociedade)	POR VEZ	160,00
2.12	Circos, Concertos, Recitais e outros espetáculos teatrais com cobrança de entrada.	POR VEZ	60,00
2.13	Grandes Eventos (Rodeios, “Arrancadão”, Autódromos, Eventos de Luta, Festas Eletrônicas, Micaretas, Shows e similares) com cobrança de ingresso, mesa ou convite.	POR VEZ	400,00
2.14	Associações Recreativas, Clubes, Sociedades, Estádios que vendam ingressos, sociedades privadas, etc.	ANUAL	426,00
2.15	Salões de bailes denominados “públicos” ou de empresa, organização ou entidades que promovam ou explorem tais bailes.	ANUAL	418,00
2.16	Empresas de desmanche, recuperação ou revenda de peças de veículos usadas, ferros-velhos e empresas de reciclagem de metais.	ANUAL	612,00
2.17	Leilão de Veículos	POR VEZ	339,00
2.18	Empresa locadora de veículos	ANUAL	258,00
2.19	Estacionamento de veículos e ou revenda de veículos usados.	ANUAL	244,00
2.20	Empresas de fabricação, comercio e conserto de jóias, pedras ou metais preciosos e semipreciosos.	ANUAL	425,00
2.21	Empresas fornecedoras ou instaladoras de alarmes residenciais	ANUAL	146,00
2.22	Empresas fornecedoras ou instaladoras de alarmes para veículos	ANUAL	146,00
2.23	Empresas especializadas em confecção de chaves e em conserto de fechaduras	ANUAL	87,00
2.24	HOTEIS		
2.24.1	Até 20 quartos	ANUAL	193,00
2.24.2	De 21 a 50 quartos	ANUAL	481,00
2.24.3	Mais de 50 quartos	ANUAL	694,00
2.25	MOTEIS		
2.25.1	Até 10 quartos	ANUAL	90,00
2.25.2	De 11 a 20 quartos	ANUAL	120,00
2.25.3	De 21 a 50 quartos	ANUAL	300,00
2.25.4	Mais de 50 quartos	ANUAL	480,00
2.26	PENSÕES E Pousadas	ANUAL	277,00
2.27	Empresas que ministrem aulas de dança	ANUAL	245,39
2.28	Barraquinhas, por dia e por barraca	POR VEZ	3,60

HIPÓTESES DE INCIDÊNCIA RELATIVAS AO DETRAN		
74.01	2ª VIA PD/CNH	
74.02	Segunda via CNH	26,00
74.03	Consulta ao RENACH	22,00
75.00	ADIÇÃO DE CATEGORIA	
75.01	Adição de categoria duas rodas	26,00
75.02	Licença de aprendizagem	13,00
75.03	Consulta ao RENACH	22,00
75.04	EPDV categoria duas rodas	45,00
76.00	ADIÇÃO E MUDANÇA DE CATEGORIA	
76.01	Adição e Mudança de categoria	26,00
76.02	Licença de aprendizagem	13,00
76.03	EPDV categoria duas rodas	45,00
76.04	EPDV categoria quatro rodas	45,00
76.05	Consulta ao RENACH	22,00
77.00	AUTORIZAÇÃO PARA ESTRANGEIRO DIRIGIR VEÍCULO	
77.01	Autorização para conduzir veículo	26,00
77.02	Cadastramento no RENACH	32,00
78.00	AVERBAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATO / CONDUTOR	
78.01	Averbação de registro	26,00
78.02	Consulta ao RENACH	22,00
79.00	CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO	
79.01	Carteira Nacional de Habilitação	26,00
79.02	Consulta ao RENACH	22,00
80.00	Cópia de prontuário de condutor	15,00
81.00	EXAME PRÁTICO DE DIREÇÃO VEICULAR	
81.01	EPDV duas ou quatro rodas	45,00
81.02	Consulta ao RENACH	22,00
82.00	Licença de aprendizagem	13,00
83.00	MUDANÇA DE CATEGORIA DE HABILITAÇÃO	
83.01	Mudança de categoria quatro rodas	26,00
83.02	Licença de aprendizagem	13,00
83.03	EPDV categoria quatro rodas	45,00
83.04	Consulta ao RENACH	22,00
84.00	MUDANÇA DE DADOS DO CONDUTOR	
84.01	Consulta ao RENACH	22,00
84.02	Recadastramento no RENACH	32,00
85.00	PERMISSÃO PARA DIRIGIR CATEGORIA A e B	
85.01	Habilitação A e B	26,00
85.02	Licença de aprendizagem	13,00
85.03	EPDV categoria duas rodas	45,00
85.04	EPDV categoria quatro rodas	45,00
85.05	Cadastramento no RENACH	32,00
86.00	PERMISSÃO PARA DIRIGIR CATEGORIA A	

86.01	Habilitação categoria duas rodas	26,00
86.02	Licença de aprendizagem	13,00
86.03	EPDV categoria duas rodas	45,00
86.04	Cadastramento no RENACH	32,00
87.00	PERMISSÃO PARA DIRIGIR CATEGORIA B	
87.01	Habilitação categoria quatro rodas	26,00
87.02	Licença de aprendizagem	13,00
87.03	EPDV categoria quatro rodas	45,00
87.04	Cadastramento no RENACH	32,00
88.00	REABILITAÇÃO DE CONDUTOR CATEGORIA DUAS RODAS	
88.01	Habilitação categoria duas rodas	26,00
88.02	Licença de aprendizagem	13,00
88.03	EPDV categoria duas rodas	45,00
88.04	Consulta ao RENACH	22,00
89.00	REABILITAÇÃO DE CONDUTOR CATEGORIA QUATRO RODAS	
89.01	Habilitação categoria duas rodas	26,00
89.02	Licença de aprendizagem	13,00
89.03	EPDV categoria quatro rodas	45,00
89.04	Consulta ao RENACH	22,00
90.00	REABILITAÇÃO DE CONDUTOR CATEGORIA DUAS E QUATRO RODAS	
90.01	Reabilitação de Condutor A e B	26,00
90.02	Licença de aprendizagem	13,00
90.03	EPDV categoria duas rodas	45,00
90.04	EPDV categoria quatro rodas	45,00
90.05	Consulta ao RENACH	22,00
91.00	EXAME PRÁTICO DE DIREÇÃO VEICULAR DE DEFICIENTE FÍSICO	
91.01	EPDV categoria quatro rodas	45,00
91.02	Exame médico	25,00
91.03	Consulta ao RENACH	22,00
92.00	RENOVAÇÃO DA CNH	
92.01	Renovação da CNH	26,00
92.02	Consulta ao RENACH	22,00
93.00	Registro de livros de oficinas/desmanches	15,00
94.00	Cadastramento de oficinas mecânicas e desmanches	46,00
95.00	Registro e Licença de Centro de Formação de Condutores	135,00
96.00	Registro e Licença de Clínicas Médicas	125,00
97.00	Exame de Aptidão Física e Mental	25,00
98.00	Exame psicológico	25,00
99.00	Exame teórico técnico	20,00
100.00	Credenciamento de despachante pessoa física	125,00
101.00	Credenciamento de despachante pessoa jurídica	125,00
102.00	Credenciamento de veículo de CFC (aprendizagem)	46,00

103.00	Emissão especial de Certificado de Registro de Veículos - CRV	81,00
104.00	Emissão especial de Certificado de Registro de Licenciamento de Veículos – CRLV	81,00
105.00	Emissão especial de Carteira Nacional de Habilitação - CNH	81,00
106.00	Credenciamento e Renovação de despachantes (pessoa jurídica)	125,00
107.00	Vistoria especial (com deslocamento)	81,00
108.00	REGISTRO DE VEÍCULO SEM GRAVAME	
108.01	Primeiro emplacamento	26,00
108.02	Lacração de placas	14,00
108.03	Autorização para confecção de placas	9,00
108.04	Vistoria para registro no Formulário RENAVAM	15,00
108.05	Consulta ao RENAVAM	22,00
108.06	Cadastramento no RENAVAM	32,00
109.00	REGISTRO DE VEÍCULO COM GRAVAME	
109.01	Primeiro emplacamento	26,00
109.02	Lacração de placas	14,00
109.03	Autorização para confecção de placas	9,00
109.04	Vistoria para registro no Formulário RENAVAM	15,00
109.05	Consulta ao RENAVAM	22,00
109.06	Cadastramento no RENAVAM	32,00
109.07	Cadastramento no SNG (Sistema Nacional de Gravame)	32,00
110.00	Renovação de Licenciamento de Veículo	45,00
111.00	BAIXA DE GRAVAME DE VEÍCULO	
111.01	Baixa de Alienação Fiduciária, Reserva de Domínio e Arrendamento Mercantil	26,00
111.02	Vistoria para registro no Formulário RENAVAM	15,00
111.03	Consulta ao RENAVAM	22,00
112.00	BAIXA DE VEÍCULO	
112.01	Certidão	22,00
112.02	Consulta ao RENAVAM	22,00
112.03	Descadastramento no RENAVAM	32,00
113.00	Certidões	22,00
114.00	COMUNICAÇÃO DE VENDA DO VEÍCULO	
114.01	Cadastramento no Sistema Local	32,00
115.00	INFORMAÇÃO DE VENDA DE VEÍCULO	
115.01	Cadastramento no Sistema Local	32,00
116.00	Depósito de Veículo (diária)	3,00
117.00	2ª VIA DO CRV	
117.01	2ª via do CRV	26,00
117.02	Vistoria para registro no Formulário RENAVAM	15,00
117.03	Consulta ao RENAVAM	22,00
117.04	Recadastramento no RENAVAM	32,00
118.00	2ª VIA DO CRLV	
118.01	2ª via do CRLV	26,00

118.02	Vistoria para registro no Formulário RENAVAM	15,00
118.03	Consulta ao RENAVAM	22,00
119.00	Registro de cópia fotostática	3,00
120.00	MUDANÇA DE CARACTERÍSTICA	
120.01	Alteração de características/dados do veículo	26,00
120.02	Vistoria para registro no Formulário RENAVAM (2)	30,00
120.03	Consulta ao RENAVAM	22,00
120.04	Recadastramento no RENAVAM	32,00
121.00	MUDANÇA DE CATEGORIA	
121.01	Mudança de Categoria	26,00
121.02	Relacração de placa	14,00
121.03	Autorização e confecção de placas	9,00
121.04	Vistoria para registro no Formulário RENAVAM	15,00
121.05	Consulta ao RENAVAM	22,00
121.06	Recadastramento no RENAVAM	32,00
122.00	MUDANÇA DE DADOS DE VEÍCULO	
122.01	Alteração de dados do veículo	26,00
122.02	Vistoria para registro no Formulário RENAVAM	15,00
122.03	Consulta ao RENAVAM	22,00
122.04	Recadastramento no RENAVAM	32,00
123.00	MUDANÇA DE MUNICÍPIO(MARANHÃO)	
123.01	Alteração de características/dados do veículo	26,00
123.02	Relacração de placas	14,00
123.03	Autorização para confecção de tarjeta	9,00
123.04	Vistoria para registro no Formulário RENAVAM	15,00
123.05	Consulta ao RENAVAM	22,00
123.06	Recadastramento no RENAVAM	32,00
124.00	MUDANÇA DE PLACA DE 2 PARA 3 LETRAS	
124.01	Mudança de placa	26,00
124.02	Relacração de placa	14,00
124.03	Autorização para confecção de placas	9,00
124.04	Vistoria para registro no Formulário RENAVAM	15,00
124.05	Consulta ao RENAVAM	22,00
124.06	Recadastramento no RENAVAM	32,00
125.00	MUDANÇA DE PROPRIEDADE	
125.01	Mudança de propriedade	26,00
125.02	Vistoria para registro no Formulário RENAVAM	15,00
125.03	Consulta ao RENAVAM	22,00
125.04	Recadastramento no RENAVAM	32,00
126.00	MUDANÇA DE UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE VEÍCULO	
126.01	Mudança de veículo de outro estado	26,00
126.02	Relacração de placas / tarjeta	14,00
126.03	Vistoria para registro no Formulário RENAVAM	15,00
126.04	Consulta ao RENAVAM	22,00

126.05	Recadastramento no RENAVAM	32,00
127.00	GRAVAÇÃO DE CHASSI (FABRICAÇÃO PRÓPRIA)	
127.01	Gravação de chassi	26,00
127.02	Vistoria para registro no Formulário RENAVAM(antes e depois)	30,00
128.00	GRAVAÇÃO DE CHASSI VEÍCULO USADO	
128.01	Gravação de chassi	26,00
128.02	Vistoria para registro no Formulário RENAVAM (antes e depois)	30,00
128.03	Consulta ao RENAVAM	22,00
129.00	REGRAVAÇÃO DE CHASSI	
129.01	Alteração de dados do veículo	26,00
129.02	Vistoria para registro no formulário RENAVAM	14,00
129.03	Consulta ao RENAVAM	22,00
129.04	Autorização para regravação do chassi	27,00
129.05	Recadastramento no RENAVAM	32,00
130.00	SUBSTITUIÇÃO DE TARJETA	
130.01	Autorização para confecção de tarjeta	6,00
130.02	Vistoria para registro no formulário RENAVAM	15,00
131.00	SUBSTITUIÇÃO DE PLACA TRASEIRA	
131.01	Lacração de placas	14,00
131.02	Autorização para confecção de placas	9,00
131.03	Vistoria para registro no formulário RENAVAM	15,00
132.00	SUBSTITUIÇÃO DE PLACA DIANTEIRA	
132.01	Autorização para confecção de placas	9,00
132.02	Vistoria para registro no formulário RENAVAM	15,00
133.00	SUBSTITUIÇÃO DE LACRE	
133.01	Relacração de placas	14,00
133.02	Vistoria para registro no formulário RENAVAM	15,00
134.00	BLOQUEIO DE GRANDE, MÉDIA E PEQUENA MONTA	
134.01	Bloqueio	32,00
134.02	Certidão	22,00
135.00	UTILIZAÇÃO DE PLACA DE EXPERIÊNCIA	
135.01	Utilização de placa de experiência	92,00
135.02	Autorização para confecção de placas	9,00
136.00	Vistoria com emissão de Laudo	23,00
137.00	Reboque por KM rodado	5,00
137.01	Habilitação de terceiros à base de dados – AC Lei nº 8.088/04	60,00
137.02	Reabilitação de terceiros à base de dados - AC Lei nº 8.088/04	90,00
137.03	Controle de carga horário eletrônico de prática de direção veicular – AC Lei nº 8.088/04	9,00
137.04	Controle de carga horário eletrônico de exame teórico técnico – AC Lei nº 8.088/04	9,00
137.05	Laudo vistoria técnica de segurança veicular - AC Lei nº 8.088/04	80,00
137.06	Credenciamento de fabricante de placa - AC Lei nº 8.088/04	135,00

137.07	Credenciamento de inspetor de trânsito - AC Lei nº 8.088/04	125,00
138.00	Telex	5,00
139.00	Atos relativos a serviços diversos – xérox	2,00

NR TABELA E pela MP nº 115/11

Redação Anterior – efeitos até 20.12.2011

TABELA DE TAXAS DE FISCALIZAÇÃO SERVIÇOS DIVERSOS
TABELA E - EMOLUMENTOS DA GERÊNCIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, SEGURANÇA
PÚBLICA E CIDADANIA

Código	Incidência	Valor
51.00	Atos relativos à fiscalização de armas, munições, explosivos e inflamáveis: Licença para registro e utilização de armas	39,00
52.00	Atos relativos à fiscalização de armas, munições, explosivos e inflamáveis: Licença para registro e utilização de armas de esporte ou caça	39,00
53.00	Atos relativos à fiscalização de armas, munições, explosivos e inflamáveis: Termo de entrega de armas apreendidas	39,00
54.00	Atos relativos à fiscalização de armas, munições, explosivos e inflamáveis: Licença para oficina de armeiro, cromagem e oxidação de armas	46,00
55.00	Atos relativos à fiscalização de armas, munições, explosivos e inflamáveis: Cancelamento de registro de armas	39,00
56.01	Atos relativos à fiscalização de espetáculos, jogos e diversões temporárias ou permanentes: Cinema de 1ª Classe, por ano (na capital)	228,00
56.02	Atos relativos à fiscalização de espetáculos, jogos e diversões temporárias ou permanentes: Cinema de 2ª Classe, por ano (na capital)	114,00
56.03	Atos relativos à fiscalização de espetáculos, jogos e diversões temporárias ou permanentes: Cinema de 3ª Classe, por ano (na capital)	57,00
56.04	Atos relativos à fiscalização de espetáculos, jogos e diversões temporárias ou permanentes: Cinema de 1ª Classe, por ano (no interior)	114,00
56.05	Atos relativos à fiscalização de espetáculos, jogos e diversões temporárias ou permanentes: Cinema 2ª classe, por ano (no interior)	57,00
57.01	Pelo funcionamento de parque de diversões, pavilhões, ou local de tiro ao alvo, armação de caráter recreativo, definitivo ou temporário, por mês ou fração de mês: na capital- 1ª classe	80,00
57.02	Pelo funcionamento de parques de diversões, pavilhões, ou local de tiro ao alvo, armação de caráter recreativo, definitivo ou temporário, por mês ou fração de mês: na capital - 2ª classe	40,00
57.03	Pelo funcionamento de parque de diversões, pavilhões, ou local de tiro ao alvo, armação de caráter recreativo, definitivo ou temporário, por mês ou fração de mês: no interior - 1ª classe	40,00
57.04	Pelo funcionamento de parques de diversões, pavilhões, ou local de tiro ao alvo, armação de caráter recreativo, definitivo ou temporário, por mês ou fração de mês: no interior - 2ª classe	19,00

58.00	<i>Pelo funcionamento de empresas, organizações ou quaisquer entidade, bem como clubes sociais, união de moradores associações ou similares que promovam ou explorem, bailes, festas e "shows" públicos, por ano - 1ª classe (na capital)</i>	228,00
58.01	<i>Pelo funcionamento de empresas, organizações ou quaisquer entidade, bem como clubes sociais, união de moradores associações ou similares que promovam ou explorem, bailes, festas e "shows" públicos, por dia - 1ª classe (na capital)</i>	46,00
58.02	<i>Pelo funcionamento de empresas, organizações ou quaisquer entidade, bem como clubes sociais, união de moradores, associações ou similares que promovam ou explorem, bailes, festas e "shows" públicos, por ano 2ª classe (na capital)</i>	114,00
58.03	<i>Pelo funcionamento de empresas, organizações ou quaisquer entidade, bem como clubes sociais, união de moradores, associações ou similares que promovam ou explorem, bailes, festas e "shows" públicos, por dia 2ª classe (na capital)</i>	17,00
58.04	<i>Pelo funcionamento de empresas, organizações ou quaisquer entidade, bem como clubes sociais, união de moradores, associações ou similares que promovam ou explorem, bailes, festas e "shows" públicos, por ano 1ª classe (no interior)</i>	114,00
58.05	<i>Pelo funcionamento de empresas, organizações ou quaisquer entidade, bem como clubes sociais, união de moradores, associações ou similares que promovam ou explorem, bailes, festas e "shows" públicos por dia - 1ª classe (no interior)</i>	23,00
58.06	<i>Pelo funcionamento de empresas, organizações ou quaisquer entidade, bem como clubes sociais, união de moradores, associações ou similares que promovam ou explorem, bailes, festas e "shows" públicos por ano -2ª classe (no interior)</i>	57,00
58.07	<i>Pelo funcionamento de empresas, organizações ou quaisquer entidade, bem como clubes sociais, união de moradores, associações ou similares que promovam ou explorem, bailes, festas e "shows" públicos por dia-2ª classe (no interior)</i>	10,00
59.00	<i>Pelo funcionamento de entidades, empresas ou organizações que ministre aulas práticas de dança, por mês</i>	137,00
60.00	<i>Pelo funcionamento de cabaré, dancing, boíte, grilroome, restaurante dançante, restaurante musical, bar musical ou similares, por ano, podendo ser pago em até 06 (seis) parcelas mensais - 1ª classe capital</i>	459,00
60.01	<i>Pelo funcionamento de cabaré, dancing, boíte, grilroom, restaurante dançante, restaurante musical, bar musical ou similares, por mês, - 1ª classe (na capital)</i>	46,00
60.02	<i>Pelo funcionamento de cabaré, dancing, boíte, grilroom, restaurante dançante, restaurante musical, bar musical ou similar, por ano, podendo ser pago em até 06 (seis) parcelas mensais-2ª classe (na capital)</i>	321,00
60.03	<i>Pelo funcionamento de cabaré, dancing, boíte, grilroom, restaurante dançante, restaurante musical, bar musical ou similares, por mês, - 2ª classe (na capital)</i>	23,00
60.04	<i>Pelo funcionamento de cabaré, dancing, boíte, grilroom, restaurante dançante, restaurante musical, bar musical ou similares, por ano, podendo ser pago em até 06 (seis) parcelas mensais - 3ª classe (na capital)</i>	230,00
60.05	<i>Pelo funcionamento de cabaré, dancing, boíte, grilroom, restaurante dançante, restaurante musical, bar musical ou similares, por mês, - 3ª classe (na capital)</i>	11,00
60.06	<i>Pelo funcionamento de cabaré, dancing, boíte, grilroom, restaurante dançante, restaurante musical, bar musical ou similares, por ano, podendo ser pago em até 06 (seis) parcelas mensais - 1ª classe (no interior)</i>	367,00
60.07	<i>Pelo funcionamento de cabaré, dancing, boíte, grilroom, restaurante dançante, restaurante musical, bar musical ou similares, por mês, - 1ª classe (no interior)</i>	34,00

60.08	<i>Pelo funcionamento de cabaré, dancing, boíte, griloom, restaurante dançante, restaurante musical, bar musical ou similares, por ano, podendo ser pago em até 06 (seis) parcelas mensais -2ª classe (no interior)</i>	216,00
60.09	<i>Pelo funcionamento de cabaré, dancing, boíte, griloom, restaurante dançante, restaurante musical, bar musical ou similares, por mês, -2ª classe (no interior)</i>	11,00
60.09.1	<i>Pelo funcionamento de cabaré, dancing, boíte, griloom, restaurante dançante, restaurante musical, bar musical ou similares, por ano, podendo ser pago em até 06 (seis) parcelas mensais -3ª classe (no interior)</i>	163,00
60.09.2	<i>Pelo funcionamento de cabaré, dancing, boíte, griloom, restaurante dançante, restaurante musical, bar musical ou similares, por mês, -3ª classe (no interior)</i>	6,00
61.00	<i>Pela exploração de jogos permitidos, inclusive bilhares, "snookers", bilharinas, boliches e similares, em estabelecimentos comerciais, clubes, associações ou bares, podendo ser pago em até 06 (seis) parcelas mensais- 1ª classe na capital ou no interior, por ano</i>	114,00
61.01	<i>Pela exploração de jogos permitidos, inclusive bilhares, "snookers", bilharinas, boliches e similares, em estabelecimentos comerciais, clubes, associações ou bares, - 1ª classe na capital ou no interior, por mês</i>	23,00
61.02	<i>Pela exploração de jogos permitidos, inclusive bilhares, "snookers", bilharinas, boliches e similares, em estabelecimentos comerciais, clubes, associações ou bares, 1ª classe, na capital ou no interior, por unidade</i>	17,00
61.03	<i>Pela exploração de jogos permitidos, inclusive bilhares, "snookers", bilharinas, boliches e similares, em estabelecimentos comerciais, clubes, associações ou bares, 2ª classe, na capital ou no interior, por ano</i>	57,00
61.04	<i>Pela exploração de jogos permitidos, inclusive bilhares, "snookers", bilharinas, boliches e similares, em estabelecimentos comerciais, clubes, associações ou bares, 2ª classe, na capital ou no interior, por mês</i>	11,00
61.05	<i>Pela exploração de jogos permitidos, inclusive bilhares, "snookers", bilharinas, boliches e similares, em estabelecimentos comerciais, clubes, associações ou bares, 2ª classe, na capital ou no interior, por unidade</i>	9,00
61.06	<i>Pela exploração de jogos como bingo, diversões eletrônicas e similares, permanentes ou temporárias, por ano - na capital</i>	571,00
61.07	<i>Pela exploração de jogos como bingo, diversões eletrônicas e similares, permanentes ou temporárias, por mês, por unidade - na capital</i>	17,00
61.08	<i>Pela exploração de jogos como bingo, diversões eletrônicas e similares, permanentes ou temporárias, por ano - no interior</i>	286,00
61.09	<i>Pela exploração de jogos como bingo, diversões eletrônicas e similares, permanentes ou temporárias, por mês, por unidade - no interior</i>	9,00
62.00	<i>Pelo funcionamento de barraquinhas, por dia e por barraca</i>	2,00
63.01	<i>Pelo funcionamento de circos, circos-teatro e assemelhados, por dia: de 1ª classe</i>	9,00
63.02	<i>Pelo funcionamento de circos, circos-teatro e assemelhados, por mês- 1ª classe</i>	80,00
63.03	<i>Pelo funcionamento de circos, circos-teatro e assemelhados, por dia - 2ª classe</i>	6,00
63.04	<i>Pelo funcionamento de circos, circos-teatro e assemelhados, por mês - 2ª classe</i>	40,00
64.00	<i>Cinema-teatro, até 30 dias</i>	23,00
65.00	<i>Cinema até 30 dias</i>	23,00
66.00	<i>Bailes públicos, por vez ou função - na capital</i>	46,00
67.01	<i>Bailes públicos, por vez ou função - no interior</i>	23,00
68.00	<i>Bailes carnavalescos, por vez ou função - na capital</i>	51,00

68.01	Bailes carnavalescos, por vez ou função - no interior	28,00
69.00	Pelo funcionamento eventual de modalidade de diversões, fora dos especificados, por dia	2,00
70.01	Alvará anual de registro de hotéis e motéis: Na capital de 1a classe	458,00
70.02	Alvará anual de registro de hotéis e motéis: Na capital de 2a classe	344,00
70.03	Alvará anual de registro de hotéis e motéis: Na capital de 3a classe	230,00
70.04	Alvará anual de registro de hotéis e motéis: No interior de 1a classe	305,00
70.05	Alvará anual de registro de hotéis e motéis: No interior de 2a classe	267,00
70.06	Alvará anual de registro de hotéis e motéis: No interior de 3a classe	191,00
71.01	Alvará anual de registro de pensões, casa de cômodo e pensionatos, podendo ser pagos em até 4 parcelas mensais: de classe "A"	153,00
71.02	Alvará anual de registro de pensões, casa de cômodo e pensionatos, podendo ser pagos em até 4 parcelas mensais: de classe "B"	113,00
71.03	Alvará anual de registro de pensões, casa de cômodo e pensionatos, podendo ser pagos em até 4 parcelas mensais: de classe "C"	68,00
72.01	Alvará anual de registro de dormitórios, podendo ser pago em até 4 parcelas mensais: de classe "A"	77,00
72.02	Alvará anual de registro de dormitórios, podendo ser pago em até 4 parcelas mensais: de classe "B"	57,00
73.00	Pelo funcionamento de bares musicais e restaurantes dançantes, por vez	19,00
74.00	ATOS RELATIVOS AO DETRAN	
74.01	2ª VIA PD/CNH	
74.02	Segunda via CNH	26,00
74.03	Consulta ao RENACH	22,00
75.00	ADIÇÃO DE CATEGORIA	
75.01	Adição de categoria duas rodas	26,00
75.02	Licença de aprendizagem	13,00
75.03	Consulta ao RENACH	22,00
75.04	EPDV categoria duas rodas	45,00
76.00	ADIÇÃO E MUDANÇA DE CATEGORIA	
76.01	Adição e Mudança de categoria	26,00
76.02	Licença de aprendizagem	13,00
76.03	EPDV categoria duas rodas	45,00
76.04	EPDV categoria quatro rodas	45,00
76.05	Consulta ao RENACH	22,00
77.00	AUTORIZAÇÃO PARA ESTRANGEIRO DIRIGIR VEÍCULO	
77.01	Autorização para conduzir veículo	26,00
77.02	Cadastramento no RENACH	32,00
78.00	AVERBAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATO / CONDUTOR	
78.01	Averbação de registro	26,00
78.02	Consulta ao RENACH	22,00
79.00	CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO	
79.01	Carteira Nacional de Habilitação	26,00
79.02	Consulta ao RENACH	22,00
80.00	Cópia de prontuário de condutor	15,00
81.00	EXAME PRÁTICO DE DIREÇÃO VEICULAR	

81.01	EPDV duas ou quatro rodas	45,00
81.02	Consulta ao RENACH	22,00
82.00	Licença de aprendizagem	13,00
83.00	MUDANÇA DE CATEGORIA DE HABILITAÇÃO	
83.01	Mudança de categoria quatro rodas	26,00
83.02	Licença de aprendizagem	13,00
83.03	EPDV categoria quatro rodas	45,00
83.04	Consulta ao RENACH	22,00
84.00	MUDANÇA DE DADOS DO CONDUTOR	
84.01	Consulta ao RENACH	22,00
84.02	Recadastramento no RENACH	32,00
85.00	PERMISSÃO PARA DIRIGIR CATEGORIA A e B	
85.01	Habilitação A e B	26,00
85.02	Licença de aprendizagem	13,00
85.03	EPDV categoria duas rodas	45,00
85.04	EPDV categoria quatro rodas	45,00
85.05	Cadastramento no RENACH	32,00
86.00	PERMISSÃO PARA DIRIGIR CATEGORIA A	
86.01	Habilitação categoria duas rodas	26,00
86.02	Licença de aprendizagem	13,00
86.03	EPDV categoria duas rodas	45,00
86.04	Cadastramento no RENACH	32,00
87.00	PERMISSÃO PARA DIRIGIR CATEGORIA B	
87.01	Habilitação categoria quatro rodas	26,00
87.02	Licença de aprendizagem	13,00
87.03	EPDV categoria quatro rodas	45,00
87.04	Cadastramento no RENACH	32,00
88.00	REABILITAÇÃO DE CONDUTOR CATEGORIA DUAS RODAS	
88.01	Habilitação categoria duas rodas	26,00
88.02	Licença de aprendizagem	13,00
88.03	EPDV categoria duas rodas	45,00
88.04	Consulta ao RENACH	22,00
89.00	REABILITAÇÃO DE CONDUTOR CATEGORIA QUATRO RODAS	
89.01	Habilitação categoria duas rodas	26,00
89.02	Licença de aprendizagem	13,00
89.03	EPDV categoria quatro rodas	45,00
89.04	Consulta ao RENACH	22,00
90.00	REABILITAÇÃO DE CONDUTOR CATEGORIA DUAS E QUATRO RODAS	
90.01	Reabilitação de Condutor A e B	26,00
90.02	Licença de aprendizagem	13,00
90.03	EPDV categoria duas rodas	45,00
90.04	EPDV categoria quatro rodas	45,00
90.05	Consulta ao RENACH	22,00
91.00	EXAME PRÁTICO DE DIREÇÃO VEICULAR DE DEFICIENTE FÍSICO	
91.01	EPDV categoria quatro rodas	45,00

91.02	Exame médico	25,00
91.03	Consulta ao RENACH	22,00
92.00	RENOVAÇÃO DA CNH	
92.01	Renovação da CNH	26,00
92.02	Consulta ao RENACH	22,00
93.00	Registro de livros de oficinas/desmanches	15,00
94.00	Cadastramento de oficinas mecânicas e desmanches	46,00
95.00	Registro e Licença de Centro de Formação de Condutores	135,00
96.00	Registro e Licença de Clínicas Médicas	125,00
97.00	Exame de Aptidão Física e Mental	25,00
98.00	Exame psicológico	25,00
99.00	Exame teórico técnico	20,00
100.00	Credenciamento de despachante pessoa física	125,00
101.00	Credenciamento de despachante pessoa jurídica	125,00
102.00	Credenciamento de veículo de CFC (aprendizagem)	46,00
103.00	Emissão especial de Certificado de Registro de Veículos - CRV	81,00
104.00	Emissão especial de Certificado de Registro de Licenciamento de Veículos – CRLV	81,00
105.00	Emissão especial de Carteira Nacional de Habilitação - CNH	81,00
106.00	Credenciamento e Renovação de despachantes (pessoa jurídica)	125,00
107.00	Vistoria especial (com deslocamento)	81,00
108.00	REGISTRO DE VEÍCULO SEM GRAVAME	
108.01	Primeiro emplacamento	26,00
108.02	Lacração de placas	14,00
108.03	Autorização para confecção de placas	9,00
108.04	Vistoria para registro no Formulário RENAVAM	15,00
108.05	Consulta ao RENAVAM	22,00
108.06	Cadastramento no RENAVAM	32,00
109.00	REGISTRO DE VEÍCULO COM GRAVAME	
109.01	Primeiro emplacamento	26,00
109.02	Lacração de placas	14,00
109.03	Autorização para confecção de placas	9,00
109.04	Vistoria para registro no Formulário RENAVAM	15,00
109.05	Consulta ao RENAVAM	22,00
109.06	Cadastramento no RENAVAM	32,00
109.07	Cadastramento no SNG (Sistema Nacional de Gravame)	32,00
110.00	Renovação de Licenciamento de Veículo	45,00
111.00	BAIXA DE GRAVAME DE VEÍCULO	
111.01	Baixa de Alienação Fiduciária, Reserva de Domínio e Arrendamento Mercantil	26,00
111.02	Vistoria para registro no Formulário RENAVAM	15,00
111.03	Consulta ao RENAVAM	22,00
112.00	BAIXA DE VEÍCULO	
112.01	Certidão	22,00
112.02	Consulta ao RENAVAM	22,00
112.03	Descadastramento no RENAVAM	32,00
113.00	Certidões	22,00

114.00	COMUNICAÇÃO DE VENDA DO VEÍCULO	
114.01	Cadastramento no Sistema Local	32,00
115.00	INFORMAÇÃO DE VENDA DE VEÍCULO	
115.01	Cadastramento no Sistema Local	32,00
116.00	Depósito de Veículo (diária)	3,00
117.00	2ª VIA DO CRV	
117.01	2ª via do CRV	26,00
117.02	Vistoria para registro no Formulário RENAVAM	15,00
117.03	Consulta ao RENAVAM	22,00
117.04	Recadastramento no RENAVAM	32,00
118.00	2ª VIA DO CRLV	
118.01	2ª via do CRLV	26,00
118.02	Vistoria para registro no Formulário RENAVAM	15,00
118.03	Consulta ao RENAVAM	22,00
119.00	Registro de cópia fotostática	3,00
120.00	MUDANÇA DE CARACTERÍSTICA	
120.01	Alteração de características/dados do veículo	26,00
120.02	Vistoria para registro no Formulário RENAVAM (2)	30,00
120.03	Consulta ao RENAVAM	22,00
120.04	Recadastramento no RENAVAM	32,00
121.00	MUDANÇA DE CATEGORIA	
121.01	Mudança de Categoria	26,00
121.02	Relacração de placa	14,00
121.03	Autorização e confecção de placas	9,00
121.04	Vistoria para registro no Formulário RENAVAM	15,00
121.05	Consulta ao RENAVAM	22,00
121.06	Recadastramento no RENAVAM	32,00
122.00	MUDANÇA DE DADOS DE VEÍCULO	
122.01	Alteração de dados do veículo	26,00
122.02	Vistoria para registro no Formulário RENAVAM	15,00
122.03	Consulta ao RENAVAM	22,00
122.04	Recadastramento no RENAVAM	32,00
123.00	MUDANÇA DE MUNICÍPIO(MARANHÃO)	
123.01	Alteração de características/dados do veículo	26,00
123.02	Relacração de placas	14,00
123.03	Autorização para confecção de tarjeta	9,00
123.04	Vistoria para registro no Formulário RENAVAM	15,00
123.05	Consulta ao RENAVAM	22,00
123.06	Recadastramento no RENAVAM	32,00
124.00	MUDANÇA DE PLACA DE 2 PARA 3 LETRAS	
124.01	Mudança de placa	26,00
124.02	Relacração de placa	14,00
124.03	Autorização para confecção de placas	9,00
124.04	Vistoria para registro no Formulário RENAVAM	15,00
124.05	Consulta ao RENAVAM	22,00

124.06	Recadastramento no RENAVAM	32,00
125.00	MUDANÇA DE PROPRIEDADE	
125.01	Mudança de propriedade	26,00
125.02	Vistoria para registro no Formulário RENAVAM	15,00
125.03	Consulta ao RENAVAM	22,00
125.04	Recadastramento no RENAVAM	32,00
126.00	MUDANÇA DE UNIDADE DA FEDERAÇÃO DE VEÍCULO	
126.01	Mudança de veículo de outro estado	26,00
126.02	Relacração de placas / tarjeta	14,00
126.03	Vistoria para registro no Formulário RENAVAM	15,00
126.04	Consulta ao RENAVAM	22,00
126.05	Recadastramento no RENAVAM	32,00
127.00	GRAVAÇÃO DE CHASSI (FABRICAÇÃO PRÓPRIA)	
127.01	Gravação de chassi	26,00
127.02	Vistoria para registro no Formulário RENAVAM(antes e depois)	30,00
128.00	GRAVAÇÃO DE CHASSI VEÍCULO USADO	
128.01	Gravação de chassi	26,00
128.02	Vistoria para registro no Formulário RENAVAM (antes e depois)	30,00
128.03	Consulta ao RENAVAM	22,00
129.00	REGRAVAÇÃO DE CHASSI	
129.01	Alteração de dados do veículo	26,00
129.02	Vistoria para registro no formulário RENAVAM	14,00
129.03	Consulta ao RENAVAM	22,00
129.04	Autorização para regravação do chassi	27,00
129.05	Recadastramento no RENAVAM	32,00
130.00	SUBSTITUIÇÃO DE TARJETA	
130.01	Autorização para confecção de tarjeta	6,00
130.02	Vistoria para registro no formulário RENAVAM	15,00
131.00	SUBSTITUIÇÃO DE PLACA TRASEIRA	
131.01	Lacração de placas	14,00
131.02	Autorização para confecção de placas	9,00
131.03	Vistoria para registro no formulário RENAVAM	15,00
132.00	SUBSTITUIÇÃO DE PLACA DIANTEIRA	
132.01	Autorização para confecção de placas	9,00
132.02	Vistoria para registro no formulário RENAVAM	15,00
133.00	SUBSTITUIÇÃO DE LACRE	
133.01	Relacração de placas	14,00
133.02	Vistoria para registro no formulário RENAVAM	15,00
134.00	BLOQUEIO DE GRANDE, MÉDIA E PEQUENA MONTA	
134.01	Bloqueio	32,00
134.02	Certidão	22,00
135.00	UTILIZAÇÃO DE PLACA DE EXPERIÊNCIA	
135.01	Utilização de placa de experiência	92,00
135.02	Autorização para confecção de placas	9,00
136.00	Vistoria com emissão de Laudo	23,00

137.00	Reboque por KM rodado	5,00
137.01	Habilitação de terceiros à base de dados – AC Lei nº 8.088/04	60,00
137.02	Reabilitação de terceiros à base de dados - AC Lei nº 8.088/04	90,00
137.03	Controle de carga horário eletrônico de prática de direção veicular – AC Lei nº 8.088/04	9,00
137.04	Controle de carga horário eletrônico de exame teórico técnico – AC Lei nº 8.088/04	9,00
137.05	Laudos vistoria técnica de segurança veicular - AC Lei nº 8.088/04	80,00
137.06	Credenciamento de fabricante de placa - AC Lei nº 8.088/04	135,00
137.07	Credenciamento de inspetor de trânsito - AC Lei nº 8.088/04	125,00
138.00	Telex	5,00
139.00	Atos relativos a serviços diversos - xerox	2,00
140.00	Atestado de antecedentes criminais ou policiais	9,00
141.00	Atestado de residência	6,00
142.00	Atestado de antecedentes políticos ou sociais	9,00
143.00	Atestado para outros fins	9,00
144.00	Certidão (por folha)	5,00
145.00	Cédula de identidade (por via)	5,00
146.00	Pelo registro, licenciamento e fiscalização de firma ou entidade especializada em vigilância ostensiva e numerários, ou de empresas que mantêm por si próprias essas atividades	
146.01	Registro anual e sua validade anual	228,00
146.02	Pela vistoria	115,00
146.03	Pela orientação, controle e fiscalização do pessoal destinado ao serviço (por ano)	115,00
147.00	POR EXAME E EXPEDIENTE RELACIONADO COM A MEDICINA LEGAL	
147.01	Exame de sanidade mental	19,00
147.02	Exame toxicológico mineral	39,00
147.03	Exame toxicológico orgânico	39,00
147.04	Exame toxicológico volátil	39,00
147.05	Exame de acidente de trabalho	19,00
147.06	Exame de acidente de trabalho com especialização	39,00
147.07	Exumação para atender a interesses particulares	228,00
147.08	Exame de embriaguez alcoólica e substâncias tóxicas	39,00
147.09	Exame de conjunção carnal para atender a interesses particulares	39,00
148.00	POR EXAME E EXPEDIENTE RELACIONADO COM A CRIMINALÍSTICA	
148.01	Laudos de exame de acidente de trânsito sem vítima	39,00
148.02	Laudos de vistoria de veículos, para fins particulares	19,00
148.03	Laudos de exame de revelação de vestígios de latentes de cunhagem a frio e metal, para fins particulares	46,00
148.04	Exame documentoscópico e de laboratório, para fins particulares	46,00
148.05	Laudos de vistoria em imóveis e semoventes, para fins particulares	46,00

TABELA DAS TAXAS DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS
**TABELA F - EMOLUMENTOS DA GERÊNCIA DE ESTADO DE
DESENVOLVIMENTO HUMANO**

Código	Incidência	Valor
--------	------------	-------

149.00	Registro de diploma de curso de nível superior de formados por escolas do País ou reconhecidas pelo Governo Federal	6,00
--------	---	------

TABELA DAS TAXAS DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS
Art. 98 da Lei 3.875/77, com a nova redação dada pela Lei 7.383/100
TABELA G - EMOLUMENTOS DA GERÊNCIA DE QUALIDADE DE VIDA

Código	Incidência	Valor
150.00	Aprovação de medicamentos ou produtos químicos não especificados	4,00
151.00	Certificado de aprovação de aparelhos, utensílios, vasilhas, acondicionamento de substâncias de uso público	4,00
152.01	Expurgo de prédios até 50 m ²	4,00
152.02	Expurgo de prédios de mais de 50 m ² , para cada metro	2,00
153.00	Guia de requisição de tóxicos	2,00
154.00	Licença para a abertura de farmácia, drogaria, laboratório farmacêutico e de análise de pesquisas clínicas: Início das atividades	32,00
154.01	Licença para abertura de farmácia, drogaria, laboratório farmacêutico e de análise de pesquisas clínicas: Renovação anual	16,00
155.00	Licença para optometristas - Início das atividades	4,00
155.01	Licença para optometristas - Renovação anual	2,00
156.00	Licença para venda de material dentário - Início das atividades	18,00
156.01	Licença para venda de material dentário - Renovação anual	15,00
157.00	Licença para funcionamento de oficinas de prótese - Início das atividades	18,00
157.01	Licença para funcionamento de oficinas de prótese - Renovação anual	15,00
158.00	Licença para venda de substâncias venosas - Início das atividades	18,00
158.01	Licença para venda de substâncias venosas - Renovação anual	6,00
159.00	Licença para venda de medicamentos por pessoas idôneas, nas localidades onde não houver farmácia ou drogaria - Início das atividades	18,00
159.01	Licença para venda de medicamentos por pessoas idôneas, nas localidades onde não houver farmácia ou drogaria - Renovação anual	15,00
160.00	Licença para abertura de maternidade, casas de saúde, sanatórios, policlínicas, gabinetes, ambulatórios e estabelecimentos congêneres	9,00
161.00	Licença para funcionamento de laticínios ou casas de laticínios	12,00
162.00	Licença anual para venda de leite cru	6,00
163.00	Licença não especificada	6,00
164.00	Termo de responsabilidade inicial ou mudança pelos responsáveis, por estabelecimentos: - Para hospitais, casas de saúde, instituição hospitalares, sociedades beneficentes, sanatórios e estabelecimentos congêneres.	4,00
164.01	Termo de responsabilidade inicial ou mudança pelos responsáveis por estabelecimentos: - Para ambulatórios, policlínicas e dispensários	2,00
165.00	Termo de abertura e de encerramento de livros rubricados por autoridades sanitárias, para cada termo	2,00
166.00	Atestado de saúde	2,00
167.00	Fábrica de produtos alimentícios, hotéis de 3, 4 e 5 cinco estrelas, grandes armazéns e supermercados: bancos, escolas, motéis, bares e	

	restaurantes - classe “A”:	
167.01	Início das atividades	30,00
167.02	Renovação anual	16,00
168.00	Mercadorias, supermercados médios, pousadas, escolas, motéis, restaurantes, hotéis, bares classe “B”: Início das atividades	15,00
168.01	Renovação anual	9,00
169.00	Grandes clubes sociais e cinemas: Início das atividades	17,00
169.01	Renovação anual	12,00
170.00	Vendas de alimentos em trailer, quitandas, mercearias ou armazéns de pequeno porte e lanchonetes: Início das atividades	10,00
170.01	Renovação anual	6,00
171.00	Padarias e similares, confeitarias, casa de doces e chocolates: Início das atividades	18,00
171.01	Renovação anual	15,00
172.00	Médios e pequenas clubes sociais, sorveterias, vendas de carnes, pescados, aves, ovos, dormitórios e escolas, bares, restaurantes e motéis classe “C”: Início das atividades	15,00
172.01	Renovação anual	7,00
173.00	ATOS RELATIVOS A FISCALIZAÇÃO DE INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	
174.00	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
174.01	Conservas de produtos de origem vegetal	182,00
174.02	Doces / produtos confeitaria (com creme)	182,00
174.03	Massas frescas	182,00
174.04	Panificação (fab/distribuição)	182,00
174.05	Produtos alimentícios infantis	182,00
174.06	Produtos congelados	182,00
174.07	Produtos dietéticos	182,00
174.08	Refeições industriais	182,00
174.09	Sorvetes e similares	182,00
174.10	Congêneres (acima) grupo	182,00
175.00	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
175.01	Aditivos	146,00
175.02	Água mineral	146,00
175.03	Amidos e derivados	146,00
175.04	Bebidas analcólicas, sucos e outros	146,00
175.05	Biscoitos e bolachas	146,00
175.06	Cacau, chocolates e sucedâneos	146,00
175.07	Cerealista, depósito e beneficiamento de grãos	146,00
175.08	Condimentos, molhos especiarias	146,00
175.09	Confeitos, caramelos, bombons e similares	146,00
175.10	Desidratadora de frutas (uva, passas, banana, maçã, etc)	146,00
175.11	Desidratadora de vegetais	146,00

175.12	Farinhas (moinhos) e similares	146,00
175.13	Gelatinas, pudins, pós para sobremesas e sorvetes	146,00
175.14	Gelo	146,00
176.00	GORDURAS, ÓLEOS, AZEITES, CREMES (FAB/REF/ENVASADORA)	146,00
176.01	Massas secas	146,00
176.02	Refinadora e envasadora de açúcar	146,00
176.03	Refinadora e envasadora de sal	146,00
176.04	Salgadinhos / batata frita (empacotados)	146,00
176.05	Salgadinhos e frituras	146,00
176.06	Suplementos alimentares enriquecidos	146,00
176.07	Tempero à base de sal	146,00
176.08	Torrefada de café	146,00
176.09	Congêneres	146,00
177.00	ATOS RELATIVOS A FISCALIZAÇÃO DE MANIPULAÇÃO E/OU VENDA DE ALIMENTOS	
177.01	Açougue	85,00
177.02	Assadoras de aves e outros tipos de carne	49,00
177.03	Cantina escolar	36,00
177.04	Casa de carnes	61,00
177.05	Casa de frios (laticínios embutidos)	49,00
177.06	Casa de sucos / caldo de cana e similares	36,00
177.07	Comércio atacadista / dep. de produtos perecíveis	97,00
177.08	Confeitaria	73,00
177.09	Cozinhas de escolas	61,00
177.10	Cozinha clube / hotel / motel / creche / boite e similares	61,00
177.11	Cozinha de lactários / hospital / maternidade / casa de saúde	61,00
177.12	Feira livre / ambulante / ambulante (c/ venda de carne, pescados e outros)	36,00
177.13	Lanchonetes e petiscarias	61,00
177.14	Supermercado / mini box (somatório das atividades)	122,00
177.15	Mercearia / armazém (única atividade)	61,00
177.16	Padaria / panificadoras	73,00
177.17	Pastelaria	97,00
177.18	Peixaria (pescados e frutos do mar)	73,00
177.19	Pizzaria	97,00
177.20	Produtos congelados	97,00
177.21	Restaurante / buffet / churrascaria	97,00
177.22	Rotisserie	97,00
177.23	Serv-carro / drive-in / quiosque / triller e similares	97,00
177.24	Sorveteria e/ou posto de venda	73,00
177.25	Congêneres (acima)	73,00
177.26	Estabelecimento com mais de uma atividade (acima), o valor da taxa será a soma em das atividades exercidas	

177.27	Supermercados	243,00
177.28	Restaurante	243,00
177.29	Casas de doce	97,00
177.30	Casa de chocolates	97,00
177.31	Casa de caldos	73,00
177.32	Trailler	73,00
177.33	Posto de pão	49,00
178.00	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
178.01	Boite / wiskeria	122,00
178.02	Bomboniere	49,00
178.03	Café	49,00
178.04	Depósito de bebidas	122,00
178.05	Depósito de frutas e verduras	61,00
178.06	Bar	61,00
178.07	Depósito de produtos não perecíveis	61,00
178.08	Envasadora de chás / cafés / condimentos / especiarias	61,00
178.09	Feira livre / comércio ambulante de alimentos não perecíveis	49,00
178.10	Quitanda, frutas e verduras	49,00
178.11	Venda ambulante (carrinho pipoca / milho / sanduíche, etc)	36,00
178.12	Comércio atacadista produtos não perecíveis	122,00
178.13	Congêneres	61,00
178.14	Estabelecimento com mais de uma atividade (acima), o valor da taxa será a soma das atividades exercidas	
179.00	ATOS RELATIVOS A FISCALIZAÇÃO DE INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE INTERESSE À SAÚDE	
179.01	Agrotóxicos	243,00
179.02	Cosméticos, perfumes e produtos de higiene	243,00
179.03	Insumos farmacêuticos	243,00
179.04	Produtos farmacêuticos	243,00
179.05	Produtos biológicos	243,00
179.06	Produtos de uso laboratorial	243,00
179.07	Produtos de uso odontológico	243,00
179.08	Próteses (ortopédica / estética / auditiva, etc)	243,00
179.09	Saneantes domissanitários	243,00
179.10	Congêneres acima	243,00
179.11	Para cada atividade secundária (acima) exercida pelo estabelecimento, será acrescido o valor	16,00
180.00	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
180.01	Embalagens	182,00
180.02	Equip. / instrumentos laboratorial	182,00
180.03	Equip. / instrumentos médico / hospitalar	182,00
180.04	Equip. / instrumento odontológico	182,00
180.05	Produtos veterinários	182,00
180.06	Congêneres	182,00

180.07	Para cada atividade secundária (acima) exercida pelo estabelecimento, será acrescido o valor das atividades exercidas	
181.00	ATOS RELATIVOS A FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INTERESSE À SAÚDE	
182.00	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
182.01	Agrotóxicos	182,00
182.02	Com. Distrib. de medicamentos	182,00
182.03	Com. Distrib. de produtos laboratorial	182,00
182.04	Com. Distrib. de produtos médico / hospitalar	182,00
182.05	Com. Distrib. de produtos odontológicos	182,00
182.06	Com. Distrib. de produtos veterinários	182,00
182.07	Com. Distrib. de saneantes domissanitários	182,00
182.08	Com. Distrib. de alimentos	182,00
182.09	Produtos químicos	243,00
182.10	Congêneres	243,00
182.11	Estab com mais de uma atividade (acima), o valor da taxa será a soma das atividades exercidas	
183.00	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
183.01	Alimentação animal (ração / supletivos)	73,00
183.02	Com. Distrib de cosméticos, perfumes, produtos de higiene	182,00
183.03	Embalagens	73,00
183.04	Equip. / instrumentos agrícola, ferragens, etc.	73,00
183.05	Equip. / instrumentos laboratorial	73,00
183.06	Equip. / instrumentos médico / hospitalar	73,00
183.07	Equip. / instrumentos odontológicos	73,00
183.08	Fertilizantes / corretivos	73,00
183.09	Próteses (ortopédica / estética / auditiva, etc)	243,00
183.10	Sementes / selecionadas / mudas	73,00
183.11	Congêneres	73,00
184.00	ATOS RELATIVOS A FISCALIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	
185.00	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO / AMBULATÓRIOS / CLÍNICAS	
185.01	Ambulatório médico	61,00
185.02	Ambulatório veterinário	49,00
185.03	Banco de leite humano	36,00
185.04	Banco de órgãos (olhos, rins, fígado, etc)	36,00
185.05	Clínica médica	243,00
185.06	Clínica veterinária	122,00
185.07	Hemodiálise	61,00
185.08	Policlínica	243,00
185.09	Pronto socorro	61,00
186.00	FONTES DE RADIAÇÕES IONIZANTES	
186.01	Medicina nuclear	243,00

186.02	Radioimunoensaio	122,00
186.03	Radioterapia	122,00
186.04	Radiologia médica	122,00
186.05	Radiologia odontológica	73,00
187.00	ESTABELECIMENTOS FARMACÊUTICOS	
187.01	Farmácia (alopática)	182,00
187.02	Farmácia (homeopática)	182,00
187.03	Drogaria	182,00
187.04	Posto de medicamentos	122,00
187.05	Dispensário de medicamentos	122,00
187.06	Ervanaria	122,00
187.07	Unidade volante	122,00
187.08	Farmácia privativa (hosp. / clínica / assoc. etc)	122,00
188.00	ATOS RELATIVOS A FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS HOSPITALARES	
188.01	Estabelecimentos assistenciais com internamento, capacidade de até 50 leitos, clínicas, consultórios médicos e dentários que não utilizam Raio X, ambulatórios e congêneres.	243,00
189.00	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
189.01	Estabelecimentos assistenciais com internamento, capacidade de até 150 leitos, clínicas de urgência, clínicas e consultórios dentários com Raio X e congêneres.	304,00
189.02	Estabelecimentos assistenciais com internamento, capacidade superior a 150 leitos, clínicas de Raio X e radioterapia, laboratórios de pesquisas e análises clínicas, banco de sangue, leite e órgãos, distribuidores de medicamentos e correlatos, importadores de alimentos, medicamentos, cosméticos, saneantes e correlatos e congêneres.	365,00
190.00	ATOS RELATIVOS A FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE HEMOTERAPIA	
190.01	Serviço de hemoterapia	243,00
190.02	Banco de sangue	182,00
190.03	Posto de coleta de sangue	122,00
190.04	Agência transfusional de sangue	122,00
190.05	Serviço industrial derivados de sangue	243,00
191.00	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
191.01	Clínica de psicoterapia / desintoxicação	182,00
191.02	Clínica de psicanálise	182,00
191.03	Clínica de odontologia	182,00
191.04	Clínica de tratamento e repouso	182,00
191.05	Clínica de ortopedia	122,00
191.06	Consultório médico	122,00
191.07	Consultório nutricional	122,00
191.08	Consultório odontológico	122,00
191.09	Consultório de psicanálise	122,00

191.10	Consultório veterinário	122,00
191.11	Estabelecimento de massagem	122,00
191.12	Laboratório de prótese dentária	122,00
191.13	Laboratório de prótese auditiva	122,00
191.14	Laboratório de prótese ortopédica	122,00
191.15	Laboratório de ótica	122,00
191.16	Ótica	122,00
191.17	Serviços eventuais (arterial, coleta e tipo de sangue)	61,00
191.18	Congêneres	61,00
191.19	Estabelecimento com mais de uma atividade o valor da taxa será a soma das atividades exercidas	
191.20	Oficina de prótese	182,00
192.00	ATOS RELATIVOS A FISCALIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE À SAÚDE	
192.01	Socorro farmacêutico	97,00
192.02	Asilo	97,00
192.03	Boite	97,00
192.04	Desinsetizadora	182,00
192.05	Desratizadora	182,00
192.06	Estação hidromineral / terminal / climatério	182,00
192.07	Estabelecimento de ensino pré-escolar maternal	182,00
192.08	Estabelecimento de ensino pré-escolar creche	182,00
192.09	Estabelecimento de ensino pré-escolar jardim de infância	182,00
192.10	Estabelecimento de ensino 1º,2º,3º graus e similares	182,00
192.11	Estabelecimento de ensino (todos os graus) regime internato	182,00
193.00	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
193.01	Radiologia industrial	243,00
193.02	Sauna	122,00
193.03	Zoológico	61,00
193.04	Congêneres	61,00
194.00	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
194.01	Aviário / pequenos animais	97,00
194.02	Academia de ginástica	97,00
194.03	Agência bancária e similares	61,00
194.04	Barbearia	61,00
194.05	Camping	61,00
194.06	Cárcere	61,00
194.07	Casa de espetáculo (discoteca / bailes / similares)	61,00
194.08	Cemitério / necrotério	122,00
194.09	Cinema / auditório / teatro	61,00
194.10	Circo / rodeio	61,00
194.11	Comércio geral (eletrodoméstico, calçados, disco, vestuário, etc)	61,00
194.12	Dormitório (por cômodo)	61,00
194.13	Escritório em geral	61,00

194.14	Estação de tratamento de água para abastecimento	61,00
194.15	Estação de tratamento de esgoto	61,00
194.16	Estética facial	61,00
194.17	Floricultura / mudas	61,00
194.18	Garagem / estacionamento coberto	61,00
194.19	Hotel (hospedagem por cômodo)	6,00
194.20	Igrejas e similares	36,00
194.21	Lavanderia	61,00
194.22	Motel (hospedagem por cômodo)	6,00
194.23	Oficina / consertos	36,00
194.24	Orfanato / patronato	61,00
194.25	Parque	61,00
194.26	Pensão (cômodo)	4,00
194.27	Piscina coletiva	61,00
194.28	Posto combustível / lubrificante	61,00
194.29	Quartel	61,00
194.30	Salão de beleza / manicure / cabeleireiro	61,00
194.31	Serviço e veículo de transporte de alimentos	61,00
194.32	Serviço de coleta, transporte e destino do lixo	61,00
194.33	Serviço de lavagem de veículo	61,00
194.34	Serviço de limpeza de fossas	61,00
194.35	Serviço de limpeza / desinf. de caixa / poço d'agua	61,00
194.36	Transportadora produtos perecíveis (por veículo)	61,00
194.37	Transporte coletivo (terrestre, aéreo e marítimo)	61,00
194.38	Congêneres	61,00
194.39	Estabelecimento com mais de uma atividade o valor da taxa será a soma das atividades exercidas	
194.40	Grandes clubes sociais	182,00
194.41	Associações	182,00
195.00	ALVARÁ SANITÁRIO PARA HABITAÇÃO	
196.00	ÁREA CONSTRUÍDA EM M²	
196.01	Apartamento prédio (prédio por m²)	0,60
196.02	Residência (por m²)	0,60
197.00	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
197.01	Ampliação (por m²)	0,60
197.02	Habitação popular até 40 m² (por m²)	ISENTO
197.03	Sala comercial (por m²)	0,25
197.04	Ginásio / estádio e similares (por m²)	0,25
197.05	Galpão depósito e similares (por m²)	0,25
197.06	Garagem / estacionamento coberto (por m²)	0,25
197.07	Estabelecimento de saúde (por m²)	0,60
197.08	Estabelecimento de ensino (por m²)	0,60
197.09	Estabelecimento de ginástica e lazer (por m²)	0,60
197.10	Maternal / creche / jardim de infância / asilo (por m²)	0,60

197.11	Habitação coletiva - internatos e similares (por m²)	0,60
197.12	Cemitério e afins (por m²)	0,60
197.13	Congêneres (por m²)	0,60
197.14	Análise de projetos	
197.14.1	Apartamento / residência e similares (por m²)	0,60
197.14.2	Estabelecimento de saúde (por m²)	0,15
197.14.3	Estabelecimento de ensino (por m²)	0,60
197.14.4	Estabelecimento de ginástica / lazer e similares (por m²)	0,60
197.14.5	Estabelecimento e locais de trabalho (por m²)	0,60
197.14.6	Maternal / creche / jardim de infância / asilo (por m²)	0,15
197.14.7	Cemitérios e afins (por m²)	0,60
197.14.8	Congêneres (acima-por m²)	0,60
198.00	ATOS RELATIVOS A FISCALIZAÇÃO DE ANÁLISE LABORATORIAIS	
199.00	ÁGUA	
199.01	Análise química de potabilidade	49,00
199.02	Análise bacteriológica de potabilidade	43,00
199.03	Análise de potabilidade (química + bacteriológica)	85,00
199.04	Análise de potabilidade com exame detalhado do resíduo	85,00
199.05	Para cada elemento do resíduo (acréscimo de)	11,00
199.06	Análise microbiológica de água mineral incluindo pseudomonas, enterococcus e clostridium sulfito redutor (iniciativa)	49,00
199.07	Eficiência de filtros para água (bacteriológico)	49,00
199.08	Eficiência de filtros para água (químico)	49,00
199.09	Água de piscina	49,00
200.00	ATOS RELATIVOS A FISCALIZAÇÃO DE ADITIVOS PARA ALIMENTOS	
200.01	Aditivos quimicamente definidos	61,00
200.02	Aditivos em alimentos, exame qualitativo, cada um	49,00
200.03	Aditivos em alimentos, exame quantitativo, cada um	36,00
200.04	Mistura de aditivos em preparações para alimentos, cada	61,00
200.05	Aditivo a ser determinado :	
200.05.1	Teor de bioxina	61,00
200.05.2	Teor de cafeína	61,00
200.05.3	Teor de lactose	61,00
200.05.4	Álcool para uso alimentar ou farmacêutico	61,00
201.00	ATOS RELATIVOS A FISCALIZAÇÃO DE ALIMENTOS	
201.01	Alimentos em geral, naturais ou industrializados, exame bromatológico (voláteis a 105 d. resíduo fino, lipídeos, glicídeos)	61,00
201.02	Exame microscópico e microbiológico	61,00
201.03	Determinação de glúten	36,00
201.04	Determinação de fibras	36,00
201.05	Determinação de colesterol, em alimentos com ovos	36,00
201.06	Determinação de cafeína em alimentos (com prévia consulta junto a	36,00

	seção competente)	
201.07	Análise bromatológica, com determinação do valor calórico	61,00
201.08	Matérias primas, quimicamente definidas por uso alimentar	61,00
201.09	Alimentos com aditivos, taxa bromatológica + taxa correspondente aos aditivos possíveis de serem analisadas (quantitativo)	
201.09.1	Alimentos enriquecidos com vitaminas, sais minerais aminoácidos, geléia real (nutrientes, microscópico e microbiológico)	85,00
201.09.2	Óleos e gorduras comestíveis (determinação dos índices físicos)	61,00
201.09.3	Óleos e gorduras (cromatografia em fase gasosa)	61,00
201.09.4	Açúcares (umidade, resíduo mineral fixo, sacarose, cor e microscópico)	61,00
201.09.5	Cromatografia em açúcares	61,00
201.09.6	Leite "in natura" pasteurizado ou longa vida	73,00
201.09.7	Pesquisa de resíduos de inibidores bacterianos	73,00
201.09.8	Testes de deterioração (reação de Ever, para amoníaco e gás sulfídrico)	11,00
201.09.9	Determinação de cloretos e outras determinações volumétricas em alimentos, cada uma	0,20
201.09.10	Análise microscópica	61,00
201.09.11	Análise microbiológica	61,00
201.09.12	Pesquisa de toxinas botulínica	73,00
201.09.13	Pesquisa de bacteriófagos fecais	61,00
201.09.14	Colesterol	61,00
201.09.15	Óleos de amêndoa, gérmen de trigo e outros (para determinação do índice de acidez, peróxido, iodo, saponificação e refração)	73,00
202.00	ATOS RELATIVOS A FISCALIZAÇÃO DE BEBIDAS	
202.01	Refresco, refrigerantes preparados para refresco (análise físico-químico, microscópico e microbiológico)	61,00
202.02	Sucos e xaropes, (análise físico-químico, microscópico e microbiológico)	61,00
202.03	Suco de frutas	61,00
202.04	Vinhos e bebidas fermentadas	73,00
202.05	Bebidas fermento-destiladas	73,00
202.06	Cerveja	73,00
202.07	Metanol em álcool e em bebidas alcoólicas	61,00
203.00	ATOS A RELATIVOS A FISCALIZAÇÃO DE CONDIMENTOS	
203.01	Condimentos industrializados	61,00
203.02	Condimentos naturais	61,00
203.03	Vinagres	61,00
203.04	Coadjuvantes para alimentos	73,00
203.05	Fermentos biológicos	61,00
203.06	Fermentos químicos	61,00
203.07	Preparação enzimática, por enzima analisada	61,00
204.00	ATOS RELATIVOS A FISCALIZAÇÃO DE EMBALAGENS	

	PARA ALIMENTOS E MEDICAMENTOS	
204.01	Embalagens para alimentos e medicamentos não autoclavados pelo vapor	61,00
204.02	Embalagens para água mineral e de mesa	61,00
204.03	Revestimentos para embutidos + taxas para metais pesados e outros componentes da formulação e para exame microscópico	36,00
204.04	Embalagens para medicamentos, segundo farmacopéia Americana USP XX edição	61,00
204.05	Embalagens para óleos (índice de iodo, espectrofotometria UV-VIS e teste de Schall)	61,00
204.06	Embalagens para medicamentos, seg. Portaria 23/64	30,00
205.00	ATOS RELATIVOS A FISCALIZAÇÃO DE NUTRIENTES E CONTAMINANTES	
205.01	Vitamina A	30,00
205.02	Vitamina B1	30,00
205.03	Vitamina B2	30,00
205.04	Vitamina B6 (em alimentos)	ARBITRAR
205.05	Vitamina B12 (em alimentos)	ARBITRAR
205.06	Vitamina B16 (em medicamentos)	ARBITRAR
205.07	Vitamina E	43,00
205.08	Vitamina B12 (em medicamentos)	43,00
205.09	Vitamina C (adicionados em alimentos e medicamentos)	43,00
205.10	Vitamina C (natural)	49,00
205.11	Vitamina D2 e D3, cada uma	43,00
205.12	Vitamina PP (nicotinamina ou niacina)	43,00
205.13	Vitamina K (menadiona) em matéria prima	43,00
205.14	Pantotenato de cálcio	ARBITRAR
205.15	Aminograma (somente consulta prévia junto à seção competente)	43,00
205.16	Carotenos adicionados em alimentos	30,00
205.17	Caroteno naturais	55,00
205.18	Enzimas, cada uma	55,00
205.19	Minerais (sódio, potássio, cálcio, magnésio, ferro, fósforo e outros) cada uma	30,00
205.20	Metais pesados (chumbo, cádmio, mercúrio, manganês, zinco cromoníquel e outros) por espectrofotometria de absorção atômica ou por palografia, cada uma	61,00
205.21	Absorção atômica ou por palografia, cada uma	43,00
205.22	Micotoxinas (aflotoxinas, acrotoxina, zearalenoma)	43,00
205.23.1	Por determinação	
205.23.2	Outras toxinas	ARBITRAR
205.23.3	Análise por cromatografia líquida em alta resolução (CLAR)	ARBITRAR
205.24	Disenfetantes e outros	
205.24.1	Esterilidade	36,00
205.24.2	Pirôgeno	85,00

205.24.3	Poder bactericida de desinfetantes (sem fornecimentos da diluição de uso) por bactéria	109,00
205.24.4	Poder bactericida de desinfetantes (com fornecimentos da diluição de uso) por bactéria	30,00
205.24.5	Poder esporicida, por microorganismos	30,00
205.24.6	Poder fungicida, por microorganismos	30,00
205.24.7	Poder fungistático, por microorganismos	30,00
205.24.8	Poder tuberculicida, por microorganismos	30,00
205.24.9	Poder bacteriostático, por microorganismos	30,00
205.24.10	Ação residual, por dia e microorganismos	24,00
205.24.11	Antigernicidade	122,00
205.24.12	Teste de toxidade de medicamentos	49,00
205.25	Análise química de princípio ativo em detergentes, desinfetantes	
205.25.1	Teste de segurança	49,00
205.25.2	Exame microbiológico de medicamentos não estéreis	61,00
205.26	Cosméticos e outros	
205.26.1	Teste de irritação dérmica (em cobaias), para cosméticos	49,00
205.26.2	Teste de irritação dérmica (em cobaias), para domissanitários e inseticidas em geral	55,00
205.26.3	Teste de irritação ocular (em coelhos)	55,00
205.26.4	Toxicidade aguda por via oral (em cobaias ou camundongos)	55,00
205.26.5	Toxicidade aguda por inalação (em cobaias)	55,00
205.26.6	Análise microbiológica de cosméticos	55,00
205.26.7	Poder conservador de cosméticos	97,00
205.26.8	Ph	0,15
205.26.9	Alcalinidade livre	30,00
206.00	ATOS RELATIVOS A FISCALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS	
207.00	Testes físicos em medicamentos e matérias - primas (densidade, viscosidade, ponto de fusão, pH, umidade, teste de desintegração, de comprimido) cada um	
207.01	Desintegração química	61,00
207.02	Medicamento composto (análise quantitativa), por componente	36,00
207.03	Medicamento composto (análise qualitativa), por componente	36,00
207.04	Produtos oficinais (análise quantitativa)	36,00
207.05	Esteróides, corticosteróides, (análise quantitativa ou qualitativa)	43,00
207.06	Produtos a base de plantas ou extratos de plantas, não inscritos em farmacopéia ou formulários	61,00
207.07	Antibiótico (análise química)	43,00
207.08	Antibiótico (análise microbiológica)	43,00
208.00	Pesticidade e outros	
208.01	Resíduos de pesticidas organoclorados e posclorado, cada um	122,00
208.02	Resíduos de fosfina, carbonato, deltametrina, cada uma	122,00
208.03	Resíduos de óxido de etileno, etilenocloridina, etiniloglicol, cada um	61,00
208.04	Benzeno em solventes para tintas	49,00

208.05	Formulação de pesticidas (cada princípio ativo)	ARBITRAR
208.06	Bifenílicos policlorados (PCB'S)	122,00
209.00	Outras análises	
209.01	Titulação potenciométrica	36,00
209.02	Determinação de cianeto	36,00
209.03	Espectro na região UV - VIS	36,00
209.04	Espectro na região infravermelho com interpretação	36,00
209.05	Unidade, segundo Karl Fischer	36,00
209.06	Análise de detergentes e desinfetantes, por componente	36,00
209.07	Análise de arsênio (Gutzeit)	30,00
209.08	Análise de arsênio (calorimetria com dietilditiocarbonato AG)	36,00
209.09	Análise de flúor (eletrodo seletivo)	36,00
209.10	Análise de metais pesados (sem chumbo) com gás sulfúrico	30,00
209.11	Consulta técnica	ARBITRAR
210.00	REGISTRO DE PRODUTOS	
210.01	Processo para registro de produtos (por produto)	
210.02	* Os valores serão cobrados de acordo com a tabela atualizada do Ministério da Saúde	
210.03	2ª via certificado de registro de produto	24,00
210.04	Desarquivamento de processos de registro de produtos (por processo)	12,00
211.00	SERVIÇOS DIVERSOS	
211.01	2ª via do alvará sanitário	24,00
212.00	VISTORIA (A PEDIDO DO INTERESSADO)	
212.01	De natureza simples	61,00
212.02	De natureza complexa	97,00
212.03	Vistos	
212.04	Em receitas de notificação de receitas	ISENTO
212.05	Fornecimento de notificação de receita (por bloco), branco e azul	2,00
213.00	GUIAS	
213.01	Livre trânsito produto sujeito à fiscalização sanitária (por guia)	12,00
213.02	Requisição de entorpecentes	12,00
214.00	LICENÇAS	
214.01	Importação de produtos sujeitos à fiscalização sanitária	85,00
214.02	Comércio de entorpecentes (por guia)	61,00
215.00	LIBERAÇÃO DE PRODUTOS DE INTERESSE À SAÚDE	
215.01	Liberação petit parquet (por volume)	4,00
215.02	Liberação colix postaux (por volume)	4,00
215.03	Liberação de produtos (paciente em estados terminal)	ISENTO
216.00	AUTENTICAÇÃO	
216.01	Livros farmácia / drogaria / laboratório / prótese / ótica e similares, por folha	0,10
217.00	REGISTROS	12,00
217.01	Diploma e certidões	12,00
217.02	Certificado (aux. Farmac. / protético / ótico / outros)	12,00

217.03	Baixa alvará sanitário estabelecimento sujeito à fiscalização sanitária	12,00
217.04	Baixa de responsabilidade técnica	12,00
217.05	Mudança de responsabilidade técnica (estabelecimento sujeito à fiscalização sanitária)	12,00
217.06	Mudança de endereço (estab. sujeito à fiscalização sanitária)	12,00
217.07	Cadastramento de empresa	24,00
217.08	2ª via laudo análise	12,00
217.09	Emissão de edital	12,00
217.10	Atestado de antecedentes	12,00
217.11	Certidão (qualquer natureza)	
217.11.1	Até 50 linhas	12,00
217.11.2	Acima de 50 linhas	12,00